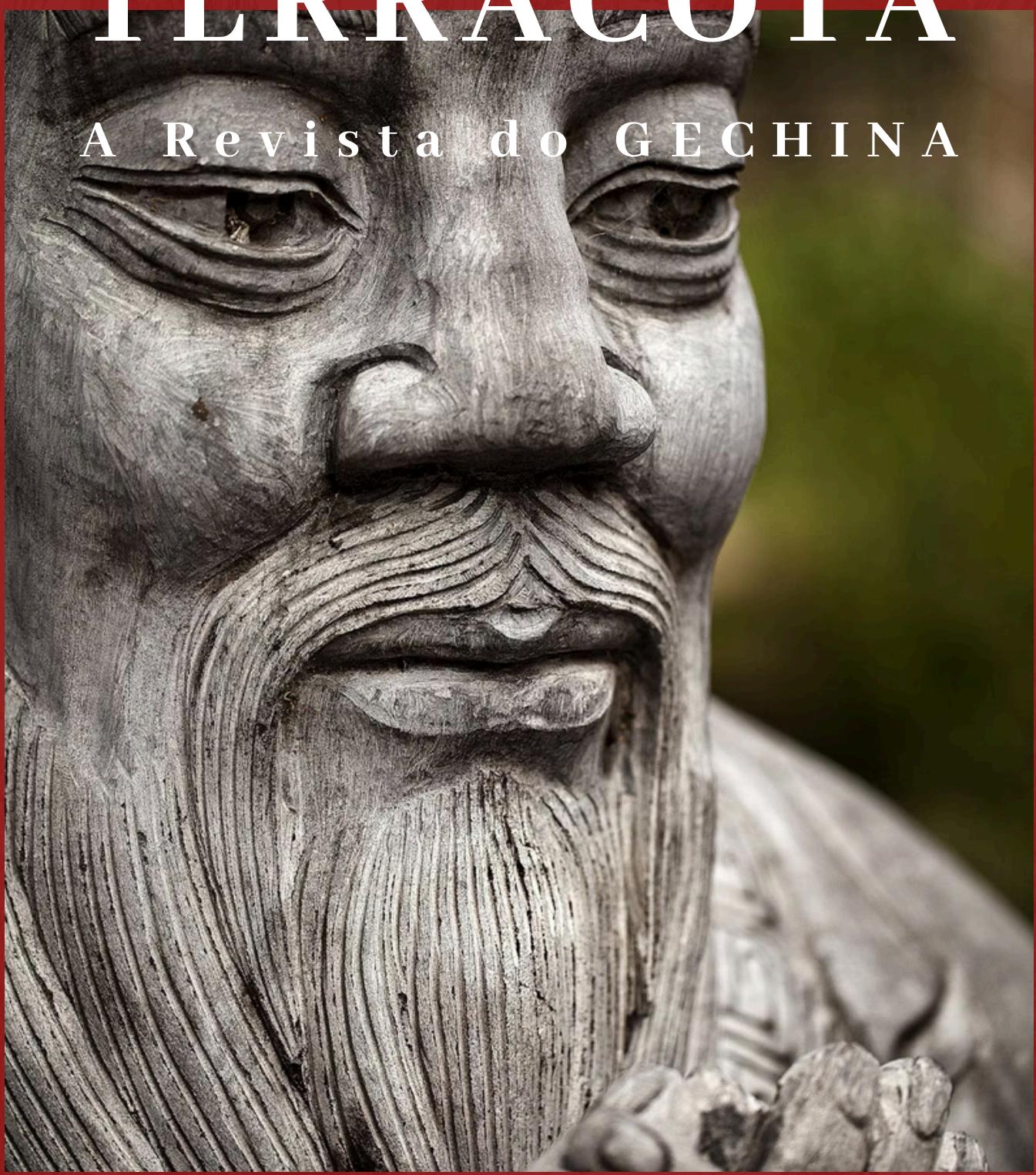


TERRACOTA

A Revista do GECHINA



Tradição e Modernidade | Pródromos da Multipolaridade |
O Desenvolvimento do Ensino de Mandarim no Sistema Educativo Público Brasileiro
| O pensamento filosófico chinês e as teorias de relações internacionais da China
| Perspectivas Confucianas sobre Educação | Do “Baixo Perfil” ao Protagonismo |
As Superpotências da Inteligência Artificial | Entrevista com o professor Qiu Zeqi

TERRACOTA

A Revista do GECHINA

setembro, 2025 [v.03] [n.03]

EDITORIA-CHEFE

Prof. Ana Cristina Balestro

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Siegrid Guillaumon (UnB), Mayara Reis, Luiz Gabriel Ribeiro Locks,

REVISOR FINAL

Luiz Gabriel Ribeiro Locks.

REVISORES

Prof. Ana Cristina Balestro (UnB), Prof. Siegrid Guillaumon Dechandt (UnB), Aline Ribeiro Mendes, Enzo Antonio dos Santos Vignone, Luana Bramorski Cerqueira Cesar, Luisa Bianchet, Luiz Gabriel Ribeiro Locks, Natasha Dutra Toledo.

**PROJETO GRÁFICO E
DIREÇÃO DE ARTE**

João Paulo Araújo Souto, Thays Alves da Silva.

DIAGRAMAÇÃO

João Paulo Araújo Souto.

CAPA

João Paulo Araújo Souto.

IMAGENS

Andrew Wilson (capa)
Aaron Greenwood (fotografia - Terracotta Army statue).

A revista Terracota está disponível para download em <https://mngt.unb.br/terracota-a-revista-do-gechina>

Brasília, Distrito Federal (DF) – Brasil.
Grupo de Estudos sobre China (GECHINA)
Departamento de Administração (UnB)

Trimestral, v.03, n.03 (setembro de 2025)
ISSN: 3085-833X



SUMÁRIO

Tradição e Modernidade: a experiência multidisciplinar do GECHINA UnB e da Revista Terracota 04

Ana Cristina Balestro

Pródromos da Multipolaridade: Sociedade Civil na Dinamização da Política Externa 12

Melissa Cambuhy, Luan Scliar

O Desenvolvimento do Ensino de Mandarim no Sistema Educativo Público Brasileiro: Uma Análise das Políticas Públicas 18

Fan Zhongpu

O pensamento filosófico chinês e as teorias de relações internacionais da China 29

Luísa Bianchet

Perspectivas Confucianas sobre Educação: Raízes da Cultura Escolar Chinesa 44

Júlia Calipo Toth

Do “Baixo Perfil” ao Protagonismo: a evolução da estratégia chinesa na América Latina e Caribe 55

Ian Filipe Costa Araújo

As Superpotências da Inteligência Artificial: A China, Silicon Valley e a Nova Ordem Mundial de Kai-Fu Lee 72

Mylena Angélica Silva Farias

Entrevista com o professor Qiu Zeqi, sociólogo chinês, especialista em transformações sociais e desigualdade 79

Luana Bramorski Cerqueira Cesar

Tradição e Modernidade: a experiência multidisciplinar do GECHINA UnB e da Revista Terracota

Ana Cristina Balestro¹

O fim de agosto marcou a história do grupo GECHINA UnB com a realização da primeira Semana da China (SDC), realizada em formato híbrido entre os dias 25 a 29. Foram dias intensos e de atividades variadas: palestras, workshops, comunicações orais, apresentação de pôsteres, exibição de filmes e uma exposição fotográfica. Os números revelam a riqueza do encontro: mais de 500 inscritos, 10 palestras (de forma presencial ou virtual), três workshops e mais de 40 comunicações; cada atividade, à sua maneira, abriu espaço para a circulação de ideias e para o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

Desde a sua criação, o GECHINA UnB se apresenta como um espaço de reflexão e diálogo sobre a China. A primeira edição da SDC representou não apenas a consolidação desse objetivo mas também a reafirmação do caráter multidisciplinar deste projeto de extensão que vem, desde 2020, promovendo espaços de troca e de aprofundamento nos estudos sobre a China. O evento foi mais uma oportunidade para os membros do grupo se conhecerem, realizarem trocas sobre suas pesquisas e conhecerem outros pesquisadores. Ademais, a Semana da China reforçou os laços com algumas instituições parceiras importantes para nosso grupo, como a Embaixada da República Popular da China no Brasil e o Instituto Confúcio na Universidade de Brasília (UnB).

A abertura do evento contou com jovens diplomatas chineses que apresentaram uma China tecnológica e moderna, sem deixar de lado um breve panorama histórico do país, que evidencia como esse desenvolvimento convive e dialoga com tradições milenares (imagem 1).

¹ Editora-chefe da Revista Terracota, mestre e doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atua como professora de Língua Chinesa no Instituto Confúcio na Universidade de Brasília (IC - UnB). E-mail: acbalestro@id.uff.br

Imagen 1 - Mesa de abertura com Jovens Diplomatas Chineses e Convidados



Fonte: arquivoGECHINA

Em seguida, os professores do InstitutoConfúcio trouxeram ao público expressões da cultura tradicional: a professora chinesa ZhangYuhong serviu chá chinês, o professor Renzo Braga ministrou um workshop sobre caligrafia (书法 - imagem 2) e eu, também professora do Instituto, ministrei uma oficina de recorte de papel (剪纸 - uma arte incluída na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pelaOrganização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - imagem 3). Essastrês práticas são manifestações indissociáveis da cultura chinesa, ainda presentes de diferentes maneiras na China contemporânea.

Imagen 2 - Oficina de caligrafia chinesa



Fonte: arquivo GECHINA

Imagen 3 - Oficina de Recorte de Papel



Fonte: arquivo GECHINA

Ao mesmo tempo, foi um período de renovação para o grupo, com seu processo anual de seleção de novos membros. As atuais presidente, Mayara Reis, e vice-presidente, Raquel, deram as boas vindas aos novos integrantes. O grupo agora conta com 88 membros ativos, vinculados a 38 diferentes cursos, seja de graduação ou pós, mais um indicativo da multidisciplinaridade do grupo. O fato de todos os encontros promovidos pelo grupo acontecerem de forma virtual possibilita a participação de membros de diferentes instituições não apenas no Brasil.

Não poderíamos deixar de ressaltar a felicidade por uma membro do nosso grupo ter conquistado o primeiro lugar no Concurso de Redação Brasil China, promovido pela embaixada chinesa. Parabenizamos Natasha de Almeira Dutra Toledo que, com redação intitulada “Pelos traços do silêncio: caminhos entre a tradição e o porvir”, se destacou entre os quase mil inscritos e conquistou o cobiçado prêmio de uma viagem para a China.

É, também, motivo de orgulho para o GECHINA UnB que temos mais um membro selecionado neste concurso: Luísa Bianchet, com o texto “A Modernização Estilo Chinês e o Brasil: Caminhos Convergentes para um Futuro Compartilhado”, foi selecionada em segundo lugar! Luísa é também autora de um dos artigos desta edição atual.

Outro nome que não poderíamos destacar é o da professora-colaboradora do GECHINA UnB, Laura Cristina Feindt Urrejola Silveira, que obteve menção especial na seleção de melhores histórias do concurso. A professora já tem uma longa história com o GECHINA UnB, desde a concepção do grupo. Ela atua como professora voluntária na disciplina de Geopolítica na graduação em Relações Internacionais na UnB e, juntamente com Isis Paris Maia, palestraram no segundo dia da SDC, com uma temática extremamente atual: “Transição Energética e Economia Sustentável”.

A pluralidade de vozes e perspectivas, compromisso central do GECHINA, também se reflete nas páginas desta revista. Nesta edição, além desta apresentação, reunimos sete textos — cinco assinados por nossos membros, um por um autor convidado e um ensaio escrito por uma professora

colaboradora e seu convidado — que dão continuidade à missão de promover reflexões críticas e multifacetadas sobre o tradicional e contemporâneo na China. A imagem do leque, presente na identidade visual do grupo, representa esse leque de possibilidades de pesquisas ao estudar sobre China no Brasil.

Já no lançamento desta revista, o professor associado de História da Ásia Departamento de História na Universidade Federal do Espírito Santo, Emiliano Unzer, ressalta o propósito deste periódico: “Estudos e análises serão necessários para atender esse cenário novo, novos acadêmicos e projetos devem nascer e florescer” (Unzer, 2023, p. 9). O cenário a que o autor se refere é o de mudanças de contexto global e pelas quais a China vem passando.

Na edição anterior de nossa revista, Locks (2025) destacou que seu conteúdo era composto tanto por análises de membros do grupo quanto por textos que repercutiam a visita do presidente Lula à China, ocorrida em 2023. Desde então, a revista abre espaço para pesquisa e se manteve atenta a acontecimentos contemporâneos.

Seguindo essa linha de aproximação com a atualidade, a edição atual conta com a participação da professora colaboradora Melissa Cambuhy (atual diretora de relações institucionais do Instituto de Intercâmbio Cultural e Desenvolvimento Econômico do BRICS+), que, juntamente com Luan Sciar (atual diretor executivo e membro-fundador do referido instituto IBRICS+), assinam conjuntamente o ensaio “Pródromos da Multipolaridade: Sociedade Civil na Dinamização da Política Externa”, dedicado à reunião do BRICS realizada neste ano.

Em seguida, apresentamos uma entrevista realizada pela pesquisadora Luana Bramoski, que compartilha conosco o pensamento do sociólogo Qiu Zeqi, professor a quem ela teve o prazer de conhecer pessoalmente neste ano de 2025. A entrevista com Qiu Zeqi, sociólogo e professor da Universidade de Pequim, oferece reflexão e um panorama sobre os rumos da sociologia chinesa no século XXI. Ao articular tradição e inovação, Qiu analisa como a disciplina se consolida como eixo teórico das ciências sociais, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios concretos da sociedade contemporânea, como a digitalização, a urbanização acelerada, as transformações nas relações sociais e a pressão sobre as novas gerações. Suas reflexões frente às perguntas da Luana revelam uma sociologia atenta às desigualdades, comprometida com o desenvolvimento social e aberta ao diálogo internacional, convidando leitores e pesquisadores a repensar paradigmas e reconhecer o papel crítico da ciência na construção de futuros mais justos.

O texto de Mylena Angélica Silva Farias é uma resenha do livro “As Superpotências da Inteligência Artificial: A China, Silicon Valley e a Nova Ordem Mundial”, publicado em 2018. Mylena aponta que o autor Kai-Fu Lee oferece uma análise sobre o avanço da IA e seus efeitos econômicos, sociais e humanos, com foco na disputa estratégica entre Estados Unidos e China. Estruturado em torno das “quatro ondas” de transformação tecnológica — da internet à autonomia das máquinas —, o livro mostra como ecossistemas distintos moldam caminhos diferentes para o futuro da inovação. Lee

alerta que o verdadeiro desafio da IA não está em cenários distópicos, mas no risco concreto de desemprego em massa e concentração de riqueza, que podem aprofundar desigualdades globais. Em contraponto, propõe uma visão humanista: valorizar o cuidado, a educação e a comunidade como novas formas de trabalho significativas. Unindo experiência técnica e reflexão pessoal, a obra convida a repensar não apenas o impacto da tecnologia, mas o próprio propósito humano em tempos de transformação acelerada.

O artigo “Do ‘Baixo Perfil’ ao Protagonismo: a evolução da estratégia chinesa na América Latina e Caribe”, de Ian Filipe Costa Araújo, analisa a transformação da política externa chinesa em sua relação com a região, desde a fundação da República Popular da China até a atual era de Xi Jinping. A pesquisa mostra como a China passou de uma postura inicial de busca por reconhecimento diplomático e manutenção de baixo perfil internacional, marcada pelos princípios da coexistência pacífica e pelo foco em seus assuntos internos, para uma estratégia mais assertiva e global, de caráter político, econômico e geopolítico. O texto destaca a centralidade da América Latina e Caribe nesse processo, seja pela demanda chinesa por recursos naturais, seja pelo peso simbólico e estratégico da região em meio à disputa hegemônica com os Estados Unidos. Ao examinar as etapas dessa aproximação, o estudo revela como o engajamento chinês, inicialmente centrado no comércio e na energia, passou a incluir parcerias estratégicas, iniciativas multilaterais, financiamento e cooperação em diversas áreas, consolidando a presença da China como um ator indispensável no tabuleiro latino-americano.

O artigo “O pensamento filosófico chinês e as teorias de relações internacionais da China”, de Luísa Bianchet, examina como tradições milenares, como o confucionismo e o conceito de *Tianxia*, têm inspirado formulações contemporâneas de Relações Internacionais no país. Contrastando com o realismo político ocidental, que se consolidou no século XX com foco em poder e anarquia, a autora mostra como pensadores chineses têm buscado construir perspectivas próprias, enraizadas em sua história e cultura. Entre os destaques estão o Realismo Moral de Yan Xuetong, que incorpora a dimensão ética à liderança internacional, a Teoria *Tianxia* de Zhao Tingyang, que propõe uma ordem mundial inclusiva e relacional, e a Teoria Relacional de Qin Yaqing, que enfatiza a interdependência entre os Estados. O texto sugere que essas formulações não apenas dialogam criticamente com o cânone ocidental, mas também oferecem inovações teóricas capazes de enriquecer o campo das RI e refletir o papel crescente da China no cenário global.

O artigo “Perspectivas Confucionas sobre Educação: Raízes da Cultura Escolar Chinesa”, de Júlia Calipo Toth, investiga como os princípios do pensamento confucioniano – presentes em clássicos como os “*Analectos* e o *Xueji*” – moldaram historicamente a educação chinesa e continuam a influenciar práticas escolares atuais. A autora evidencia que, para o confucionismo, a educação é antes de tudo um processo de formação moral, centrado nas virtudes (Rén, Lǐ, Yì, Xiào e Zhōng), no

cultivo de hábitos e na relação entre professor e aluno. Ao destacar metodologias como a reflexão, a repetição intencional e a valorização da comunidade de aprendizagem, o estudo mostra como se consolidou uma “cultura pedagógica confuciana”, ainda perceptível em práticas contemporâneas, inclusive em contextos interculturais como o ensino de chinês no Brasil. A análise convida a pensar não apenas sobre a permanência histórica dessas tradições, mas também sobre sua relevância para diálogos educacionais globais e sensíveis às diferenças culturais.

Por fim, nosso convidado externo desta edição é o diretor chinês do Instituto Confúcio na Universidade de Brasília, Fan Zhongpu, que está no Brasil desde 2024. Seu artigo “O Desenvolvimento do Ensino de Mandarim no Sistema Educativo Público Brasileiro: Uma Análise das Políticas Públicas”, examina a inserção da língua chinesa no Brasil a partir do fortalecimento das relações diplomáticas e culturais sino-brasileiras. Partindo do papel estratégico dos Institutos Confúcio e dos acordos de cooperação firmados entre os dois países, o estudo mostra como o ensino de mandarim tem se expandido no Brasil, sobretudo no ensino superior, mas ainda enfrenta limitações estruturais, legais e pedagógicas para se consolidar no sistema público de educação básica. O texto analisa as políticas linguísticas em vigor, a predominância histórica do ensino das línguas inglesa e espanhola no Brasil e os desafios de institucionalizar o mandarim em um cenário marcado por desigualdades regionais, escassez de docentes e ausência de continuidade curricular. Ao mesmo tempo, ressalta o potencial de crescimento do idioma, impulsionado pela relevância global da China e pela intensificação dos intercâmbios acadêmicos e culturais, sugerindo que sua integração no ensino público brasileiro, embora ainda incipiente, tende a se tornar cada vez mais relevante no futuro.

No livro “Os Analectos”, há uma passagem atribuída ao filósofo Confúcio (孔子 - 551 a.C a 479 a.C.) em que ele afirma não criar, mas transmitir. “子曰：“述作而不，信而好古，窃比于我老彭”， traduzida por Sinedino (2012) como “O Mestre disse: ‘Transmitem, mas não crio. Confio e amo a Antiguidade. Em segredo, comparo-me ao meu velho [amigo] Peng’” (Sinedino, 2012, p. 212). Nos comentários, o tradutor aponta o valor das tradições em sociedades como a chinesa e ressalta que o filósofo que tem, até os dias de hoje, um papel fortemente relacionado à cultura chinesa:

Confúcio é um produto de sua língua, de sua raça, de sua sociedade e, em muitos sentidos, deu forma ao que veio depois dele, de modo que continuou preso à sociedade chinesa e vice-versa (Sinedino, 2012, p. 212).

O tradutor reforça “a inseparabilidade” entre o filósofo chinês e a cultura chinesa. Esse elo entre Confúcio e a cultura chinesa permeia também a proposta deste grupo de estudos e da revista, que buscam dar visibilidade à diversidade de vozes, temas e perspectivas sobre a China. Para além da

filosofia clássica, os textos desta edição oferecem um mosaico de reflexões: da análise das políticas públicas para o ensino de mandarim no Brasil às discussões sobre intercâmbios culturais contemporâneos; da investigação sobre representações da China em contextos acadêmicos e midiáticos às abordagens sobre artes e expressões culturais. São contribuições que, cada uma à sua maneira, revelam como tradição e atualidade se entrelaçam, mostrando uma China múltipla, em diálogo constante com o passado e em movimento no presente.

O atual presidente chinês também reforça a centralidade da cultura tradicional na sociedade contemporânea. Para Xi Jinping, essas tradições representam “as raízes ideológicas que um país deve herdar e difundir; sem elas, a nação ficaria privada de uma verdadeira linha de vida espiritual” (Carvalho, 2019, p. 111). Em sua análise, Carvalho (2019) traça um panorama histórico do papel do confucionismo na China e destaca o atual “esforço de revigoramento” atribuído a essa filosofia, que voltou a ocupar lugar de destaque no discurso político e cultural.

Assim como Confúcio transmitia saberes ancestrais ao mesmo tempo em que moldava o horizonte intelectual de sua época, os artigos aqui reunidos resgatam tradições, problematizam visões estabelecidas e projetam novos caminhos de compreensão, reafirmando o compromisso do GECHINA UnB com o debate plural e crítico sobre a China.

Podemos perceber o crescente interesse em pesquisar e aprender sobre a China não apenas pelo fortalecimento do grupo GECHINA UnB e no número de estudantes interessados em tornarem-se membros, mas também na busca pelo aprendizado de mandarim. Como professora do Instituto Confúcio na Universidade de Brasília, observo as turmas para iniciantes disputadas: a cada semestre, são ofertadas duas turmas da disciplina optativa de Mandarim Básico I na UnB, cada uma com 20 vagas. Apesar da oferta regular, a cada semestre, há lista de espera de estudantes interessados.

O trabalho nos bastidores de uma revista é intenso, e o sucesso do resultado depende de cada um dos envolvidos, com especial agradecimento aos autores e aos revisores. Conforme mencionado, nosso grupo passa por mudanças nas diretorias e no quadro de membros. Essa será a última edição da revista com direção acadêmica assinada pelo competente Luiz Gabriel Ribeiro Locks. Agradeço por todas as suas contribuições e seu apoio nas duas edições que assinei como editora-chefe até o momento.

Ao mesmo tempo, é com entusiasmo que dou as boas-vindas à Thais Ketlyn da Silva Medeiros, nova integrante do time como diretora acadêmica! Que sua chegada traga novas ideias, perspectivas e energia para a continuidade desse trabalho coletivo.

Este editorial é, portanto, uma apresentação desta edição e do momento pelo qual que nosso grupo está passando. É também um convite para que nossos leitores se deixem guiar pelo leque aberto desta edição e encontrem nele perspectivas que os provoquem, inspirem e estimulem a continuarexplorando a China em suas múltiplas dimensões — passadas, presentes e futuras.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Evandro Menezes de. Reflexões sobre o confucionismo no socialismo com características chinesas. In: Carvalho, Evandro Menezes de; Silveira, Janaína Camara da.(Orgs) **A China por sinólogos brasileiros - Visões sobre economia, cultura e sociedade.** Rio de Janeiro: Batel, 2019.

CONFÚCIO. **Os Analectos** / Confúcio; tradução, comentários e notas Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

LOCKS. Luiz Gabriel Ribeiro. Apresentação. In: **Terracota: A Revista do GECHINA** volume 3, número 2, edição de junho de 2025. Disponível em: <https://mngt.unb.br/2025/03/31/edicao-de-marco-2025-v-3-n-1/>. Acesso em: 10 set. 2025.

UNZER, Emiliano. Revista Terracota: Uma Introdução. In: **Terracota: A Revista do GECHINA** volume 1, número 1, edição de maio de 2023. Disponível em: <https://mngt.unb.br/wp-content/uploads/2024/10/v.1-n.1-Maio.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

Pródromos da Multipolaridade: Sociedade Civil na Dinamização da Política Externa

Melissa Cambuhy¹

Luan Scliar²

“O mundo de hoje está passando por mudanças de uma magnitude não vista em cem anos.” A frase, repetida por Xi Jinping em diferentes cúpulas desde 2017, ganhou fotografias durante as últimas semanas que expressam em imagem o intransigente Retorno da História do qual somos testemunhas oculares. Os vídeos e fotografias do encontro dos presidentes Narendra Modi, Vladimir Putin e Xi Jinping, no dia 1º de setembro de 2025, na cidade de Tianjin, na China, durante a cúpula da Organização para Cooperação de Xangai; logo após as imagens emblemáticas do encontro do presidente chinês Xi Jinping acompanhado por Vladimir Putin e Kim Jong-un, em 3 de setembro de 2025, durante o grande desfile militar em Pequim para marcar o 80º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial; e as imagens da Reunião dos BRICS+ convocada pelo Presidente Lula para discussão das tarifas impostas pelos Estados Unidos e suas implicações para o comércio global, são expressões concretas da reorganização político-econômica, militar e institucional cujos pródromos do parto assistimos.

Neste sentido, vale a pena lembrar que países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos não têm poder para criar tendências externas, mas na realidade estão a reboque delas. Na década de 90 nos fizeram reféns do “fim da história”, expressão consagrada por Francis Fukuyama no imediato pós-Guerra Fria. Esta era a tendência imposta pelo capitalismo central, mais especificamente pelos EUA: nacionalmente, o receituário neoliberal; internacionalmente, globalização financeira e unipolaridade. Ou seja, diante das investidas militares, políticas e

¹ Advogada e pesquisadora. Atual diretora de relações institucionais do Instituto de Intercâmbio Cultural e Desenvolvimento Econômico do BRICS+ (IBRICS+). Pesquisadora visitante da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), doutoranda em Relações Internacionais (UERJ) e Mestra em Direito Econômico (Mackenzie). Email: contatomelissacambuh@gmail.com

² Jornalista e Consultor em Relações Governamentais. Atual diretor executivo e membro-fundador do IBRICS+, atuou como assessor da presidência da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE) entre 2021 e 2024. Conselheiro e membro-fundador da Associação de Artes do BRICS (BAA), membro do conselho diretor do Comitê Nacional Preparatório (NPC-Brasil) ao Festival Mundial da Juventude (WYF), membro do conselho diretor da Organização de Jovens Compatriotas Russos do Brasil e membro-fundador do capítulo brasileiro do Centro de Integração e Cooperação Rússia - América Latina (CICRAL-Brasil). No contexto da Presidência Brasileira do BRICS em 2025, Scliar foi membro do comitê organizador do BRICS Youth Summit, e membro do Grupo de Trabalho “BRICS, sua Institucionalidade e o Respeito à Soberania para a Paz Mundial” do BRICS Civil Fórum. Email: l.scliar@ibrics.com.br

financeiras estadunidenses não havia alternativa, senão render-se. Eis que a ascensão chinesa, ou melhor dizendo, o socialismo chinês deu sua primeira grande lição e contribuição para a luta pelo desenvolvimento do Sul Global: embora a reboque das tendências externas, é possível fazer algo a partir delas. A China desafiou a globalização neoliberal a instrumentalizando para seu próprio desenvolvimento e negou o receituário neoliberal.

Bem, a ascensão chinesa inaugura o mais intransigente Retorno da História, no bojo da qual também começam a eclodir novas tendências. A partir de 2000 a inserção internacional chinesa feita pela via produtiva desafia e questiona a naturalizada globalização financeira. Paralelamente, países asiáticos, africanos e latino-americanos diversificaram parceiros e fortaleceram mecanismos regionais, como a União Africana, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Organização para a Cooperação Islâmica (OIC), União Econômica Eurasiática (EEU) e a Organização para Cooperação de Xangai(SCO).

E politicamente o léxico do ganha-ganha e da multipolaridade vai aos poucos se colocando como alternativa à hegemonia estadunidense.

Hoje, os números expressam a mudança estrutural. O conjunto dos países em desenvolvimento já responde por mais de 58% do PIB mundial em paridade de poder de compra (PPC), superando as economias avançadas (FMI, 2024). O formato ampliado do BRICS, que assumiu a alcunha de BRICS+, com as novas adesões passou a representar cerca de 46% da população mundial (ONU, 2024) e mais de 28% do PIB global, em valores de mercado. Em energia, os membros concentram mais de 40% das reservas comprovadas de hidrocarbonetos e quase metade da produção global de alimentos estratégicos (FAO, 2023).

É certo que a atuação nefasta e errática da política externa de Donald Trump, desde 2018, atravessou o mero aspecto conjuntural e compôs fatores que levaram o sistema internacional, política e economicamente, a mudanças de fato estruturais.

A relevância do BRICS amadurece e se consolida quando tensões comerciais se intensificam. As tarifas impostas por Washington a produtos chineses desde 2018, somadas a sanções contra Rússia e Irã, e as atuais tarifas contra aproximadamente 60 países, com destaque para Brasil, Índia e China, estimularam uma agenda comum de defesa do comércio multilateral. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o uso crescente de moedas locais em transações intra-BRICS são respostas diretas à vulnerabilidade do dólar.

Neste sentido, embora a diplomacia de Estado seja central para a política externa, a sociedade civil frequentemente antecipa tendências e move-se com maior agilidade. No Brasil, entidades empresariais, da agroindústria à tecnologia, vêm buscando ativamente novos mercados. Federações e associações do agronegócio negociaram, por exemplo, protocolos sanitários que ampliaram as vendas de carnes e grãos à China e à Índia, minimizando o impacto de eventuais barreiras dos EUA.

A dimensão doméstica da política externa brasileira se tornará um ativo estratégico quando houver mecanismos regulares que convertam o conhecimento distribuído de atores dispersos em insumos políticos e técnicos para as decisões do Executivo. Está na ordem do dia a institucionalização de um mecanismo consultivo permanente de caráter plural e público, dotado de mandato consultivo, transparência obrigatória e alocação orçamentária para fomento à pesquisa aplicada, capaz de subsidiar a formulação da política externa brasileira e alinhar as iniciativas Sul-Sul ao interesse público em caráter permanente. Ao invés de depender de costuras improvisadas fruto da urgência dos momentos de crise, como visto no episódio do tarifaço imposto por Washington, com sobretaxa de até 50% sobre brasileiros, gerando um constrangimento diplomático sem precedentes na relações entre Brasil e EUA, embargando a agenda bilateral dos dois países, que implicou em dificuldades práticas de interlocução com autoridades estadunidenses e na necessidade de recorrer à um órgão que vêm demonstrando sua insuficiência nos últimos anos — como a Organização Mundial do Comércio — para consultas formais.

Nesse sentido, endossamos a proposta de criação do Conselho Nacional de Política Externa, o CONPEB. A entidade, ainda em fase de maturação, terá um caráter consultivo, e espera-se que seja composta por uma ampla gama de entidades, como think tanks, organizações da sociedade civil, jornalistas independentes e outros atores não-estatais, já familiarizados com as novas dinâmicas de engajamento internacional e com toda a sorte de atores sociais envolvidos na diplomacia pública, com participação formal em delegações internacionais e produção de pareceres públicos nos temas estratégicos (segurança, emprego, renda, inovação, crédito para PMEs, cooperação acadêmica). A participação de atores não estatais e subnacionais têm impacto decisivo na legitimidade doméstica das políticas externas, na capacidade de formulação de posições de forma dinâmica, atuando como uma linha auxiliar na construção de narrativas para a política externa.

No âmbito do BRICS, a proposta dialoga com compromissos reafirmados em 2025 pelos chefes de Estado. Fazemos menção aqui aos parágrafos 123 e 124 da Declaração de Chefes de Estado de 2025:

123. Saudamos a apresentação dos relatórios do Fórum Empresarial do BRICS, da Aliança Empresarial de Mulheres e, pela primeira vez, do Conselho Civil do BRICS na Cúpula do Rio de Janeiro. Salientamos a importância de um diálogo ampliado entre os governos do BRICS e a sociedade civil, saudando a iniciativa da presidência brasileira de fortalecer o envolvimento direto entre os Sherpas do BRICS e os representantes dos mecanismos da sociedade civil do BRICS.

Ao salientar a “importância de um diálogo ampliado entre os governos do BRICS e a sociedade civil”, evidencia-se a importância do diálogo ampliado e a vasta experiência acumulada pelo Fórum Civil do BRICS, que em 2025 completou dez anos de sua fundação, reconhecido pelo parágrafo 74 da Declaração de Chefes de Estado da VII Cúpula do BRICS:

74. Saudamos a iniciativa da presidência de turno russa de realizar o primeiro Foro Civil do BRICS, que contribui para um diálogo entre as organizações da sociedade civil do BRICS, a academia, empresas e governos dos países do BRICS em uma ampla variedade de importantes questões socioeconômicas. Também saudamos a realização do Foro Sindical, bem como o lançamento da “dimensão da juventude” da nossa cooperação durante a Presidência russa.

Na última década, o Fórum Civil do BRICS — encabeçado pelo quê viria a ser estabelecido em 2024, na XVI Cúpula do BRICS, em Kazan, sob a presidência rotativa da Federação da Rússia, como Conselho Civil do BRICS — passou por reestruturações e avanços notáveis, recebendo menções honrosas e recomendações ratificadas pelos documentos oficiais das lideranças do grupo. A partir de 2024, o Conselho Civil tornou-se um dispositivo permanente, tendo assento na reunião dos Sherpa e, a partir de 2025, também na cúpula de líderes. A participação social foi identificada como a marca da presidência brasileira do BRICS+. Seguindo o modelo de outras instituições que atuam às margens da cúpula, defendemos que os mecanismos de consulta e diálogo entre tomadores de decisão e sociedade civil se tornem permanentes, a fim de assegurar a continuidade dos esforços empenhados pelas experiências em curso no âmbito do BRICS:

132. Incentivamos o fortalecimento dos laços entre as comunidades de especialistas e a sociedade civil dos países do BRICS. A esse respeito, saudamos a realização bem-sucedida do Fórum Acadêmico do BRICS e do Fórum Civil do BRICS, as atividades do Conselho de Think Tank do BRICS, que aprimoraram a cooperação em pesquisa e em construção de capacidades entre as comunidades acadêmicas dos países do BRICS, e o lançamento da Rede de Think Tank do BRICS para Finanças, que apoiará as discussões da trilha de finanças BRICS. Nós endossamos o estabelecimento do Conselho Civil do BRICS.

No documento aprovado pela XVII Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro, no parágrafo 124, também se reconhece explicitamente a necessidade de criação de um dispositivo para se institucionalizar a documentação intra-BRICS: “(...) Reconhecemos a necessidade de criar uma base de dados comum do BRICS, para facilitar o acesso a documentos relevantes e a informações básicas.” Assim, além de institucionalizar um mecanismo consultivo doméstico, urge também estabelecer um Centro de Informação e Documentação do BRICS, multilíngue, público e sistemático, para armazenar atas, relatórios e pesquisas de toda a sorte de instituições legitimadas em documentos oficiais ao longo dos anos, declarações de líderes e de reuniões preparatórias e setoriais, memorandos e termos de referência. Esse centro serviria para proporcionar memória institucional duradoura, evitar duplicação e sobreposição de esforços em presidências rotativas, e assegurar maior clareza, transparência e continuidade do trabalho executado entre Sherpas, governos e sociedade civil.

Para que um Centro de Informação e Documentação cumpra esse papel estratégico, ele deve ser entendido como uma infraestrutura pública ativa de conhecimento. Tal centro

funcionaria como repositório centralizado e interoperável — com metadados padronizados, tradução multilíngue, versionamento de documentos e API aberta para consulta —, articulando atas, relatórios, pareceres técnicos, memorandos e estudos setoriais. Essa capacidade técnica de curadoria e indexação permite preservar a memória operacional das presidências rotativas, evitando a repetição de esforços: em vez de criar sucessivas instâncias que tratem de problemas já mapeados, os tomadores de decisão seriam municiados por informações que viabilizam decisões consistentes e dinâmicas, resultando em uma redução de custos de coordenação, aumentando a eficiência das negociações e fortalecendo a posição brasileira em mesas formais e informais, sobretudo em momentos de crise quando a agilidade e a informação confiável são diferenciais estratégicos.

A continuidade do trabalho institucional, por sua vez, depende da articulação permanente entre o centro documental e as instituições produtoras de pesquisa e acompanhamento — think tanks, universidades, centros de pesquisa setoriais, assessorias técnicas de associações empresariais e organizações da sociedade civil. Esses atores produzem análises especializadas e garantem o acompanhamento de dossiês técnicos, oferecem redes de especialistas para consultas rápidas e treinam equipes (como programas de *fellowships* e *secondments*) que podem integrar delegações e time de negociadores. A integração formal dessas fontes no circuito decisório (por meio de contratos de produção de conhecimento, parcerias de pesquisa e linhas orçamentárias específicas) transforma acúmulos dispersos em insumos técnicos reproduzíveis e rastreáveis. Em síntese: institucionalizar a documentação intra-BRICS e articular uma rede de produtores de conhecimento é condição prévia para que a participação social deixe de ser episódica e passe a operar como um vetor institucional de continuidade, legitimidade e capacidade técnica da política externa brasileira.

Por fim, reiteramos que a consolidação do CONPEB e do centro documental é uma exigência estratégica face ao mundo multipolar emergente. Há uma vasta literatura contemporânea que legitima e argumenta em prol da incorporação de atores diversos pelos Estados em seus processos externos, verificando uma tendência de que a ampliação do diálogo municia os tomadores de decisão a responder melhor a sanções, tarifas unilaterais e rupturas comerciais, porque dispõem de uma gama de atuação mais ampla e dinâmica, maior adaptabilidade técnica e credibilidade normativa. Para enfrentar resistências institucionais, interesses corporativos e limitações orçamentárias, propõe-se um plano incremental: (i) fortalecer as instituições da sociedade civil dedicadas à pesquisa e mobilização do BRICS+ no Brasil como componente estratégico; (ii) institucionalizar relatórios públicos e pareceres setoriais que subsidiem decisões do Executivo e Legislativo; (iii) elaborar um estudo de viabilidade orçamentária para o CONPEB e para o centro documental com participação da sociedade civil; (iv) definir periodicidade e estrutura de funcionamento com subcomissões temáticas. Este conjunto de ações permitiria ao Brasil transformar improvisos em uma política externa coerente, legítima e previsível, com participação social real, e não apenas retórica,

como componente auxiliar no centro da sua diplomacia.

Referências:

BRICS. 7th BRICS Summit: Ufa Declaration. Ufa, Rússia, 9 jul. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 12 set. 2025.

BRICS. 16th BRICS Summit: Kazan Declaration. Kazan, Rússia, 24 out. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 12 set. 2025.

BRICS. 17th BRICS Summit: Rio de Janeiro Declaration. Rio de Janeiro, Brasil, 7 jul. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em: 12 set. 2025.

Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook Database: October 2024. Washington, DC: IMF, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/October>. Acesso em: 9 set. 2025.

Organização das Nações Unidas. World Population Prospects: The 2024 Revision. New York: UN Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2024. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 9 set. 2025.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. The State of Food and Agriculture 2023. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofa/2023/en/>. Acesso em: 9 set. 2025.

O Desenvolvimento do Ensino de Mandarim no Sistema Educativo Público Brasileiro: Uma Análise das Políticas Públicas

Fan Zhongpu¹

Resumo: A relação diplomática entre a China e o Brasil vem se desenvolvendo ao longo de mais de 50 anos, entrando, em tempos recentes, em uma fase de expressivo dinamismo. A aproximação entre os dois países impulsionou diversas iniciativas de cooperação bilateral, com destaque para os setores do comércio, da ciência e da tecnologia — áreas nas quais a China tem exercido uma influência crescente através de mecanismos que vão além do mero *hard power*, envolvendo projeção econômica e tecnológica. Por outro lado, a cooperação nos domínios da cultura e da educação teve início de forma mais tardia. No entanto, graças ao esforço coordenado dos governos de ambos os países, esses setores passaram a receber investimentos consistentes e têm registrado avanços significativos. O ensino de mandarim, promovido sobretudo por instituições como o Instituto Confúcio, vem ganhando espaço na sociedade brasileira como veículo de divulgação da língua e da cultura chinesas. Contudo, para além da sua função cultural, o ensino de mandarim enfrenta o desafio de se adaptar às especificidades do sistema educacional público brasileiro, assim como ocorre com o inglês, sendo este um fator externo determinante para a sua consolidação e expansão. O presente artigo tem como objetivo analisar a possibilidade de integrar o ensino de mandarim no sistema educacional público brasileiro, com foco especial nos impactos das políticas públicas atualmente em vigor. Na primeira parte, será apresentado um panorama do desenvolvimento do ensino de mandarim no Brasil. Em seguida, o estudo examinará o enquadramento do ensino de línguas estrangeiras no sistema educacional público brasileiro. Por fim, busca-se mostrar como o sistema educacional público influencia o ensino de mandarim nas instituições de ensino e que estratégias podem ser adotadas para reforçar a sua presença.

Palavras-Chave: ensino de mandarim, sistema educacional público brasileiro, Instituto Confúcio, política pública, cooperação sino-brasileira.

Introdução

O Instituto Confúcio, resultado da parceria entre universidades chinesas e instituições de ensino superior estrangeiras, é uma instituição sem fins lucrativos. Essa colaboração tem como objetivo promover o ensino de mandarim na sociedade internacional, aprofundar o conhecimento do público sobre a cultura associada à língua chinesa e incentivar o

¹ Professor de Português da Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian e atual diretor do Instituto Confúcio na Universidade de Brasília. E-mail: xisu_augusto@hotmail.com.

intercâmbio cultural e educativo entre a China e os demais países do mundo. Desde o ano de 2004, quando foi inaugurado e entrou em funcionamento o primeiro Instituto Confúcio em Seul, na Coreia do Sul, até o final de 2023, estavam registrados 498 Institutos Confúcio e 773 *Confucius Classrooms* em todo o mundo, abrangendo 160 países ou regiões². Apesar das polêmicas associadas às críticas quanto à autonomia das instituições — que levaram ao encerramento de diversos Institutos Confúcio, sobretudo nos Estados Unidos e em alguns países europeus — o número dessas instituições continuou a crescer. No Brasil, a cooperação com a China começou recentemente a dar maior ênfase às vertentes cultural e educacional com a assinatura de novos acordos, além dos avanços já alcançados ao longo do tempo nas áreas econômica, científica e tecnológica. Evidenciam-se, cada vez mais, iniciativas e eventos relacionados à divulgação das culturas e à cooperação na área da educação, tanto no Brasil como na China. No contexto digital, a divulgação junto ao público também se mostra ativa, graças ao papel essencial desempenhado pelos canais multimídia. No entanto, em nível oficial, são os dois blocos econômicos que detêm maior poder para impulsionar o progresso na prática. Em 2014, foram assinados dois acordos entre o Ministério da Educação do Brasil e a Sede do Instituto Confúcio da República Popular da China (Hanban), com os objetivos de reforçar o intercâmbio cultural e acadêmico entre os dois países e de desenvolver o ensino de mandarim nas universidades brasileiras. O mais recente, assinado em dezembro de 2021, foi o “Memorando de Entendimento entre o Centro de Educação e Cooperação em Língua Chinesa do Ministério da Educação da China e o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras sobre a Cooperação no Projeto da Língua Chinesa em Universidades Brasileiras”³.

Com o reforço dos investimentos de ambos os países, os intercâmbios culturais entre as sociedades chinesa e brasileira têm se intensificado, levando cada vez mais brasileiros a se interessarem pelo aprendizado de mandarim e pelo conhecimento da cultura chinesa. Não se pode ignorar o esforço do governo brasileiro, que, sob a presidência de Lula, tem se revelado o mais favorável às relações sino-brasileiras. O ensino de mandarim no Brasil tem registrado rápida expansão, com aumento significativo no número de inscritos, e tende a se desenvolver ainda mais nos próximos anos, buscando formas de inserção no sistema educacional público brasileiro, designadamente através da sua inclusão no plano curricular, quer como disciplina obrigatória, quer como disciplina opcional, face à crescente importância da língua chinesa a nível mundial. Atualmente, em 85 países, a disciplina de mandarim já integra o sistema educacional público, como é o caso da Tailândia, país pioneiro nesta prática desde 1999⁴. No caso

² Dados publicados pela Fundação Chinesa para a Educação Internacional. Disponível em: <https://www.ciefl.org.cn/>. Acesso em 11, jun, 2025.

³ Memorando de Entendimento entre o Centro de Educação e Cooperação em Língua Chinesa do Ministério da Educação da China e o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras sobre a Cooperação no Projeto da Língua Chinesa em Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www.gcub.org.br/wp-content/uploads/2022/01/20211208-GCUB-CIEFL-Assinado-Memorando-PT.pdf>. Acesso em 11, jun, 2025.

⁴ THAILAND. National Education Act of B.E. 2545 (1999), as amended by the National Education Act B.E. 2545 (2002). Disponível em: https://www.law.cornell.edu/gender-justice/resource/national_education_act_of_b.e._2545_%281999%29_%28as_amended_by_the_national_education_

do Brasil, o presente estudo analisará as políticas públicas que influenciam o desenvolvimento do ensino de mandarim, com especial destaque para aquelas do sistema educacional público brasileiro, as quais poderão contribuir para um desenvolvimento mais sólido e fundamentado desse ensino no país. Na primeira parte, será apresentado um panorama do desenvolvimento do ensino de mandarim no Brasil. Em seguida, o estudo examinará o enquadramento do ensino de línguas estrangeiras no sistema educacional público brasileiro. Por fim, procurar-se-á demonstrar de que forma o sistema educacional público influencia o ensino de mandarim nas instituições de ensino, bem como que estratégias poderão ser adotadas para integrar a disciplina de mandarim no sistema educativo público.

Ensino de mandarim no Brasil

Os Institutos Confúcio no Brasil, juntamente com outras instituições da sociedade, sejam públicas ou privadas, constituem os canais mais comuns de acesso do público à aprendizagem da língua e ao conhecimento da cultura chinesa. Tomando como exemplo o Instituto Confúcio da Universidade Estadual Paulista, observa-se que, até o ano de 2024, aproximadamente 28 mil brasileiros foram formados para falar mandarim. O avanço dos meios digitais, como os aplicativos de aprendizagem, tem ampliado o interesse pelo estudo de mandarim, sobretudo entre aqueles que não têm acesso aos cursos presenciais oferecidos pelas instituições referidas, sendo essas plataformas cada vez mais utilizadas, recentemente, pelo público para a aquisição da língua.

Entre as diversas instituições dedicadas ao ensino do mandarim, o Instituto Confúcio é frequentemente reconhecido como a opção mais profissional e estruturada (Zhao & Huang, 2010). Com recursos didáticos mais unificados e específicos, uma equipe pedagógica altamente qualificada e especializada, bem como uma ampla oferta de atividades culturais e programas de intercâmbio, os alunos podem se beneficiar de uma formação mais sólida, coerente e abrangente. No contexto brasileiro, o primeiro Instituto Confúcio foi inaugurado em 2008, na Universidade Estadual Paulista, em parceria com a Universidade de Hubei da China, enquanto o Instituto Confúcio da Universidade de Brasília foi o segundo a ser criado no país, tendo sido inaugurado em 26 de setembro de 2008. Em julho de 2025, o Brasil já contava com 14 Institutos Confúcio, concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país e sediados em universidades de maior influência, principalmente três no estado de São Paulo e três no Rio de Janeiro. Com diferentes localizações e perfis institucionais, os Institutos Confúcio no Brasil apresentam características distintas e, em geral, respondem às necessidades locais. Por exemplo, o Instituto Confúcio da Universidade de Brasília dedica-se sobretudo ao ensino da língua chinesa a órgãos governamentais brasileiros, em virtude da sua localização na capital do país, prestando

[act.b.e._2545_%282002#:~:text=Act%20of%20B.E._,2545%20\(1999\)%20\(as%20amended%20by%20the%20National%20Education%20Act,of%20at%20least%2012%20years](http://act.b.e._2545_%282002#:~:text=Act%20of%20B.E._,2545%20(1999)%20(as%20amended%20by%20the%20National%20Education%20Act,of%20at%20least%2012%20years). Acesso em: 11 jun. 2025.

igualmente apoio à comunicação de alto nível entre os dois países. Já o Instituto Confúcio da Universidade Federal de Goiás em parceria com a Universidade de Medicina Chinesa de Hebei e a Universidade de Línguas Estrangeiras de Tianjin, tem como missão a divulgação da medicina tradicional chinesa.

O Instituto Confúcio funciona subordinado à universidade parceira estrangeira e, no âmbito do ensino de mandarim, dispõe das seguintes possibilidades: (1) oferecer cursos de mandarim aos alunos dos cursos de licenciatura ou de pós-graduação, integrados no respectivo plano curricular, muitas vezes como disciplina opcional; (2) oferecer cursos de mandarim como formação paga, destinados ao público em geral; (3) estabelecer parcerias com outras entidades, como universidades que não possuem Instituto Confúcio, organizações da sociedade civil ou entidades governamentais, para oferecer aulas de mandarim; e (4) criar polos de ensino em escolas públicas ou privadas, funcionando como unidades subordinadas, às quais se prestam apoio através de docentes ou recursos didáticos, com o objetivo de oferecer a disciplina fora do plano curricular. Diferentemente das opções (2), (3) e (4) — que dependem da procura existente e que podem ser descontinuadas a qualquer momento —, a opção (1) é um exemplo claro de integração efetiva no ensino de mandarim no sistema educacional público, atribuindo créditos aos alunos, apesar de se tratar de uma disciplina opcional. Essa inserção caracteriza-se por ser mais estável e sólida, oferecendo uma base consistente para o desenvolvimento sustentável do ensino da língua chinesa no futuro. Tendo em consideração a estratégia de promoção de *soft power* da China, por um lado, consolidar a divulgação da língua chinesa no sistema educacional público constitui um passo essencial nesse processo, significando sua institucionalização e legitimação como parte integrante da formação acadêmica regular. Por outro lado, para o próprio ensino da língua, essa inserção garante maior estabilidade, continuidade e visibilidade, estando orientada para a construção de pontes culturais (Risager, 2006; Dong & Gube, 2020). No processo de desenvolvimento sustentável do ensino da língua chinesa no exterior, a motivação dos alunos também merece atenção, sendo sempre preferível que predomine a motivação intrínseca, por constituir um melhor indicador de progresso a longo prazo.

Verifica-se que, até o ano de 2024, o Brasil apresenta uma oferta muito limitada de cursos de línguas estrangeiras no sistema educacional público, limitação que se torna ainda mais evidente nos níveis de ensino básico e médio, quando comparada com a oferta existente no ensino superior. Entre os cursos de graduação que incluem formação em línguas, a maior ênfase recai sobre o ensino do português, inglês e espanhol, o que reflete um fenômeno recorrente na própria sociedade. A diversificação da oferta de línguas no sistema educacional público tende a ser uma das temáticas mais debatidas pelo governo brasileiro no futuro, uma vez que outras línguas estrangeiras modernas ainda não alcançaram a mesma importância que o inglês e o espanhol.

Ensino de línguas estrangeiras no sistema educacional público brasileiro

O desenvolvimento do ensino de línguas estrangeiras na sociedade brasileira passou a ser influenciado por fatores econômicos, políticos, históricos e sociais, num processo que se iniciou apenas em um período mais recente da sua história, após a experiência da colonização, o que fez com que a língua portuguesa prevalecesse no sistema educacional público. No processo de transformação, houve um período em que o ensino de línguas estrangeiras era restrito às classes dominantes, que detinham os meios e a possibilidade de circular no estrangeiro e prosseguir estudos fora do país. Recentemente essa realidade mudou e, em detrimento das línguas clássicas ou das línguas europeias modernas, tradicionalmente associadas a aspectos culturais e humanísticos, e sujeitas aos poderes ideológicos dominantes e à influência das relações internacionais, o processo de industrialização do Brasil e as exigências do mercado de trabalho passaram a valorizar, sobretudo, o domínio da língua inglesa. No Brasil, os objetivos de aprendizagem de uma língua estrangeira são, em geral, na época moderna, de natureza predominantemente instrumental (Fogaça & Gimenez, 2007).

A criação do Mercosul, em 1991, também influenciou o ensino de línguas no Brasil, promovendo a valorização do espanhol como língua de integração regional e reafirmando o papel do português como instrumento de identidade linguística no Mercosul. O ensino de línguas estrangeiras revela-se de grande importância para a sociedade brasileira, não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um meio de inserção social, econômica e cultural dos indivíduos em um mundo globalizado (Paiva, 2005). Porém, na realidade, o que também influencia a oferta de línguas estrangeiras no Brasil é a diversidade das comunidades que compõem o país, refletida em uma preferência de aprendizagem igualmente diversa. Um exemplo evidente são as comunidades situadas nas regiões fronteiriças, que estão expostas a diferentes influências culturais e linguísticas dos países vizinhos. Essa realidade torna difícil a implementação de uma política educativa capaz de uniformizar a oferta de línguas estrangeiras, bem como a disponibilização equitativa de todas as opções nas escolas em âmbito nacional. Importa salientar que, com a aprovação da Lei n.º 13.415/2017, foi revogada a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no ensino médio, o que representa um recuo nas políticas de promoção da diversidade linguística.

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional atualmente em vigor no Brasil, define os princípios relativos ao ensino de línguas estrangeiras no sistema educacional público do Brasil, ainda que tenha sofrido alterações ao longo dos últimos anos. Considerando que parte da população brasileira indígena tem como língua materna uma língua distinta do português, esse documento estrutural prevê, de forma orientadora, a integração da língua portuguesa como componente obrigatório a partir do ensino médio, sendo esta concebida como instrumento de comunicação, de acesso ao conhecimento e de exercício da cidadania. Paralelamente, o documento também estabelece

a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira a partir da quinta série. Contudo, a escolha da língua, como consta nesse documento, cabe à comunidade escolar, de acordo com as possibilidades e os recursos da instituição. Ou seja, o documento normativo torna obrigatória a oferta de uma língua estrangeira, sem, contudo, especificar qual. O currículo do ensino médio também prevê a possibilidade opcional de escolha de uma segunda língua estrangeira moderna. O documento destaca a utilização das línguas indígenas como línguas maternas no seio das respectivas comunidades. Este protecionismo linguístico contribui para a preservação e valorização dessas línguas, sobretudo em contextos de recursos educativos limitados, mas representa, pelo menos por agora, um desafio adicional à plena implementação de políticas educativas orientadas para o ensino de línguas estrangeiras. Com efeito, quando a gestão institucional e a política vigente privilegiam as línguas indígenas, isso pode conduzir a uma redução do espaço curricular e a um menor investimento nas línguas estrangeiras (Hornberger, 2008). Paralelamente, tal orientação poderá criar constrangimentos no desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos no domínio de línguas adicionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto documento mais detalhado, estabelece orientações mais explícitas para a prática educativa e define de forma precisa as competências que os alunos devem adquirir, desde a educação infantil até ao ensino médio. O documento estabelece a língua inglesa como a única língua estrangeira de oferta obrigatória nos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano) e nos três anos do ensino médio, definindo, igualmente, as competências linguísticas que os alunos devem desenvolver ao longo desse ciclo de ensino: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. Considerando a língua inglesa como língua franca no contexto global, cuja relevância se destaca no processo de desterritorialização, o documento oficial toma o inglês como exemplo paradigmático, embora esse enquadramento se aplique igualmente a outras línguas estrangeiras que possam ser disponibilizadas. Espera-se, assim, que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam utilizar a língua com fluência como meio de integração na sociedade global, de promoção da convivência intercultural e de valorização do multiculturalismo. O ensino da língua inglesa visa, precisamente, desenvolver competências orientadas para a comunicação global, a consciência intercultural, a compreensão das relações entre língua, cultura e identidade, o domínio de repertórios linguísticos diversos, o uso ético e crítico das tecnologias e o acesso a patrimônios culturais no contexto de uma sociedade plurilíngue e multicultural. Para além de responder à procura efetiva, as orientações vêm exigindo dos alunos competências mais abrangentes e mais reflexivas. Quanto ao ensino de outras línguas estrangeiras, o documento não fornece diretrizes detalhadas, mantendo a lógica da oferta opcional, com uma preferência recorrente pela língua espanhola, que chegou a ser de oferta obrigatória no sistema educacional público brasileiro até 2017.

No que diz respeito ao ensino superior, as instituições gozam de maior autonomia para definir o ensino de línguas estrangeiras, de acordo com as exigências formativas e os objetivos

institucionais, As Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas pelas autoridades brasileiras, estabelecem orientações gerais para os cursos de graduação. Na lista completa dos 70 cursos⁵, 21 não exigem nem mencionam qualquer competência relacionada às línguas estrangeiras. Entre os outros 49 cursos, verificou-se que: 26 incluem a menção às línguas estrangeiras tanto nos conteúdos curriculares como nas competências e habilidades dos diplomados; 18 referem línguas estrangeiras apenas nas competências e habilidades; e 5 mencionam línguas estrangeiras apenas nos conteúdos curriculares. Dos 49 cursos, 19 indicam explicitamente, nos conteúdos curriculares ou nas competências e habilidades, a exigência da língua inglesa ou da língua espanhola quanto língua estrangeira moderna. Os demais 30 conferem às instituições autonomia para definir os pormenores dos cursos. Ao contrário das necessidades do ensino de línguas estrangeiras no ensino básico e médio, geralmente determinadas pela procura local, as exigências de formar graduados com competências em línguas estrangeiras no ensino superior dependem de um conjunto mais amplo de fatores contextuais. Quando o enquadramento estrutural deixa em aberto, no sistema educativo público do ensino superior, a definição do ensino de línguas estrangeiras, tudo dependerá da localização geográfica da universidade, dos cursos oferecidos e do perfil dos graduados, da procura por parte dos estudantes, das exigências do mercado de trabalho, das parcerias e cooperações internacionais, da internacionalização do currículo, das condições institucionais da própria universidade e do apoio externo (Knight, 2004; De Wit, 2002; Paiva, 2005; Risager, 2006).

Disciplina de mandarim no sistema educacional público brasileiro

Ao comparar as diferentes etapas do sistema educativo público no Brasil, percebe-se que o ensino superior revela não só maior necessidade, como também maior capacidade para desenvolver o ensino de mandarim. Para além de oferecer cursos de Mandarim à comunidade acadêmica interna, o ensino superior disponibiliza recursos didáticos, sobretudo por meio da doação de materiais físicos de apoio ao ensino e de manuais escolares, bem como do acesso a materiais de aprendizagem em suporte multimídia, e docentes que podem apoiar outras instituições da sociedade ou universidades que não dispõem do Instituto Confúcio. Especialmente na presente época, em que a relação sino-brasileira entrou numa fase promissora e tem evoluído rapidamente, são esperadas cooperações cada vez mais intensas nos domínios da cultura e da educação. Porém, apesar da tendência crescente de abertura de cursos de mandarim nas universidades brasileiras, apenas uma pequena parte dessas aulas integra formalmente os conteúdos curriculares dos cursos, sendo geralmente oferecida como disciplina opcional na área de Letras, ainda que com atribuição de créditos, como é o caso na

⁵ Dados extraídos da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais disponíveis no portal do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em 11. jun. 2025.

Universidade de Brasília. Tal situação deve-se ao fato de os cursos de graduação no ensino superior brasileiro ainda não possuírem uma ligação sólida com o ensino de mandarim, que não é exigido obrigatoriamente nos planos curriculares.

Nas fases iniciais do ensino, como o ensino fundamental e o ensino médio, a situação é mais difícil, devido à reduzida procura por parte dos alunos e às condições institucionais mais frágeis, como exemplo, a ausência de infraestruturas físicas e tecnológicas apropriadas, bem como a escassez de docentes especializados e a falta de apoio necessário para impulsionar o ensino de Mandarim. Existem apenas casos pontuais, como o do Colégio Estadual Matemático Joaquim Gomes de Sousa, no Rio de Janeiro, que se tornou um colégio intercultural Brasil-China a partir de 2015. Com o forte apoio externo do governo local e de uma universidade chinesa — Universidade Normal de Hebei — foi possível criar uma escola específica dedicada ao ensino de mandarim. No entanto, continua a haver grandes limitações quando se pretende integrar a disciplina de mandarim como parte do currículo de uma escola pública regular. Ao mesmo tempo, caso a disciplina de mandarim fosse integrada no plano curricular, especialmente no ensino fundamental e médio, os alunos poderiam optar por não a escolher sempre que sentissem pouca necessidade de aprender a língua chinesa, uma vez que, nas universidades, não existem cursos relacionados que permitam dar continuidade aos estudos. Em muitas universidades, o mandarim nem sequer é oferecido como disciplina opcional, ainda que haja um número crescente de instituições interessadas em abrir cursos de mandarim, muitas vezes recorrendo ao apoio externo. A aprendizagem precoce da língua, atualmente, não parece oferecer um retorno ou benefício tangível para este grupo de alunos que encaram o estudo como um percurso acadêmico e profissional sério. Por um lado, a continuidade da aprendizagem no ensino superior constitui uma oportunidade de aprofundamento da proficiência e de certificação formal das competências adquiridas e da experiência de aprendizagem. Por outro lado, pode ser entendida como uma etapa de formação e de transição orientada para o mercado de trabalho. Contudo, a ausência de continuidade da disciplina de mandarim no ensino superior —isto é, um percurso de aprendizado mal estruturado — poderá conduzir à desmotivação dos alunos e comprometer a sua disposição para prosseguir o estudo da língua (Čepon, 2012; Jiang & Dewaele, 2022).

No processo de crescente divulgação da língua chinesa na sociedade brasileira, os Institutos Confúcio no Brasil têm desempenhado um papel fundamental ao expandir a oferta do ensino da língua em diversas instituições e entidades. O fortalecimento da cooperação cultural e educacional entre os dois governos têm contribuído para o aumento de investimentos por parte do governo chinês, que passa a disponibilizar recursos didáticos e docentes para apoiar a expansão do mandarim. Ao mesmo tempo, tem-se notado um aumento do número de vagas e oportunidades de bolsas de estudo destinadas a apoiar estudantes brasileiros que pretendem estudar na China — seja em programas de curta duração, como intercâmbios, seja em programas de longa duração, como de licenciatura, de mestrado ou de doutorado. Por outro lado, têm

surgido cada vez mais oportunidades de deslocamento à China, tanto em visitas culturais e acadêmicas quanto para fins profissionais, o que reforça os benefícios ou a necessidade de aprender mandarim. Os investimentos chineses no Brasil têm criado mais oportunidades de emprego para quem domina a língua, o que pode motivar os alunos a aprender mandarim. A aprendizagem de mandarim, atualmente no Brasil, revela uma predominância da motivação instrumental em relação à motivação intrínseca, conforme evidenciado na análise acima (Yang, Zeng & Xu, 2021). No entanto, quando o ensino de mandarim é inserido no sistema educacional público — o que implica um percurso de aprendizagem mais prolongado —, este depende, em geral, de uma maior motivação intrínseca por parte dos alunos, que constituem a base de sustentação para a continuidade desta disciplina ao longo dos anos de escolaridade. A motivação do público para aprender mandarim tende a evoluir num contexto promissor e de expectativas positivas. Contudo, as condições geopolíticas do Brasil, onde o inglês e o espanhol continuam a ter maior relevância, tornam essa possibilidade ainda limitada, e a língua chinesa, de fato, continua a ser uma opção pouco expressiva em comparação com outras línguas estrangeiras modernas. Mesmo assim, o ensino da língua espanhola continua a ser oferecido apenas como disciplina opcional — o que levanta a questão de até que ponto a língua chinesa poderá, no futuro, alcançar um nível de influência global comparável ao da língua inglesa. Esta crescente influência já se faz sentir na sociedade brasileira e, de forma mais ampla, em todo o mundo, abrangendo diversas áreas, para além da economia e da tecnologia.

No Brasil, a introdução da disciplina de mandarim no sistema educacional público ocorre, geralmente, com maior facilidade no ensino superior, o que poderá, posteriormente, exercer influência e promover mudanças nas restantes etapas do ensino, onde ainda são necessários apoio externo e um enquadramento legal, apesar da crescente procura. É sempre mais desejável que esse avanço ocorra também em nível institucional, por iniciativa do governo, com a inclusão do ensino de mandarim em documentos oficiais — possibilidade que pode emergir do fortalecimento da cooperação sino-brasileira. Em conjunto com o governo chinês, também é exigido da parte brasileira que envide esforços no sentido de promover um avanço ao nível institucional e de prestar o apoio necessário, desde o nível nacional até ao nível local, o que se revela fundamental, especialmente nas escolas de ensino fundamental e médio. Acredita-se que esta iniciativa ainda está longe de se concretizar, enfrentando diversos outros desafios, uma vez que o Brasil ainda não começou a investir significativamente no ensino de outras línguas estrangeiras além do inglês e do espanhol, dado que os esforços governamentais continuam, nesta altura, centrados na promoção da língua portuguesa e na proteção das línguas indígenas. Ao mesmo tempo, a grande disparidade de capacidades locais, a diversidade das culturas regionais e a diferença nas estratégias adotadas impedem a implementação de uma política unificada para o ensino de línguas estrangeiras. Além disso, persiste a escassez de docentes chineses qualificados, especialmente daqueles que dominam a língua portuguesa, bem como de recursos didáticos adequados.

Conclusões

A inserção da disciplina de mandarim no sistema educacional público no Brasil ainda não apresenta grande viabilidade. O sistema continua centrado na promoção da língua portuguesa e na preservação das línguas indígenas; quanto às línguas estrangeiras, adota-se uma estratégia que confere maior autonomia às instituições, respeitando as suas próprias necessidades, com exceção do inglês, cuja predominância e obrigatoriedade se mantêm devido à sua importância global.

A possibilidade de integração da disciplina da língua chinesa no sistema educacional público brasileiro permanece latente e tende a crescer, à medida que a divulgação e a procura pela aprendizagem de mandarim continuam, até que a influência da língua chinesa passe a ser uma opção ou uma necessidade em larga escala, em consonância com a tendência de cooperação cultural e educacional entre a China e o Brasil. Ao mesmo tempo, a influência da língua chinesa tem-se expandido mundialmente, impulsionada pelo desenvolvimento econômico da China. Se esse ritmo for mantido, a inserção da disciplina de mandarim no Brasil poderá intensificar-se de forma acelerada.

Referências:

- Castro, E., & Oliveira, U.T.V. (2022). A Língua Estrangeira no Ensino Superior: Uma Análise de Sua Oferta em Universidades Brasileiras. *Educação em Revista*, 38, e35876.
- Čepon, S. (2012). Higher education institutions without foreign language continuity. *Journal of the Faculty of Arts*, University of Ljubljana, 34(2), 25–44.
- De Wit, H. (2002). *Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: A historical, comparative, and conceptual analysis*. Westport: Greenwood Press.
- Dong, J., & Gube, J. (2020). The language of soft power in the context of Chinese: China's promotion of Mandarin worldwide. *Language and Intercultural Communication*, 20(2), 133–147.
- Fogaça, F.C., & Gimenez, T.N. (2007). O Ensino de Línguas Estrangeiras e a Sociedade. *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*, 7(1), 161-182.
- Hornberger, N. H. (2008). Introduction: Can schools save indigenous languages? Policy and practice on four continents. In N. H. Hornberger (Ed.), *Can schools save indigenous languages? Policy and practice on four continents* (pp. 1–12). London: Palgrave Macmillan.
- Jiang, Y., & Dewaele, J.-M. (2022). Academic motivation, enjoyment and L2 willingness to communicate. *Frontiers in Psychology*, 13, 919784.

Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, 8(1), 5–31.

Paiva, V. L. M. O. (2005). O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: políticas e práticas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 5(1), 153–168.

Risager, K. (2006). **Language and culture: Global flows and local complexity**. Bristol: Multilingual Matters.

Yang X., Zeng L., Xu Z. (2021). **An investigation of the language learning strategies used by Brazilian students learning Chinese as a foreign language**. **Heliyon**, 7(7), e07476.

Zhao, H. & Huang, J. (2010). China's policy of Chinese as a foreign language and the use of overseas Confucius Institutes. **Educational Research for Policy and Practice**, 9 (2), 127–142. pagina

O pensamento filosófico chinês e as teorias de relações internacionais da China

Luísa Bianchet¹

INTRODUÇÃO

O estudo das relações internacionais (RI) como disciplina acadêmica teve seu início logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919. O surgimento dessa nova área de conhecimento foi motivado pela busca por compreender as origens dos grandes conflitos entre as potências europeias, e por encontrar caminhos para promover a paz, a estabilidade e a cooperação no cenário internacional. No entanto, foi somente em 1939, com a publicação da obra "Vinte Anos de Crise" de Edward Carr, que as Relações Internacionais atingiram um maior grau de maturidade em sua construção científica (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022). Nesse livro seminal, Carr faz uma crítica contundente ao idealismo que predominou no período entre guerras. Se em um primeiro momento predominaram abordagens utópicas e prescritivas, voltadas a pensar meios de se alcançar a paz, com Carr o foco se deslocou para uma análise crua e descritiva da realidade do poder, dando início a uma fase mais propriamente científica desse campo de estudos.

A partir de então, ganhou força a corrente Realista Clássica, que propunha uma análise focada em como o sistema internacional de fato funciona: um ambiente anárquico, marcado por constantes disputas de poder entre Estados autointeressados, egoístas, unitários e racionais, que buscam garantir sua sobrevivência por meio da autoajuda (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022).

O fim da segunda grande guerra, a emergência da guerra fria e a descolonização afro-asiática marcaram o término do imperialismo formal europeu e a inserção de novos atores internacionais nos sistemas. Os novos Estados apresentavam uma nova realidade e um ponto de vista diferente que não era acobertado pelas teorias de RI vigentes, o que catalisou a construção de novos aparatos teóricos sob o viés decolonial e pós-colonial, inspirados no marxismo. Com a ascensão da China como ator geopolítico de primeira grandeza no século XXI, observa-se um esforço crescente de estudiosos chineses para pensar as RI a partir

¹ Mestranda em Relações Internacionais, pela Universidade Federal do ABC. Pós-graduanda na especialização em China Contemporânea, pela PUC-Minas. Pesquisadora membro do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) e do Instituto E+ Transição Energética. Participante do GECHINA na Diretoria Acadêmica. email: braga.bianchet21@gmail.com.

de seu próprio contexto histórico, filosófico e cultural. Esse movimento intelectual suscita o questionamento sobre em que medida os conceitos e modelos explicativos elaborados na China representam apenas uma reinterpretação localizada de teorias ocidentais consagradas ou se, de fato, constituem inovações teóricas substantivas, capazes de lançar nova luz sobre a dinâmica da política internacional contemporânea.

Nesse contexto, o presente artigo propõe realizar uma análise exploratória e comparativa entre as formulações do realismo político no pensamento ocidental e chinês de RI, com o intuito de avaliar o potencial inovador das abordagens desenvolvidas na China. Para tanto, após esta breve introdução, a primeira seção resgatará os fundamentos do pensamento filosófico e político da China Antiga, destacando conceitos centrais como *Tianxia*, o Mandato do Céu (*Tianming*) e a moralidade confuciana. Em seguida, a segunda seção apresenta os princípios fundamentais do realismo clássico tal como formulados por autores seminais como Edward Carr e Hans Morgenthau. A terceira seção traça um panorama da evolução histórica da disciplina de RI na China, destacando a recepção das teorias ocidentais e os esforços mais recentes de construção de perspectivas autóctones. A quarta seção se debruça mais detidamente sobre a teoria do realismo moral proposta pelo cientista político chinês Yan Xuetong, buscando mapear suas principais características e contribuições frente ao cânone realista ocidental. Por fim, a seção de considerações finais avalia os pontos de continuidade e ruptura entre as abordagens analisadas, discutindo em que aspectos o pensamento chinês tem logrado produzir um novo programa de pesquisa no campo das RI.

FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO-FILOSÓFICO NA CHINA ANTIGA

Entre a queda do reino de Shang e a ascensão do Primeiro Imperador da China há um período extenso de oito séculos marcado por batalhas, instabilidade e conflitos. Ao mesmo tempo, esse período foi caracterizado pelo surgimento de um distinto pensamento político-filosófico baseado em tradições históricas e ritos que moldaram tanto o período imperial chinês quanto as tradições político-institucionais do país até a modernidade. Com Kong Fuzi (Confúcio) e os confucionistas, emerge a forte ideia do imperador como um ser benevolente, que governa pela virtude e pela justiça, a imagem do monarca-sábio ordenado pelo Céu (*Tian*).

Para compreender a ascensão do império Qin, que unificou a China em 221 a.C., é necessário examinar eventos anteriores que possibilitaram essa unificação. Retornando ao reino Zhou (c. 1049–256 a.C.), observamos que este tinha origens na bacia do rio Wei, com expressões culturais em bronze e cerâmica dos milênios IV-III a.C. Por pressões demográficas e desastres naturais, os Zhou migraram para o baixo vale do rio Wei, inicialmente aliando-se aos Shang e desenvolvendo técnicas agrícolas avançadas.

A dinastia Zhou se divide em dois períodos: o Zhou Ocidental (c. 1046-771 a.C.) e o

Zhou Oriental (c. 770-256 a.C.). Sua ascensão seguiu um padrão similar a mudanças dinásticas anteriores: o último rei Shang havia se tornado tirânico, levando o rei Wu, dos Zhou, a derrotá-lo em 1046 a.C. Os Zhou justificaram essa mudança através do conceito do Mandato do Céu (*Tianming*), argumentando que os Shang haviam perdido o privilégio celestial devido a suas falhas em governar adequadamente.

Na lógica do Mandato do Céu, um rei e sua dinastia só poderiam governar enquanto o Céu estivesse ao seu lado. Um rei que negligenciasse seus deveres sagrados ou agisse tiranicamente suscitaria o descontentamento do Céu, perturbando a harmonia cósmica. Este Mandato Celestial era a fonte divina da autoridade e do direito de governar na China Antiga. É importante ressaltar que essa força divina não carrega a mesma cosmologia da divindade cristã-ocidental. O céu (*Tian*) era compreendido como uma força transcendental que escolhia governantes baseado em suas características de responsabilidade, moralidade e virtude. O imperador escolhido pelo Mandato enfrentava a obrigação moral de governar para o bem do povo, para todos aqueles "sob o Céu". Assim, o Céu torna-se a divindade suprema dos Zhou, e a ideologia política começa a ser moldada a serviço da ideia do rei-sábio.

A dinastia Zhou nunca foi completamente unificada, enfrentando desafios com líderes locais em um território chinês ainda bastante dividido. Contudo, muitos aspectos institucionais, de governança, culturais e filosóficos estabelecidos durante este período tornaram-se fundamentais para dinastias subsequentes e para a China contemporânea. Inicialmente, a administração era centralizada na região ocidental, ao redor da corte imperial. Como não era uma dinastia unificada, os Zhou enfrentavam dificuldades com famílias poderosas das regiões orientais, formando alianças e casamentos entre a família real e líderes regionais. Esta configuração político-organizacional tem sido vista por alguns estudiosos como uma forma de feudalismo, embora seja importante destacar que as lideranças desse período estavam unificadas em torno de laços familiares e de parentesco.

Com o tempo, esse sistema começou a falhar, com líderes locais identificando-se cada vez menos com a corte imperial. Invasões por povos não chineses, especialmente ao sul e ao norte da capital, intensificaram-se, e problemas sucessórios levaram ao eventual abandono da capital, marcando o fim do Zhou Ocidental.

Paralelamente ao período de desagregação territorial durante a era da Primavera e Outono (770-476 a.C.), florescem as principais escolas de pensamento filosófico e político da China. Diante do caos e da instabilidade, Lao Zi escreve sobre a ordem natural e cósmica do equilíbrio, enquanto Confúcio (c. 551-479 a.C.) discorre sobre a ordem harmônica social e burocrática, com a hierarquização da ordem humana diante do Céu. Para Confúcio, desastres naturais eram respostas do Tian, evidenciando o desequilíbrio do poder imperial em manter a ordem com os ancestrais (através dos ritos) e com o próprio Céu. A ideia de harmonia e união apresentada pelos Analectos de Confúcio foi uma das principais influências para o esforço de unificação da China pelos Qin.

Confúcio emergiu em um contexto de guerras que culminariam no colapso do sistema

multiestatal Zhou. Para ele, a estabilidade de longo prazo residiria em alguma forma de unidade política, sendo possivelmente o primeiro a sugerir as vantagens de um governo unificado de tudo "sob o Céu" (*Tianxia*). Conforme ele próprio afirmou:

"Quando o caminho prevalece sobre o céu, os ritos, a música e as expedições punitivas são ordenadas pelo filho do céu. Quando não há caminhos sobre o céu, os ritos, a música e as expedições punitivas são dirigidas pelos soberanos. Mas se eles forem dirigidos por soberanos, dentro de dez gerações a maioria dos Estados estará perdida, se forem dirigidos pelos nobres, eles estarão perdidos dentro de cinco gerações, quando os meros servos mantêm o destino do Estado eles estarão perdidos dentro de três gerações".

(Confúcio, 505-502 a.E.C. *apud*Wood, 2022, pg. 78)

Para Confúcio, conter o conflito na sociedade chinesa exigia restabelecer e concentrar o poder em um único monarca sábio e legítimo. O governante ideal deveria ser humano e educado, orientado por sábios e intelectuais capazes de restaurar o caminho correto, definir tradições e aconselhar os imperadores. A política foi, portanto, a primeira e principal preocupação de Confúcio. O pensamento filosófico chinês girou essencialmente em torno de duas questões principais: a harmonia do universo e a harmonia da sociedade — cosmologia e política.

O período de Zhou Oriental foi marcado por caos e violência, culminando no período dos Estados Combatentes, onde sete estados (Chu, Han, Qi, Qin, Wei, Yan e Zhao) confrontavam-se continuamente. A famosa obra "A Arte da Guerra" de Sun Tzu (c. 500 a.C.) foi escrita durante esse tempo, registrando preceitos e táticas para obter vantagem sobre oponentes, vencer guerras e estabelecer a paz.

"A Arte da Guerra" cobre todos os aspectos da guerra, aconselhando comandantes sobre preparação, mobilização, ataque, defesa e vitória. Organizada em 13 capítulos, a obra não evita os artifícios da guerra, mas também não glorifica o combate, enfatizando que o confronto direto só deve ocorrer quando outras estratégias falham. Grande parte dos conselhos relaciona-se ao uso imaginativo das tropas baseado no conhecimento do terreno e do inimigo, destacando a importância da psicologia na guerra.

Um conceito fundamental na obra é o *qi*, força vital que permeia todo o universo. Na guerra, os comandantes devem manter a energia vital (*qi*) de suas tropas enquanto drenam as forças inimigas, reconhecendo a psicologia como fator crucial para o sucesso.

Nas décadas finais da era dos Estados Combatentes, a filosofia de Shang Yang, que defendia a guerra total sem considerações de cavalaria tradicional e enfatizava a vitória por quaisquer meios, foi adotada pelo rei Zheng de Qin. Através de campanhas brutais, ele derrotou os outros estados e estabeleceu-se como Shi Huangdi, o primeiro imperador, marcando o fim da dinastia Zhou e o início da dinastia Qin.

A unificação da China pelo Império Qin em 221 a.C. foi um momento decisivo na história chinesa. Anteriormente considerado um reino bárbaro nas fronteiras da civilização,

Qin emergiu sob a liderança do rei Zheng para conquistar os demais estados. Embora tenha governado toda a China por apenas 15 anos, o império Qin estabeleceu estruturas governamentais e modelos de pensamento que persistem até hoje.

No século III a.C., as ideias de Confúcio, apoiadas pelas táticas de Sun Tzu, materializaram-se. Os estados concordaram que a unidade de governo seria condição necessária para implementar o princípio do Caminho (*Dao*) e, consequentemente, alcançar o grande equilíbrio e harmonia. No entanto, a China foi unificada pela espada e por uma ideologia governante bastante diferente do ideal confucionista proposto pelo filósofo do estado de Lu, demonstrando que, naquele momento histórico, a benevolência não era suficiente para alcançar a grande harmonia — embora pudesse tornar-se viável posteriormente, quando unidade e obediência estivessem plenamente estabelecidas.

Tianxia: O Conceito do "Tudo Sob o Céu"

Um dos conceitos mais influentes e duradouros do pensamento político chinês é o de *Tianxia* (天下), literalmente "tudo sob o céu". Este conceito milenar denota a área de influência do imperador chinês, receptor do Mandato do Céu, a quem todos os demais seres deveriam se subordinar. A hierarquia intrínseca ao conceito tinha como finalidade garantir a Grande Harmonia (*Datong*) do mundo ideal político-filosófico chinês.

A Grande Harmonia previa a ordem baseada na moral e no altruísmo, sendo que o exemplo moral deveria partir do imperador e envolvia cinco virtudes principais: benevolência (*ren* 仁), senso do dever (*yì* 德), adequação (*lì* 礼), sabedoria (*zhi* 智) e confiabilidade (*xin* 忠). "Com base nessas virtudes e nos ritos estabelecidos, o soberano teria legitimidade e, assim, seria atingida a harmonia social" (Barbosa, 2021). Nessa perspectiva, política e moral não apenas coexistiam — como a primeira era a continuação da segunda.

Além da hierarquia, *Tianxia* evocava, através da ordem da diferença (*chaxu zhixu*), a desigualdade, pois a relação modelo era entre pais e filhos na família confuciana. Como extensão das famílias, o governo chinês sustentava-se em cinco formas de relacionamento: pai-filho, imperador-ministro, irmão mais velho-irmão mais novo, marido-mulher, amigo-amigo (Qin, 2007). Assim, as relações entre governantes e governados eram regidas pelo mesmo sistema social de devoção e hierarquia. "É por meio dessa ordem hierárquica que seria possível dar estabilidade e harmonia ao sistema, garantindo sua manutenção no longo prazo" (Corrêa e Barbosa, 2017).

Na dinastia Qin (221–207 a.C.) e na dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.), *Tianxia* foi adotado também nas relações com outros países, por meio do sistema tributário que perdurou por cerca de dois mil anos. Neste modelo, a China era o "império do meio", o centro do mundo, e os demais países que mantinham relações comerciais e diplomáticas com a China eram compreendidos como estados vassalos que pagavam tributos. É importante destacar que

a ordem neste sistema internacional não era garantida pela soberania chinesa, mas pela hierarquia entre o centro (a China) e as partes periféricas. A ideia de soberania como entendida no Ocidente moderno não existia, pois não era um sistema que previa igualdade entre as partes.

Este modelo encontrou seu colapso a partir das Guerras do Ópio (1839-1842, 1856-1860) e das subsequentes invasões e ocupações do território chinês. A partir desses eventos traumáticos, a China foi forçada a se inserir em um ordenamento entre estados formalmente iguais e soberanos. Neste novo sistema internacional, o país ocupava uma posição formal de igualdade diante de outras nações, mas de inferioridade real após as derrotas militares sofridas.

A tradição político-filosófica baseada no conceito de *Tianxia* e no sistema tributário constitui uma das bases mais importantes para compreender as abordagens chinesas contemporâneas em relações internacionais. Longe de ser meramente histórica, esta tradição continua a influenciar como pensadores e líderes chineses concebem o lugar do país no mundo e suas relações com outras nações.

O REALISMO POLÍTICO NO OCIDENTE

As raízes intelectuais do realismo político remontam a pensadores da Antiguidade Clássica como Tucídides e Maquiavel. No entanto, foi no contexto histórico ulterior às grandes guerras mundiais do século XX que essa corrente teórica se consolidou como *mainstream* no estudo acadêmico das relações internacionais. Nomes como Edward Carr e Hans Morgenthau, escrevendo sob o impacto desses conflitos, foram centrais para a sistematização dos princípios do realismo político clássico, em contraposição às abordagens idealistas que prevaleceram no período entre guerras.

Em sua obra seminal "Vinte Anos de Crise", Carr (2001) diagnostica os limites do utopismo que marcou a disciplina de RI em seus primórdios, com seus projetos de paz e governança global apoiados mais em aspirações normativas do que em análises concretas das realidades do poder. As ciências políticas, de modo geral, em seus estágios iniciais, tendem a ser extremamente utópicas, focando quase que exclusivamente no objetivo desejado e negligenciando a análise dos fatos. Isso aconteceu, por exemplo, com o surgimento da economia política no século XVIII e do socialismo no século XIX. Para o autor, o amadurecimento da área passaria necessariamente por uma guinada rumo ao que ele denomina de "realismo maduro", dedicado ao exame meticoloso dos fatos e das relações de força existentes entre os Estados.

Depreende-se da obra de Carr (2001) que, para atingir a maturidade, a ciência da política internacional precisaria incorporar uma dose de 'realismo', dedicando-se a uma análise meticolosa, até mesmo impiedosa, da realidade concreta, dos fatos e das relações

de poder existentes. Mas Carr ressalta que as ciências políticas nunca se emancipam totalmente da utopia. O pensamento maduro combina objetivos com observação e análise. Utopia e realidade são as duas facetas necessárias da ciência política.

Já Morgenthau, em "A Política entre as Nações", define a essência da política internacional como uma luta pelo poder entre Estados soberanos, movidos por seu interesse nacional. Partindo de uma concepção pessimista da natureza humana, o autor argumenta que o sistema internacional é fundamentalmente anárquico, desprovido de uma autoridade central. Nesse ambiente, cada Estado busca maximizar seu próprio poder, entendido como "o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens" (Morgenthau, 2003, p. 51). Disso decorre que "a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato" (Morgenthau, 2003, p. 49).

Esse objetivo perene de maximização de poder, no entanto, tenderia a produzir um mecanismo de balanceamento no sistema internacional, evitando a emergência de um Estado hegemônico capaz de dominá-lo por completo. Como esclarece Morgenthau (2003, p. 321): "O equilíbrio internacional de poder representa apenas uma manifestação particular de um princípio social de ordem geral, ao qual todas as sociedades compostas de um certo número de unidades autônomas devem a autonomia de suas partes componentes". Dessa forma, o princípio da balança de poder operaria, ainda que de modo precário, como contrapeso inerente à dinâmica das disputas interestatais, funcionando como força estabilizadora do sistema.

A partir desse núcleo conceitual comum, o realismo se consolidou como principal paradigma nos estudos de RI ao longo da Guerra Fria, influenciando fortemente a atuação diplomática e militar das grandes potências no período. Sua ênfase na centralidade do Estado, na anarquia internacional, no interesse nacional definido como poder e na política da balança de poder constituiu um vigoroso programa de pesquisa, que segue disputando espaço com abordagens alternativas como o liberalismo e o construtivismo.

O realismo, enquanto teoria das Relações Internacionais, é frequentemente criticado por seu eurocentrismo e sua visão hobbesiana das relações interestatais. Esta abordagem, nascida dos conflitos europeus e forjada no contexto da Guerra Fria, pressupõe um sistema internacional anárquico onde Estados competem por poder e segurança em um jogo de soma zero. No entanto, como veremos adiante, esta perspectiva não necessariamente reflete as experiências históricas e as tradições filosóficas de outras regiões do mundo, como a China, que desenvolveu seu próprio entendimento das relações entre unidades políticas.

O DESENVOLVIMENTO DAS TEORIAS DE RI NA CHINA

Embora a criação das relações internacionais como disciplina acadêmica date do início do século XX na Europa, seu desenvolvimento na China é um fenômeno relativamente recente. Como apontam Qin Yaqing (2010) e outros estudiosos, a trajetória histórica das RI no país pode ser periodizada em três grandes fases.

Um primeiro momento, entre 1953 e 1964, é marcado pela criação das instituições pioneiras de ensino e pesquisa na área, como a Universidade Renmin e a *China Foreign Affairs University*. Nesse período inicial, ainda não havia propriamente uma produção teórica autóctone, sendo o foco voltado sobretudo para a formação de quadros diplomáticos e a análise de questões prementes da inserção internacional da República Popular da China, recém-fundada em 1949 (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022).

É na segunda fase, entre meados da década de 1960 e os anos de 1970, que se observa uma incipiente diferenciação nos estudos de RI no país, com cada uma das principais universidades assumindo áreas de especialização: movimentos revolucionários do Terceiro Mundo (Pequim), movimentos comunistas globais (Renmin) e a produção teórica ocidental (Fudan). A Teoria dos Três Mundos, desenvolvida por Mao Zedong, representa uma primeira tentativa de elaboração de uma abordagem chinesa própria de RI, embora ainda fortemente pautada pela conjuntura da Guerra Fria (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022).

No entanto, é na terceira fase, a partir dos anos 1980, que a disciplina de RI na China passa por um salto qualitativo, beneficiando-se do ambiente de Reforma e Abertura capitaneado por Deng Xiaoping. O contato mais intenso com o pensamento ocidental, por meio de traduções dos clássicos e intercâmbios acadêmicos, leva a uma recepção inicial das principais teorias estrangeiras, com destaque para o realismo. Como descreve Qin (2007), esse foi um período de "aprendizado por tradução", no qual os conceitos e modelos explanatórios formulados nos EUA e na Europa passaram a ser assimilados de maneira mais sistemática pelos internacionalistas chineses (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022).

Gradualmente, porém, esse esforço de apropriação crítica das teorias ocidentais dá lugar a iniciativas mais ambiciosas de desenvolver abordagens com características distintivas chinesas. Observa-se uma busca por releituras e adaptações locais de certas correntes, bem como pela recuperação de categorias oriundas da milenar tradição filosófica do país, como forma de pensar as RI desde uma perspectiva enraizada na própria realidade histórico-cultural da China. Um marco nesse sentido é a realização, em 1987, do pioneiro Simpósio sobre Teorias de RI de Xangai, um primeiro movimento coordenado para contestar a hegemonia do paradigma realista de matriz ocidental (Lopes; Corrêa; Hendler, 2022).

É nesse contexto que se situa a valorização de conceitos como o de *Tianxia* (literalmente "tudo sob o céu"), que evoca uma visão tradicional chinesa da ordem internacional como uma grande família harmônica, estruturada de maneira hierárquica, porém inclusiva, em oposição

ao modelo anárquico e conflitivo da teoria realista. Também ganham relevo abordagens inspiradas na dialética confucionista entre *ren* (benevolência) e *Li* (força), que postulam a necessidade de equilíbrio e complementaridade entre poder material e autoridade moral no exercício da liderança internacional (Barbosa, 2021).

Se, em um primeiro momento, esses esforços assumem um caráter mais ensaístico e especulativo, a partir dos anos 2000 ganha corpo um movimento mais robusto de construção de teorias propriamente "com características chinesas", reivindicando o estatuto de inovações conceituais e não apenas de adaptações locais de modelos ocidentais (Barbosa, 2021; Lopes, Corrêa e Hendler, 2022). É o caso notório da teoria do realismo moral formulada por Yan Xuetong, objeto da próxima seção.

Este desenvolvimento de teorias autóctones de RI na China deve ser compreendido no contexto mais amplo da ascensão do país como potência global e da busca por um discurso internacional próprio que reflete suas especificidades históricas e culturais. Ao mesmo tempo, representa um esforço para contestar a hegemonia epistêmica ocidental no campo das relações internacionais, contribuindo para a pluralização de perspectivas teóricas na disciplina.

TEORIAS CHINESAS CONTEMPORÂNEAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O realismo moral de Yan Xuetong

Yan Xuetong, professor na Universidade *Tsinghua* e um dos mais influentes teóricos chineses de RI na atualidade, é o principal expoente do chamado realismo moral, uma abordagem que busca incorporar a dimensão da moralidade à análise do comportamento dos Estados no sistema internacional. Dialogando criticamente com a tradição realista ocidental, Yan propõe uma releitura original de seus postulados à luz de conceitos hauridos do pensamento político clássico chinês, com destaque para as noções de autoridade humana (*wang*), hegemonia (*ba*) e tirania (*qiang*) (Yan, 2020).

O argumento central de Yan é que, ao lado do poder material e econômico, a liderança moral é um componente decisivo para a ascensão e consolidação de uma potência hegemônica. Em suas palavras: "O exercício da hegemonia não depende apenas do poder material, mas também de um agir moral" (Yan, 2019, p. 13). Nesse sentido, Yan distingue entre a autoridade, baseada no prestígio e na confiança, e o poder *stricto sensu*, fundado na coerção. Para ele, é a capacidade de converter recursos de poder em autoridade moral, por meio de uma conduta internacional vista como justa e exemplar, que determina o sucesso de um Estado em se estabelecer como líder legítimo da ordem global.

Essa ênfase na moralidade não implica, porém, um abandono dos pressupostos básicos do realismo. Com efeito, Yan segue concebendo a política internacional como uma arena competitiva, marcada pela anarquia e movida pela busca do interesse nacional. No

entanto, sustenta que os imperativos morais não podem ser completamente apartados dos cálculos estratégicos: um comportamento percebido como ético, que gere credibilidade e inspire confiança, teria o condão de alavancar o poder e a influência de um Estado no longo prazo. Como resume o autor: "A moralidade aumenta a autoridade nacional, o que por sua vez influencia a configuração do poder internacional" (Yan, 2019, p. 71).

Subjacente a essa formulação está uma matriz de pensamento tributário da filosofia política chinesa clássica, em particular do confucionismo. Central aqui é a noção de que a verdadeira autoridade política não emana apenas da força, mas depende de uma conduta virtuosa capaz de inspirar a adesão espontânea dos governados. Como sintetiza Yan (2019, p. 22), evocando Xunzi: "Aquele que usa o Estado para estabelecer a justiça será um rei sábio; aquele que estabelece confiança será um *hegemon*; e aquele que estabelecer um registro de conveniência e oportunismo perecerá".

Trata-se de uma visão que contrasta com a concepção estritamente hobbesiana do poder que prevalece no Realismo ocidental, centrada na capacidade de um ator de impor sua vontade sobre outros. Para Yan, mais do que a soberania *westfaliana* ou o equilíbrio de poder, é a liderança pelo exemplo moral que deve ser o princípio reitor da ordem internacional (Lopes, Corrêa e Hendler, 2022). Isso não exclui o uso da força quando necessário, mas o subordina a imperativos éticos que transcendem o mero cálculo de soma-zero.

É importante notar, contudo, que o autor chinês não está advogando uma moralidade abstrata ou descolada da realidade do poder. Pelo contrário, sua teoria é explicitamente formulada como um guia para a ação estratégica, voltado a entender como potências emergentes podem desafiar e eventualmente suplantar hegemonias estabelecidas. O cultivo de uma imagem de retidão e o compromisso crível com normas universalmente aceitas seriam, nesse sentido, tão importantes quanto o acúmulo de recursos materiais. O realismo moral não nega a centralidade do poder, mas busca enquadrá-lo em um marco ético capaz de convertê-lo em autoridade legítima.

A teoria *Tianxia* de Zhao Tingyang

Além do realismo moral de Yan Xuetong, outra abordagem teórica chinesa que ganhou significativa projeção internacional é a teoria *Tianxia*, elaborada pelo filósofo Zhao Tingyang. Diferentemente de Yan, que busca um diálogo crítico com a tradição realista ocidental, Zhao propõe uma ruptura mais radical, recuperando o conceito clássico de *Tianxia* ("tudo sob o céu") como alicerce para repensar completamente a ordem mundial.

O projeto intelectual de Zhao parte de uma crítica contundente ao sistema internacional *westfaliano*, que, em sua visão, estaria fundamentado em uma ontologia falha baseada na centralidade do Estado-nação. Para o autor, esse modelo, nascido da experiência histórica europeia, seria incapaz de resolver problemas verdadeiramente globais, pois se ancora em

uma lógica de competição e desconfiança mútua entre unidades soberanas. Em contrapartida, o sistema *Tianxia* da China antiga representaria uma visão universalista e inclusiva, que transcende a mera soma de Estados para conceber o mundo como uma totalidade política (Zhao, 2009).

Segundo Zhao, o sistema *Tianxia* tradicional chinês era estruturado em três dimensões interligadas: o mundo físico (toda a terra sob o céu), o mundo psicológico (sentimento de pertencimento compartilhado por todos os povos) e o mundo institucional (instituições políticas globais). A principal virtude desse arranjo seria sua capacidade de transformar o "não-mundo" – uma mera coleção de Estados em constante conflito – em um "mundo-para-todos", uma comunidade política universal regida por princípios éticos compartilhados (Zhao, 2006).

Central ao conceito de *Tianxia* é a ideia de "relacionalidade" (*guanxi*), em contraste com o individualismo metodológico que permeia as teorias ocidentais. Na visão de Zhao, enquanto as abordagens ocidentais concebem atores internacionais como entidades autônomas pré-existentes às suas relações, a visão chinesa tradicional comprehende identidades como intrinsecamente relacionais – um ator só existe e se define a partir de suas relações com outros. Essa perspectiva relacional geraria uma ética política distinta, não baseada em direitos individuais ou soberania, mas em responsabilidades mútuas e harmonia do conjunto (Callahan, 2008).

Em termos práticos, Zhao defende que um novo sistema *Tianxia* para o século XXI deveria ser fundamentado em uma "instituição mundial" verdadeiramente inclusiva, que representasse os interesses da humanidade como um todo, e não apenas os interesses competitivos de Estados soberanos. Essa reorganização exigiria tanto uma transformação institucional quanto uma revolução filosófica no modo de conceber política global, transitando de um paradigma de competição para um de cooperação e harmonia (Zhao, 2009).

A teoria *Tianxia* de Zhao tem sido objeto de intensos debates, tanto na China quanto internacionalmente. Críticos apontam que sua idealização da ordem tradicional chinesa obscurece aspectos hierárquicos e imperialistas do sistema tributário histórico, além de subestimar as dificuldades práticas de implementar uma "instituição mundial" genuinamente representativa (Callahan, 2008). Outros questionam a própria possibilidade de transpor conceitos pré-modernos para o contexto contemporâneo sem incorrer em anacronismos.

Não obstante as críticas, a contribuição de Zhao representa um esforço original para articular uma teoria das relações internacionais genuinamente enraizada na tradição filosófica chinesa, oferecendo um contraponto à hegemonia epistêmica das abordagens ocidentais. Como afirma o próprio autor, se o mundo no século XX foi largamente moldado pelo pensamento ocidental, o século XXI pode testemunhar uma crescente influência das ideias e tradições não-ocidentais na reformulação da ordem global (Zhao, 2006).

A teoria relacional de Qin Yaqing

Complementando os esforços de Yan Xuetong e Zhao Tingyang, o teórico Qin Yaqing desenvolveu a chamada teoria relacional das relações internacionais, que também busca incorporar elementos da filosofia chinesa ao estudo da política global. Como reitor da *China Foreign Affairs University* e presidente da *Chinese National Association for International Studies*, Qin tem sido uma voz influente na articulação de uma escola chinesa de RI.

A Teoria Relacional de Qin parte da premissa de que as principais teorias ocidentais – realismo, liberalismo e construtivismo – compartilham uma ontologia racionalista que privilegia atores atomizados e suas ações racionais orientadas a resultados. Em contraste, Qin propõe uma ontologia relacional, inspirada na dialética *yin-yang* do pensamento chinês, que enfatiza processos contínuos de relacionamento como a essência da vida social internacional (Qin, 2016).

Para Qin, enquanto a tradição ocidental tende a operar com dualismos rígidos (sujeito/objeto, eu/outro, material/ideacional), a dialética *yin-yang* oferece uma visão complementar e harmônica das aparentes oposições. O *yin* e o *yang*, embora distintos, são mutuamente inclusivos e transformativos, constituindo uma totalidade dinâmica. Transposta para as relações internacionais, essa lógica sugere que identidades estatais não são fixas nem pré-determinadas, mas constantemente produzidas e reproduzidas através de práticas relacionais (Qin, 2016).

Um conceito chave na teoria de Qin é o de "governança relacional" (*guanxi zhili*), que contrasta com modelos ocidentais baseados em regras formais e instituições. A governança relacional enfatiza a gestão de relacionamentos através de práticas como reciprocidade, face social (*mianzi*) e afetividade (*ganqing*), criando ordem através de processos relacionais contínuos em vez de estruturas institucionais rígidas. Segundo Qin, esse tipo de governança seria particularmente relevante em contextos como a Ásia Oriental, onde laços históricos e culturais densos moldam as interações interestatais de forma distinta do modelo europeu ou norte-americano (Qin, 2011).

A contribuição de Qin para uma teoria de RI com características chinesas também se estende à metodologia. Criticando o positivismo predominante nas teorias ocidentais, ele propõe uma abordagem mais interpretativa e histórica, atenta às particularidades culturais e contextuais. Isso não implica um relativismo absoluto, mas o reconhecimento de que teorias sociais são sempre culturalmente situadas e que a diversidade teórica enriquece nossa compreensão das complexas realidades internacionais (Qin, 2018).

Embora a Teoria Relacional de Qin tenha ganhado crescente reconhecimento internacional, ela também enfrenta críticas. Alguns questionam sua real novidade conceitual, argumentando que correntes como o construtivismo social já incorporam muitos dos insights relacionais que Qin reivindica como distintivamente chineses. Outros apontam possíveis

tensões entre a ênfase em harmonia relacional e as práticas concretas da política externa chinesa contemporânea, que por vezes parecem mais alinhadas com pressupostos realistas tradicionais.

Apesar dessas críticas, o trabalho de Qin Yaqing representa uma contribuição significativa para o esforço mais amplo de construir teorias de RI que reflitam diversas experiências históricas e tradições de pensamento. Junto com o realismo moral de Yan Xuetong e a teoria *Tianxia* de Zhao Tingyang, a Teoria Relacional compõe um emergente corpus teórico chinês que não apenas desafia a hegemonia das abordagens ocidentais, mas também oferece perspectivas alternativas valiosas para compreender a crescente complexidade da política global contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou examinar como o pensamento filosófico tradicional chinês tem influenciado o desenvolvimento de teorias de relações internacionais na China contemporânea. A análise realizada permite concluir que existe um movimento teórico significativo na academia chinesa que vai além da mera adaptação de conceitos ocidentais, constituindo uma contribuição original ao campo das RI, informada por tradições filosóficas milenares como o confucionismo e o conceito de *Tianxia*.

A tradição filosófica chinesa, com sua ênfase em hierarquia, harmonia, relacionalidade e autoridade moral, oferece uma matriz conceitual distinta para pensar as dinâmicas internacionais. Enquanto o pensamento ocidental tende a enfatizar a soberania estatal, a anarquia internacional e o equilíbrio de poder baseado primordialmente em capacidades materiais, as formulações teóricas chinesas recentes propõem um entendimento alternativo das relações entre unidades políticas, que privilegia elementos como a liderança moral, a governança relacional e a visão do mundo como uma totalidade política integrada.

O realismo moral de Yan Xuetong, a teoria *Tianxia* de Zhao Tingyang e a teoria relacional de Qin Yaqing representam esforços significativos de teorização com características distintamente chinesas. Cada uma dessas abordagens incorpora, à sua maneira, elementos do pensamento filosófico tradicional chinês, adaptando-os ao contexto contemporâneo e às questões atuais das relações internacionais. No entanto, é importante ressaltar que estas teorias não constituem uma rejeição completa das abordagens ocidentais, mas antes um diálogo crítico que combina elementos de ambas as tradições.

Esta produção teórica chinesa deve ser compreendida no contexto mais amplo da ascensão da China como potência global e da crescente contestação da hegemonia epistêmica ocidental nas ciências sociais. Trata-se de um esforço para desenvolver ferramentas analíticas que melhor capturem as experiências históricas e as perspectivas de sociedades não-ocidentais, contribuindo para uma disciplina de RI mais plural e inclusiva.

A relevância desse movimento vai além do interesse acadêmico, tendo potenciais implicações para a compreensão da política externa chinesa e para as dinâmicas futuras da ordem internacional. À medida que a China assume um papel cada vez mais proeminente nos assuntos globais, suas concepções distintivas sobre autoridade, legitimidade e ordem podem vir a exercer maior influência na configuração das instituições e práticas internacionais.

Para futuros estudos, sugere-se aprofundar a investigação sobre como essas abordagens teóricas se traduzem em práticas concretas da política externa chinesa, bem como examinar em que medida elas têm encontrado ressonância em outros contextos não-ocidentais. Seria igualmente valioso explorar o potencial diálogo entre estas teorias chinesas e correntes críticas ocidentais que também questionam os pressupostos da teoria *mainstream* de RI.

Por fim, cabe ressaltar que o desenvolvimento de teorias de RI com características chinesas representa uma contribuição significativa para o campo, não apenas por diversificar suas bases conceituais, mas por enriquecer o debate sobre como diferentes tradições culturais e filosóficas podem informar nossa compreensão das complexas dinâmicas da política mundial contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, P. H. B. O Pensamento chinês e a teoria das Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021.
- CALLAHAN, W. A. Chinese visions of world order: post-hegemonic or a new hegemony? *International Studies Review*, Oxford, v. 10, n. 4, p. 749-761, 2008.
- CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939.** Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CORRÊA, G.; BARBOSA, P. H. B. Reascensão Chinesa nas Relações Internacionais: Retorno Pacífico à Ordem ou Potencial Eixo de Conflito? In: CORRÊA, G.; HENDLER, B. (org.) **O realismo e as relações internacionais: um marco teórico para compreensão dos conflitos globais.** Curitiba: Prismas, 2017. p. 147-168.
- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história.** 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- KRISTENSEN, P. M.; NIELSEN, R. T. Constructing a Chinese International Relations Theory: A Sociological Approach to Intellectual Innovation. *International Political Sociology*, Oxford, v. 7, n. 1, p. 19-40, 2013.
- LEBOW, R. N. **The Tragic Vision of Politics: Ethics, Interests and Orders.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LOPES, A. R.; CORRÊA, G. T.; HENDLER, B. Poder e Hegemonia nas Abordagens Teóricas de Relações Internacionais: uma análise das convergências e divergências entre teorias ocidentais

e chinesas. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 406-426, 2022.

MORGENTHAU, H. J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

QIN, Y. A Relational Theory of World Politics. **International Studies Review**, Oxford, v. 18, n. 1, p. 33-47, 2016.

QIN, Y. Development of International Relations Theory in China: Progress Through Debates. **International Relations of the Asia-Pacific**, Oxford, v. 11, n. 2, p. 231-257, 2011.

QIN, Y. Why is there no Chinese international relations theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, Oxford, v. 7, n. 3, p. 313-340, 2007.

QIN, Y. A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 11, n. 4, p. 415-434, 2018.

TEDESCHI, A. A "identidade chinesa" e o confucionismo revisitado. **Núcleo de Estudos e Análises Internacionais - UNESP**, 26 nov. 2015. Disponível em: <https://neai-unesp.org/a-identidade-chinesa-e-o-confucionismo-revisitado/>. Acesso em: 15 maio 2025.

WOOD, M. **História da China – o retrato de uma civilização e seu povo**. São Paulo: Crítica, 2022.

YAN, X. **Leadership and the Rise of Great Powers**. Princeton: Princeton University Press, 2019. (The Princeton-China Series).

YAN, X. **Inertia of History: China and the World by 2023**. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

ZHAO, T. Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All-under-Heaven' (Tian-xia). **Social Identities**, Abingdon, v. 12, n. 1, p. 29-41, 2006.

ZHAO, T. A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia). **Diogenes**, Los Angeles, v. 56, n. 1, p. 5-18, 2009.

Perspectivas Confucionas sobre Educação: Raízes da Cultura Escolar Chinesa

Júlia Calipo Toth¹

INTRODUÇÃO

O confucionismo é elemento fundamental para a constituição da cultura chinesa e, especialmente, do sistema educacional da China. Embora tenha atravessado períodos de repressão e de retomada ao longo da história, o confucionismo permanece como uma referência fundamental para compreender os valores e estruturas que moldam a educação chinesa, com a chamada “Cultura pedagógica confucianas” (Kim, 2009). Deste modo, este artigo propõe uma análise do pensamento educacional de Confúcio a partir de seus textos clássicos, visando compreender os princípios da educação confuciana, além de examinar como esses fundamentos se refletem, direta ou indiretamente, no sistema educacional chinês na atualidade.

Tradição do pensamento ético, moral, político e comportamental mais importante da história da China, o confucionismo deriva dos escritos de Confúcio (孔子, Kǒng Zǐ), pensador que nasceu no estado de Lu no ano de 551 AEC, durante o período de primavera e outono (770 - 476 AEC). Este dedicou sua vida à educação, sendo um dos professores mais importantes da história chinesa, tornando-se, na história, um dos primeiros educadores a promover o acesso universal aos estudos (Confúcio, 2012, p. 218 e 498). Ainda vivo, compilou os cinco clássicos (五经, Wǔjīng) e, após sua morte, seus discípulos compilaram os Analectos, tido como uma das fontes mais confiáveis para entender seu pensamento. O confucionismo foi adotado como ideologia governamental na dinastia Han Ocidental (206 AEC-24 EC), como proposto pelo filósofo Dong Zhongshu (179-104 AEC). Assim, foi aberta a Academia imperial, Tai Xue (太学). Posteriormente, ocorreu a adoção dos exames imperiais, keju, na dinastia Sui (581-648 EC). Em Tang tardio (923–937 EC) emergiram as academias de aprendizagem clássica (shuyuan), que se popularizaram nos séculos seguintes (Li; Hayhoe, 2012).

¹ Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Bacharelado e Licenciatura em Letras com habilitação em Português e Chinês pela Universidade de São Paulo. Membro do GECHINA UnB. Email: juliatoth@usp.br ou juliactoth@gmail.com

Com o decorrer do tempo, surgiram novos pensadores e assim novas vertentes da filosofia confuciana. Surgido na dinastia Song (960 - 1279 EC), o neo-confucionismo é um exemplo, cuja intenção era retornar a influência do confucionismo após o crescimento do budismo e taoísmo na sociedade chinesa, tendo como seu representante central Zhu Xi (1130-1200 EC). Já no século XX, surge o novo confucionismo, em resposta ao Movimento de Quatro de Maio. Porém, com a proclamação da República Popular da China, em 1949, o confucionismo passou a ser reprimido, e assim continuou até a morte do líder político Mao Zedong em 1976. Com Deng Xiaoping no poder, o confucionismo começou a ser reincorporado como política governamental. Esse breve histórico demonstra que o confucionismo, apesar de ter passado por momentos de repressão, constitui parte central da organização do Estado e da cultura chinesa.

Um meio de se compreender melhor o papel do confucionismo na formação cultural chinesa é por meio da leitura dos cânones. Estes são organizados nos quatro livros, *Sishù* 四书, e nos cinco clássicos, *Wǔjīng* 五经. Em nossa análise, focaremos em dois desses clássicos: Os *Analectos* (*Lúnyǔ*, 论语) e *O Livro do Aprendizado* (*Xuéjì*, 学记), visto que esses são os textos que tratam sobre a educação de forma mais aprofundada. Nos *Analectos*, são expostas as principais virtudes que norteiam a formação moral: *Rén* (仁, humanidade), *Lǐ* (礼, ritos), *Yì* (义, justiça), *Xiào* (孝, piedade filial) e *Zhōng* (忠, lealdade). A educação (*Xué*, 学) aparece como o caminho para a internalização dessas virtudes e para a formação do *Jūnzǐ* (君子), o “homem nobre”, ideal ético da tradição confuciana. Enquanto o *Xuejì*, um dos capítulos do *Livro dos Ritos* (*Líji*), escrito durante o período dos estados combatentes (475-221 AEC), é voltado a descrever como deveria ser feita a preparação dos estudantes que ocupariam cargos oficiais.

Cabe destacar, entretanto, que os conceitos analisados — como as virtudes e o *Dào* (道), o “caminho” — são atravessados por diferentes escolas do pensamento chinês. Assim, tratam-se de conceitos que surgem em contextos históricos específicos e que foram ressignificados ao longo do tempo, sofrendo transformações semânticas. Neste artigo, adotamos deliberadamente uma abordagem confuciana, o que implica limitar a gama de sentidos possíveis desses termos no amplo espectro da tradição filosófica chinesa.

Somado ao fator temporal, há a questão linguística, pois existe um movimento de dupla mediação no acesso aos textos clássicos: por um lado, a tradição dos comentadores chineses; por outro, as escolhas tradutológicas para outras línguas, o que faz com que a compreensão — especialmente para nós, leitores brasileiros — esteja distanciada do texto original. Como também são noções formuladas em um contexto histórico e cultural específico que não são convergentes com as traduções paralelas às vertentes filosóficas ocidentais, fazendo necessário ter cautela ao buscar equivalências ao se tratar de construções conceituais originadas de modos distintos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

A estruturação desse artigo é centrada no conceito de Cultura Escolar, permitindo compreender como determinadas práticas educacionais, valores e estruturas se mantêm ou se transformam ao longo do tempo, para assim analisar a sistematização de práticas de ensino e as permanências de elementos do confucionismo no sistema educacional chinês contemporâneo.

Segundo Viñao Frago (2000), a Cultura Escolar é composta por um conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se manifestam no cotidiano da escola, que são amplamente compartilhados, interiorizados e assumidos como naturais, não sendo frequentemente questionados pelos sujeitos envolvidos no espaço escolar. Eles orientam como professores, alunos e gestores desempenham suas tarefas diárias.

Mais do que a simples transmissão de programas oficiais (currículos), a Cultura Escolar abrange os resultados efetivos da ação escolar, isto é, os modos pelos quais os conteúdos e valores são apropriados, ressignificados e incorporados no cotidiano da escola. A instituição escolar, portanto, não se reduz a uma organização burocrática de prestação de serviços educativos, mas desempenha uma função social mais ampla de reelaborar normas e valores da sociedade. Essa dinâmica torna a Cultura Escolar um instrumento de inculcação de comportamentos, valores e *habitus*². De forma que Pierre Bourdieu define o papel da escola como espaço que possibilita a reprodução da cultura e das estruturas sociais, fazendo com que a escola atue como uma “força formadora de hábitos” (1977). Ou seja, mais do que ensinar conteúdos específicos, a escola modela os indivíduos de um sistema de esquemas inconscientes que constituem sua cultura.

A fim de compreender como se constitui a Cultura Escolar na China, especialmente sob a ótica confuciana, adotamos como principal estratégia metodológica a análise documental dos cânones, especificamente, os *Analectos* e o *Livro do Aprendizado*. A análise documental é um procedimento qualitativo que utiliza métodos e técnicas para apreender, interpretar e analisar fontes escritas diversas. Os documentos escritos constituem uma fonte imprescindível nas ciências sociais, especialmente para reconstituir e compreender contextos históricos, sendo uma referência privilegiada de informação, ao estarem inseridos em contextos sociais específicos, refletindo as estruturas e valores de determinada época (Junior, 2021). Assim, ao analisar os *Analectos* e o *Xuejì*, buscamos compreender não somente o conteúdo explícito desses textos, mas também os sentidos culturais, simbólicos e formativos que eles carregam e projetam sobre a educação. A análise documental foi acompanhada por uma revisão bibliográfica, com o objetivo de contextualizar e aprofundar a compreensão dos documentos analisados. Esta etapa foi fundamental para situar historicamente os documentos e compreender os debates em torno de suas interpretações.

² Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês com contribuições especialmente na área de Educação. Para o autor, *habitus* é um sistema de disposições internalizadas que se engendram para possibilitar a realização de atividades de natureza diversa e a instituição escolar é responsável por sua transmissão.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO CONFUCIANA

A partir da tradição confuciana, a educação não é compreendida apenas como um mecanismo de transmissão de saberes formais, mas como instrumento de transformação moral e social. O trecho a seguir, retirado de *Xueji I*, ilustra com clareza essa perspectiva ao discutir as atitudes esperadas de um governante no exercício de sua liderança e pode nos ajudar a compreender os objetivos da educação em uma visão confuciana:

Quando um governante está preocupado com o fato de que suas medidas devem estar de acordo com a lei e busca a (assistência dos) bons e íntegros, isso é suficiente para lhe garantir uma boa reputação, mas não para comover as multidões. Quando ele cultiva a sociedade dos dignos e tenta incorporar os pontos de vista daqueles que estão distantes (da corte), isso é suficiente para mover as multidões, mas não para transformar o povo. Se ele deseja transformar o povo e aperfeiçoar suas maneiras e costumes, não deve começar com o aprendizado? (Müller, 1885, p.82)³

O excerto contrasta as atitudes que um governante deve tomar para transformar o povo e seus costumes. O primeiro está relacionado à conformidade à lei e à associação, mas não garante a transformação do espírito coletivo. E o segundo que foca no cultivo de virtudes. Para que essa transformação ocorra, é necessário recorrer à educação e ao aprendizado, pois é esta que possibilita o cultivo do senso de moralidade entre os indivíduos. Ou seja, não é por meio de punição e leis restritas que se passa a praticar as virtudes e se aproximar do Dào, o caminho.

Esse princípio é reforçado em outro trecho clássico, extraído dos *Analectos*, em que Confúcio distingue claramente a imposição externa de regras e a transformação interna do caráter por meio da virtude e dos ritos:

O Mestre disse: "Se as pessoas forem guiadas por leis e a uniformidade for buscada por meio de punições, elas tentarão evitar a punição, mas não terão senso de vergonha. Se forem guiadas pela virtude e a uniformidade for buscada pelos ritos, elas terão o senso de vergonha e, além disso, se tornarão boas". (Confúcio, 2012, p.31)

As regras podem mudar as ações das pessoas, mas não fazem com que estas se envergonhem, apenas irão tentar evitar as punições. Apenas agindo por meio das virtudes, Dé 德, e dos ritos, Lǐ 礼, traduzidos comumente por rules of propriety, pode-se ser bom, visto que seguir os ritos é praticar aquilo que é devido em momento apropriado, mesmo na ausência de regras de conduta. Assim, o modo de mudar sua essência é pelo aprendizado das virtudes, pois, como visto em *Xueji II*, "aqueles que não aprendem, não conhecem o Dào" (MÜLLER, 1885, p.82), assim, "o homem nobre aprende para atingir o Dào" (Confúcio, 2012, p.575). O conhecimento, portanto, não é fim em si mesmo, mas um meio de alcançar a excelência moral.

Essa excelência, no entanto, só pode ser cultivada por meio dos ritos (Lǐ), pois agir de

acordo com os ritos é aproximar-se do Dào (Tan, 2017). O Lǐ está intrinsecamente ligado à virtude da humanidade (*rén*, 仁), como Confúcio expressa nos Analectos: “superar a si e retornar ao Lǐ é Rén” (Confúcio, 2012, p.354). E ainda questiona: “O que uma pessoa sem Humanidade, Rén, tem a ver com os ritos, Lǐ?” (Confúcio, 2012, p.68). Ou seja, a prática dos ritos só tem sentido se for baseada na virtude da humanidade. Na educação, o Lǐ é expresso pelas táticas confucionas tradicionais de aprendizado, como leitura, questionamento, reflexão, fazer amigos e outros modos que serão trabalhados adiante.

Portanto, conseguimos concluir que o propósito da educação é ampliar o *Dào* por meio do *Lǐ*, centrado no princípio Rén (Tan, 2017). Assim como visto em *Xueji I*, os costumes só são aperfeiçoados por meio da educação. A seguir, vamos entender quais eram os meios usados para atingir esse objetivo e os principais conteúdos abordados.

O CURRÍCULO E MÉTODOS DE ENSINO PARA A FORMAÇÃO DE UM “HOMEM NOBRE” (JUNZI)

Confúcio não transmite instruções didáticas claras e agrupadas, assim, para se ter uma visão ampla sobre a metodologia confucioniana perante ao ensino, é preciso a leitura completa dos *Analectos*, unido ao capítulo *Xueji* do livro *Liji*. Por este motivo, essa seção irá trazer diversos trechos dessas obras para criar um resumo de práticas, visto que, “a natureza humana é próxima, os resultados se distanciam pela prática” (Confúcio, 2012, p.524). Assim, é dada importância ao comprometimento e disciplina nos estudos (Müller, 1885, p.83 e 84), ao prazer no aprendizado e confiança no Dào (Müller, 1885, p.82). Essa é a ideia de cultivação, intrinsecamente enraizada na cultura chinesa e se refere ao esquema cultural chinês de educação:

O esquema cultural chinês de educação é o conhecimento abstrato da natureza da educação que é distribuído entre os membros da cultura chinesa. Esse conhecimento cultural emerge de milhares de anos de interação entre a necessidade social dos chineses de desenvolver harmonia em uma sociedade coletiva e estratificada, a filosofia confucioniana da educação e o utilitarismo político da educação (Zhu, 1992, p.4).

Tendo isso em vista, a cultivação pode ser praticada por meio da reflexão, um exemplo pode ser visto em Analectos:

O filósofo Zeng disse: “Eu me analiso diariamente em três pontos: se, ao fazer negócios para os outros, possa não ter sido confiável; se, nas relações com os amigos, possa não ter sido sincero; e se possa não ter dominado e praticado as instruções de meu professor”. (Confúcio, 2012, p.8)

E como se encontra nos Analectos: “Aprendizado sem reflexão cria incertezas, reflexão sem aprendizado cria perigos” (Confúcio, 2012, p.49). Assim sendo, o aprendizado e a reflexão devem coexistir. Confúcio ressalta a importância de saber agir da forma adequada a cada

situação e não apenas da memorização por repetição, aplicando as lições que aprendeu pelos poemas de forma consciente (Confúcio, 2012, p.392). A reflexão pode ser praticada pela técnica do questionamento, Xueji XVIII discorre como esta deve ocorrer:

O aluno habilidoso, enquanto o mestre parece indiferente, ainda assim alcança o dobro das realizações de outro e, na sequência, atribui o mérito (ao mestre). O aprendiz inábil, enquanto o mestre é diligente com ele, ainda assim alcança (apenas) metade das realizações (do primeiro) e, em seguida, fica insatisfeito com o mestre. O questionador hábil é como um trabalhador que se ocupa de uma árvore difícil. Primeiro ele ataca as partes mais fáceis e depois as mais complicadas. Depois de um longo tempo, o aluno e o mestre conversam e o assunto é explicado. O questionador inábil segue o caminho oposto. O mestre que espera habilmente para ser questionado pode ser comparado a um sino quando é tocado. Se for tocado com um martelo pequeno, produz um som pequeno. Se for batido com um grande martelo, produzirá um grande som. Mas se ele for batido com calma e adequadamente, emitirá todo o som de que é capaz. Aquele que não é hábil em responder a perguntas é o oposto disso. Tudo isso descreve o método de progredir no aprendizado. (Müller, 1885, p.89)

Na discussão, o professor deve responder perguntando, pois o bom professor é aquele que consegue responder articuladamente à dúvida específica. E essa abordagem deve ser feita criando uma base de conhecimento por meio do debate entre pupilo e professor, para só assim avançar. Estes devem conversar por um longo período, analisando a questão para então caminhar em direção a resposta, ou seja, sem apressar o processo de aprendizado, para não perturbar o *Xīn* (心), coração-mente, tal qual, as avaliações não devem ocorrer cedo demais para não perturbar o *Xīn* e causar ansiedade (Müller, 1885, p.84).

O professor tem o dever de entender e conhecer o *Xīn* de cada aluno, entendendo a necessidade de cada um para guiá-los em seu estudo:

Entre os alunos, há quatro defeitos com os quais o professor deve ter familiaridade. Alguns erram na abundância de seus estudos; outros, na escassez deles; outros, no sentimento de facilidade (com que prosseguem); e outros, na prontidão com que param. Esses quatro defeitos decorrem da diferença de suas mentes. Quando um professor conhece o caráter de sua mente, ele pode salvar o aluno do defeito ao qual ele está sujeito. O ensino deve ser direcionado para desenvolver aquilo em que o aluno se destaca e corrigir os defeitos aos quais ele é propenso. O bom cantor torna os homens (capazes) de continuar suas notas, e (assim) o bom professor os torna capazes de executar suas ideias. Suas palavras são breves, mas de longo alcance; desprestensiosas, mas profundas; com poucas ilustrações, mas instrutivas. Dessa forma, pode-se dizer que ele perpetua suas ideias. (Müller, 1885, p.87)

O aluno pode enfrentar dificuldades no processo de aprendizado por diferentes motivos: estudar em quantidade inferior ou superior ao necessário; ter contato com conteúdos em nível inadequado — seja por serem muito fáceis ou muito complexos —; ou ainda pela própria desistência. Isso ocorre pela diferença na mente, *Xīn*, de cada um. O professor deve, portanto, ser capaz de identificar esses elementos e agir da forma mais adequada a cada estudante, levando em conta suas particularidades. Esta é uma técnica que Confúcio frequentemente

utilizava, dando diferentes respostas aos estudantes dependendo da virtude e qualidades que lhe faltavam.

Percebe-se que o relacionamento entre professor e aluno é essencial no aprendizado, e o mesmo é válido para as amizades entre os estudantes, pois, “aprender sozinho e sem amigos, faz sentir-se solitário e sem cultivação” (Müller, 1885, p.86), assim como, é reforçado ao dizer que o aluno “quietamente estuda e busca a companhia de seus professores, encontra felicidade em seus amigos e tem toda a confiança em seu curso” (Müller, 1885, p.82). Xueji descreve como era a progressão dos estudos e percebemos como o contato interpessoal e o debate estava presente na educação, já que “no quinto ano, estendem os estudos e buscam a companhia dos professores e no sétimo ano, discutem os assuntos dos estudos e selecionam os amigos” (Müller, 1885, p.83), porque o “homem superior procura aperfeiçoar as qualidades admiráveis dos homens, e não procura aperfeiçoar suas más qualidades. O homem mau faz o oposto disso” (Confúcio, 2012, p.373). Assim como, “o homem virtuoso, desejando se estabelecer, procura também estabelecer outros; querendo se melhorar, ele procura também melhorar os outros” (Confúcio, 2012, p.209). É em contato com homens nobres que se aproxima da virtude, pois “ao encontrar um homem virtuoso, deve-se pensar em como igualar-se a ele. Ao encontrar um homem sem virtudes, deve-se olhar para dentro de si mesmo e refletir” (Confúcio, 2012, p.128), assim como, “ter pessoas Humanas como vizinhos é belo. Se, ao escolhermos um lugar para viver, não habitamos entre pessoas Humanas, como adquirir sabedoria?”⁴ (Confúcio, 2012, p.107)

Do mesmo modo que era função do professor conduzir esses debates, como visto acima, este também tinha o dever de ensinar as seis artes. Estas eram:

- Ritos (ou cortesia) (礼, lǐ)
- Música (乐, yuè)
- Tiro com arco (射, shè)
- Equitação (御, yù)
- Caligrafia (书, shū)
- Matemática (数, shù)

O motivo para se aprender esses conteúdos é que o conhecimento deve ser amplo, como descrito em Analectos, “o homem virtuoso, estudando extensivamente os Livros e mantendo-se sob a restrição dos ritos, não irá infringir o que é certo.” (Confúcio, 2012, p.206). “Estudar amplamente e persistir em suas aspirações. Buscar o conhecimento com franqueza e refletir sobre as coisas próximas, nisso reside a Humanidade (rén).”⁵ (Confúcio, 2012, p.573) Similarmente, Xueji argumenta a favor do aprendizado da poesia e dos clássicos e que esse aprendizado deve ser integrado e mutuamente reforçado (Müller,

⁴ Tradução de Giorgio Sinedino.

⁵ Tradução de Giorgio Sinedino.

1885, p.83). Um exemplo é que ao praticar arco e flecha, um *Jūnzǐ* não deve deixar de lado os ritos, nem causar indisposição e conflito (Confúcio, 2012, p.73). Bem como ter decorado os poemas sem saber como aplicar o conhecimento é inútil (Confúcio, 2012, p.392).

Além de expandir os conhecimentos, não se deve esquecer o que foi aprendido. “Se cada dia compreendemos o que não sabíamos, se cada mês não nos esquecemos do que já conhecíamos, podemos dizer que gostamos de estudar, e isso basta.”⁶ (Confúcio, 2012, p.573) Portanto, “ao relembrarmos o que aprendemos no passado, conseguimos intuir coisas novas e podemos assim nos tornar mestres.”⁷ (Confúcio, 2012, p.44)

INFLUÊNCIA E PERMANÊNCIAS DO CONFUCIONISMO NA EDUCAÇÃO CHINESA

O artigo *Collective remembering of Confucianism in Chinese language textbooks: Official historical representations from 1949 to 2019* (Xie, 2021) trata sobre a representação do confucionismo nos materiais didáticos de língua chinesa e do uso desses para reforçar ideologias estatais. É observada a presença de elementos culturais e históricos nas aulas de Chinês, *yǔwén* 语文. Porém, os materiais didáticos representam uma versão oficial do confucionismo, moldada a partir daquilo que se deseja transmitir às próximas gerações. (Xie *et al.*, 2021) O estudo mostra que há pouco conteúdo sobre o tema presente nos livros, com exceção de breves períodos de maior produção. Ainda, o conteúdo é apresentado de forma distante, com os únicos filósofos reconhecidos sendo Confúcio e Mêncio (372-289 AEC), ambos distantes mais de dois mil anos dos dias atuais. Os conteúdos também estão descontextualizados, causando uma abstração dos conceitos. E, apesar dos ensinamentos de Confúcio serem primariamente sobre a boa governança e formação política de líderes, *Jūnzǐ*, nos livros didáticos analisados, sua representação é apolítica, focando na cultivação moral. Essas são tendências que parecem estar em processo de mudança, com o resgate da tradição cultural chinesa pelo governo chinês.

Porém, para além de qualquer ação governamental, a influência do confucionismo criou, como denominado por Kim T. (2009), as “Culturas pedagógicas confucionas” (tradução nossa). Essas referem-se a tradições educacionais enraizadas nos princípios do Confucionismo, que enfatizam a importância do professor no aprendizado e a hierarquia nas relações. Essas culturas valorizam a educação orientada para o conteúdo, a memorização e a preparação para exames, promovendo a moralidade, a harmonia e a responsabilidade social. Em geral, elas refletem uma abordagem coletiva e meritocrática à educação, com foco na auto-cultivação e no desenvolvimento de relações harmoniosas.

Nesse contexto, como destaca Tan (2015), tais tradições também conferem grande valor à educação como bem social, atribuem alto status ao professor e estimulam atitudes de respeito, disciplina e atenção por parte dos estudantes. A centralidade atribuída ao domínio

⁶ Tradução de Giorgio Sinedino.

⁷ Tradução de Giorgio Sinedino.

do conhecimento fundamental e à prática contínua revela-se uma característica estruturante dessas culturas. Em análises posteriores, Tan (2015; 2017) observa que o foco confuciano na memorização não exclui a compreensão, a reflexão, o raciocínio dedutivo, a articulação entre teoria e prática e o aprendizado entre pares. Esses elementos, longe de limitar a formação intelectual, contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem profunda e da capacidade de colaboração.

Assim, é possível detectar diferenças nas práticas pedagógicas da China, em comparação com países ocidentais ou que tiveram sua formação educacional influenciada por esses, como é o caso do Brasil. A primeira prática que trabalharemos é a releitura, que é recomendada como forma de aprendizado e assimilação profunda do conteúdo, como expresso por: “aprender pela releitura regular” (Confúcio, 2012, p.2), e “reler conhecimentos antigos é o pré-requisito para adquirir novos conhecimentos” (Confúcio, 2012, p.44). Como já visto pelos trechos apresentados anteriormente, a releitura não deve ser mera repetição, é uma forma de compreensão, que foi mal interpretada pelo Ocidente deste modo.

Nesse sentido, Chan (1999) argumenta que por muito tempo se interpretou erroneamente o estilo de aprendizagem dos estudantes chineses como centrado na memorização mecânica (*rote learning*), quando na verdade se trata de uma aprendizagem repetitiva mas com intenção. A repetição, nesse caso, não se limita à memorização passiva, mas serve para reforçar o entendimento já alcançado, facilitando a rememoração de conteúdos durante as avaliações. Os próprios estudantes relatam que adotam esse tipo de repetição somente após compreenderem o conteúdo, de forma a consolidar o aprendizado (Chan, 1999, p. 300). Para isso é que os estudantes parecem ler o texto em procura daquilo que é novo, em vez de comparar aquilo que já sabem com o que está dito, mantendo-se aberto a novas interpretações, como coloca Zhu Xi, pensador do neoconfucianismo:

Ao ler, devemos primeiro nos familiarizar intimamente com o texto para que suas palavras pareçam vir de nossas próprias bocas. Em seguida, devemos continuar a refletir sobre ele para que suas ideias pareçam vir de nossas próprias mentes... Ainda assim, uma vez que nossa leitura íntima do texto e nossa reflexão cuidadosa sobre ele tenham nos levado a uma compreensão clara, devemos continuar a questionar... Se pararmos de questionar, no final não haverá nenhum progresso adicional. (Chu, 1990, p. 135)

Desse modo, segundo Chan (1999), a releitura é usada na busca de novos sentidos presentes no texto, como também pretende criar uma “impressão profunda”, e assim, levando à memorização. Esta pode ser causada por:

- Uma experiência emocional intensa;
- Repetição;
- E compreensão.

Devido a isso, torna-se difícil para os alunos chineses acompanhar todas as leituras indicadas em sala pelos professores estrangeiros. Pois, a sugestão de leitura é vista como obrigação e não apenas uma recomendação. Isso se deve ao papel atribuído ao professor, visto como transmissor de conhecimento e cultivador moral, o que leva os alunos a esperar acessibilidade para aprender, tanto dentro quanto fora da sala de aula, contando com a disponibilidade do docente. Essa perspectiva difere da ocidental, na qual a falta de tempo do professor pode ser interpretada pelos chineses como desinteresse pelo desejo de aprender.

Contudo, não podemos aplicar os resultados desses estudos à realidade brasileira sem testagem que considere a realidade socioeconômica e cultural do país. Estudos como esse seriam de grande valia para o ensino no Brasil, tendo em vista a crescente demanda de ensino de português para chineses e chinês para brasileiros, sobretudo se considerarmos a nova imigração de chineses vindos do continente asiático para o Brasil e de brasileiros que buscam aprender a língua chinesa com fins profissionais.

CONCLUSÃO

Em suma, a influência do confucionismo na educação chinesa permanece como um eixo estruturante, mesmo diante das transformações históricas e políticas pelas quais a China passou. A análise dos Analectos e do Xueji evidencia como princípios confucionistas, como *Rén* (Humanidade), *Lǐ* (Ritos) e *Xué* (Aprendizado), moldam as práticas educativas, configurando uma cultura escolar marcada pela centralidade do professor e pela ênfase em exercícios de leitura. Ao observar o contexto brasileiro, tais apontamentos se mostram relevantes para o ensino de chinês, especialmente no caso do Instituto Confúcio, que representa o encontro entre a tradição educacional chinesa e a cultura escolar brasileira, reforçando a necessidade de abordagens pedagógicas interculturais. Compreender a educação confuciana contribui para entender a formação do sistema educacional na China e convida a refletir sobre formas de ensino mais dialógicas e culturalmente sensíveis.

No contexto específico do ensino de língua chinesa no Brasil, o Instituto Confúcio se destaca como a principal organização responsável por promover a língua e a cultura chinesa. Nesse cenário, observa-se uma aproximação entre a cultura escolar chinesa, representada pelo Instituto, e a cultura escolar brasileira, por meio dos estudantes formados em instituições locais. Essa interface abre possibilidades para estudos e práticas pedagógicas que considerem as particularidades culturais e a interculturalidade intrínseca do contexto, permitindo estruturar estratégias de ensino mais sensíveis e adequadas às demandas de um ambiente educacional multicultural.

REFERÊNCIAS

- BURNABY, Barbara et al. Chinese Teachers' Views of Western Language Teaching: Context Informs Paradigms. *TESOL Quarterly*, v. 23, ed. 2, 1989.
- CONFÚCIO. *Os Analectos*. Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Unesp, 2012.
- CHAN, Sally. The Chinese learner – a question of style. *Education + Training*, v. 41, ed. 6/7, 1999.
- CHOU, Mei-Ju; TU, Yi-Chan; HUANG, Kai-Ping. Confucianism and character education: a Chinese view. *Journal of Social Sciences*, v. 9, n. 2, p. 59, 2013.
- CHU , Hsi. LEARNING TO BE A SAGE: Selections from the Conversations of Master Chu, Arranged Topically. Los Angeles: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 1990.
- HARVEY, Paul. A lesson to be learned: Chinese approaches to language learning. *ELT Journal*, v. 39, ed. 3, 1985.
- HUI, Leng. Chinese cultural schema of education: implications for communication between Chinese students and Australian educators. *Issues in Educational Research*, v. 15, n. 1, p. 17-36, 2005.
- JUANJUAN, Z. H. A. O. Confucius as a critical educator: Towards educational thoughts of Confucius. *Frontiers of Education in China*, v. 8, n. 1, p. 9-27, 2013.
- JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021.
- KIM, Terri. Confucianism, modernities and knowledge: China, South Korea and Japan. In: *International handbook of comparative education*. Dordrecht Springer , 2009. p. 857-872.
- LI, Jin. Chinese Conceptualization of Learning. *Ethos*, v. 29, ed. 2, p. 111-137, 2001.
- LI, Jin. Mind or Virtue - Western and Chinese Beliefs About Learning. *CURRENT DIRECTIONS IN PSYCHOLOGICAL SCIENCE*, v. 14, ed. 4, 2005.
- LI, Jun; HAYHOE, Ruth. Confucianism and higher education. *Encyclopedia of diversity in education*, v. 1, p. 443-446, 2012.
- MA, Xiuli et al. The teaching of Chinese as a second or foreign language: a systematic review of the literature 2005–2015. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 17 jan. 2017.
- MÜLLER, Max. THE SACRED BOOKS OF THE EAST: THE TEXTS OF CONFUCIANISM. Londres: The Clarendon Press, 1885. v. 28.
- TAN, Charlene. Teacher-directed and learner-engaged: Exploring a Confucian conception of education. *Ethics and Education*, v. 10, n. 3, p. 302-312, 2015.
- TAN, Charlene. Confucianism and education. In: NOBLIT, G. Oxford Research Encyclopedia of Education. New York: Oxford University Press, 2017.
- XIE, Tian et al. Collective remembering of Confucianism in Chinese language textbooks: Official historical representations from 1949 to 2019. *Journal of Pacific Rim Psychology*, v. 15, 2021.pagina

Do “Baixo Perfil” ao Protagonismo: a evolução da estratégia chinesa na América Latina e Caribe

Ian Filipe Costa Araújo¹

1 INTRODUÇÃO

A ascensão chinesa no cenário global é um fenômeno que tem chamado especial atenção, dada a maneira acelerada em que acontece e o contexto de crises e instabilidade para a hegemonia estadunidense. Compreende-se hegemonia como uma estrutura social, econômica e política manifestada nas normas, instituições e mecanismos que estabelecem as regras gerais de comportamento para os Estados e suas sociedades, sendo tais regras compatíveis com o modo dominante de produção (Cox, 1983)². A hegemonia estadunidense se expressa, portanto, na ordem liberal internacional do pós-guerra com suas instituições e normas.

A crise financeira internacional deu contornos mais definidos ao cenário de competição entre os EUA e a China, tendo em vista a rápida recuperação chinesa e o agravamento da crise de legitimidade dos EUA – derivada do resultado das intervenções no Oriente Médio – com o abalo econômico (Albuquerque, 2016). No entanto, a “oficialização” desta competição por parte dos EUA se dá com a estratégia do “pivô para a Ásia”, gestada no segundo governo Obama, no qual o país reconheceu a China como uma rival global capaz de ameaçar a sua hegemonia e iniciou uma tentativa de frear o seu avanço (Ulard, 2021).

A América Latina e o Caribe (ALC) encontram-se inseridos nesse contexto de rivalidade entre as duas potências, visto que a região é entendida como uma área de influência americana, especialmente por ter sido a primeira região na qual os EUA estabeleceu sua liderança antes de atingi-la a nível global (Paz, 2012). A Doutrina Monroe, a política do “Big Stick” de Theodore Roosevelt e a “Diplomacia do Dólar” de William Howard Taft garantiram a expansão econômica dos EUA na ALC e asseguraram a região como uma zona de influência para o país (Rosati & Scott,

1 Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e participante do GECHINA (2024-2025). E-mail: ianfilipe02@gmail.com.

2 Cox (1983) compartilha da compreensão gramsciana da hegemonia, no qual o poder aparece como uma combinação de força e consenso, elementos materiais e ideológicos. Os grupos sociais dominantes angariam o consenso dos demais ao constituir mecanismos que possuem uma aparência universal. Quando tal consenso é abalado, ocorre o uso da força. Por isso, para Cox (1983), a hegemonia mundial é uma externalização da hegemonia interna de uma classe social dominante de determinado país.

2011). O aumento da presença chinesa na ALC, especialmente como principal parceiro econômico dos países, transporta o cenário de rivalidade global entre as duas potências para a região, ainda que se argumente que a hegemonia estadunidense não esteja essencialmente ameaçada na região (Gwadabe et. al, 2020; Paz, 2012).

Busca-se, através de uma revisão de literatura, realizar um histórico das relações sino-latinoamericanas e caribenhas, desde o estabelecimento da República Popular da China (RPC), em 1949, até o governo de Xi Jinping (2012 - atualmente), quando a rivalidade sino-americana consolidou-se como uma questão central das relações internacionais. Justifica-se a escolha deste período visto que durante os anos iniciais da liderança de Mao Zedong (1949-1976), marcados pela consolidação da RPC, destacam-se especialmente os “Cinco Princípios da Convivência Pacífica” (Zhang, 2011), que até a atualidade são considerados pelos policymakers chineses como norteadores da política externa (PEX) do país: 1) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; 2) não agressão; 3) não interferência em assuntos internos; 4) igualdade e benefício mútuos; 5) coexistência pacífica. Os anos 1970 foram marcados pela normalização das relações sino-americanas, o que abriu espaço para que os países da ALC estabelecessem relações diplomáticas com Pequim (Jiang, 2008; Zhang, 2011).

Em seguida, dedicamo-nos a sintetizar o período de liderança de Deng Xiaoping (1978-1989), que inaugurou a fase de reformas e abertura da RPC e a adoção do modelo de socialismo de mercado. Enquanto o período do presidente Mao deixou como legado os Cinco Princípios, a liderança de Deng teve como marca a estratégia de política externa de baixo perfil – “Keeping Low Profile” (KLP), em inglês –, com a qual se buscava focar nos assuntos domésticos e evitar a liderança e o forte engajamento em assuntos de temática global (Jiang, 2008; Montenegro, 2018, p. 308; Zhu, 2016). Essa visão de PEX prevaleceu praticamente inalterada do período de Deng até a ascensão de Hu Jintao (2002-2012) à posição de Secretário-Geral do Partido Comunista da China (PCCh), quando seu sucessor, Xi Jinping (2012-), passa a adotar uma estratégia de política externa mais assertiva e de busca por resultados – “Striving for Achievement” (SFA), em inglês (Montenegro, 2018, p. 308).

Busca-se demonstrar, dessa forma, que os interesses chineses na ALC não se resumem a aspectos puramente econômicos, envolvendo também questões geopolíticas e de ordem interna, como a rivalidade com os EUA, o objetivo de assegurar a política de uma só China e a manutenção do regime político sob liderança do PCCh e (Eisenman & Heginbotham, 2020; Myers, 2013).

2 OS ANOS MAO ZEDONG (1949-1976) E DENG XIAOPING (1978-1989)

Durante o período que vai de 1949 a 1979, as relações da China com a ALC foram pautadas principalmente pela política do que pela economia – uma diferença com o padrão que se tem atualmente (Wise & Chonn Ching, 2018). Naquele momento, o essencial para a RPC era obter reconhecimento diplomático e isolar Taiwan internacionalmente. Para tal, a RPC adotou um

discurso de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista para se aproximar dos países do então Terceiro Mundo, pregando a necessidade de libertação da opressão provocada pelas potências e apoiando movimentos revolucionários (Montenegro, 2018; Wise & Chonn Ching, 2018). Essa disputa por reconhecimento internacional foi a marca do relacionamento da China com a ALC durante o período da Guerra Fria.

No caso da ALC, essa retórica se dirigia especialmente à hegemonia dos EUA na região, mas passou a abranger também a URSS após o cisma sino-soviético. O objetivo era reunir os países do Terceiro Mundo num bloco independente dos EUA e da URSS para impedir que um novo conflito mundial surgisse entre as duas superpotências (Jiang, 2008). A busca por essa aproximação com os países do Terceiro Mundo, no qual incluíam-se os países da ALC, pode ser simbolizada pelos já referidos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” (Zhang, 2011). Os Cinco Princípios acabaram por servir de base para os Dez Princípios adotados na Conferência de Bandung em 1955, um marco do movimento não-alinhado, e tornaram-se o guia das relações da China com países de diferentes sistemas políticos e sociais. Os princípios também passaram a ser incorporados a outros acordos e documentos bilaterais da RPC com outros países (Zhang, 2011).

Apesar disso, os EUA exerceram pressão sobre os países da ALC para que não reconhecessem a RPC e se seguisse com o reconhecimento do governo de Taiwan (Jiang, 2008). O primeiro país da ALC a trocar o reconhecimento foi Cuba, após a revolução comunista de 1959, seguida pelo Chile de Salvador Allende nos anos 1970, tornando o país o primeiro da América do Sul a reconhecer o governo de Pequim (Jiang, 2008; Zhang, 2011; Wise, Chonn Ching, 2018). Nota-se que durante esse período a China enfrentou uma dificuldade muito grande em atingir seus objetivos de política externa com a ALC, falhando no mais essencial que era o fato de estabelecer relações diplomáticas com os países da região.

Somente a partir dos anos 1970, com a aproximação entre Pequim e Washington, iniciada por Richard Nixon (1913-1994) e Henry Kissinger (1923-2023), bem como a posterior admissão da RPC na Organização das Nações Unidas (ONU) é que o cenário começa a mudar: a China abandona a política de apoiar movimentos revolucionários internacionalmente e os países latino-americanos seguem o exemplo dos EUA, normalizando suas relações com a RPC (Xiang, 2008; Zhang, 2011). Um marco simbólico dessa mudança de posição com relação à RPC na ALC foi a defesa enfática, em 1971, do então presidente mexicano, Luis Echeverría, à entrada da RPC na ONU e a expulsão de Taiwan do órgão. Concomitantemente a esses acontecimentos, Brasil, Argentina, Chile, México e Peru estabeleceram relações diplomáticas com a RPC em 1974 – cinco anos antes da abertura da embaixada estadunidense em Pequim (Zhang, 2011; Wise, Chonn Ching, 2018).

A morte de Mao em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping abriu um novo momento para a política interna e externa da China. O movimento de reformas e abertura iniciado por Deng tornou a China mais próxima da ALC e introduziu o padrão de relações que permanece até hoje, com um foco maior em assuntos de natureza econômica (Xiang, 2008; Zhu, 2016). As reformas econômicas empreendidas pelo governo chinês elevaram o seu padrão de crescimento, o que significou

também um aumento de demanda por matérias-primas, notadamente as de cunho energético, como petróleo e minérios. A volatilidade no fornecimento desses recursos pelos países do Oriente Médio levaram a China a buscá-los em outras regiões, como a África, a ALC e sua própria periferia na Ásia. Nesse período a China pôe em prática a sua “diplomacia energética”, com a qual visava garantir sua segurança energética para cumprir o objetivo de duplicar a economia até 2020 (Zhu, 2016; Wise; Chonn Ching, 2018; Tokatlian, 2008).

Deng Xiaoping também foi o primeiro chefe de estado da China a visitar a ALC, o que ocorreu em 1985. O presidente chinês firmou acordos com Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela nas áreas de cooperação política, economia, comércio, ciência e tecnologia, cultura e finanças. Na visita, o presidente também propôs como diretrizes para as relações com os países latinoamericanos a paz e a amizade, o apoio mútuo, a igualdade e benefícios mútuos e a obtenção de progresso comum (Zhang, 2011). A postura adotada pela política externa chinesa no período de Deng pode ser resumida em seis pontos centrais propostos pelo presidente: “observar os eventos mundiais com uma mente calma, permanecer firme, confrontar as dificuldades com confiança, manter um baixo perfil, nunca assumir um papel de liderança e tomar providências” (Jiang, 2008, p. 31, tradução nossa)³.

Esses pontos são o que definem a estratégia chinesa de manutenção de baixo perfil (keeping low profile - KLP), que continuou sendo seguida pelos sucessores de Deng, Jiang Zemin e Hu Jintao, sendo gradativamente abandonada após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a crise financeira de 2008, quando se passou a exigir que a China assumisse mais responsabilidades no cenário internacional (Montenegro, 2018). O ambiente de reformas econômicas e a instabilidade política interna contribuíram para que o interesse da China sobre a ALC aumentasse no período de liderança de Deng Xiaoping. Foram questões de particular interesse na ALC a experiência de industrialização e desenvolvimento, bem como o caso da ditadura Pinochet, que combinou liberalização econômica com manutenção do controle político – exatamente o que se buscava com as políticas de Reforma e Abertura. Além disso, a derrocada do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que havia governado o México por setenta anos, também serviu como caso de estudo para governantes em Pequim sobre como evitar que ocorresse o mesmo com o PCCh (Xiang, 2008; Myers, 2013).

3 AS RELAÇÕES SINO-LATINO-AMERICANAS ENTRE JIANG ZEMIN (1989-2002) E HU JINTAO (2002-2012)

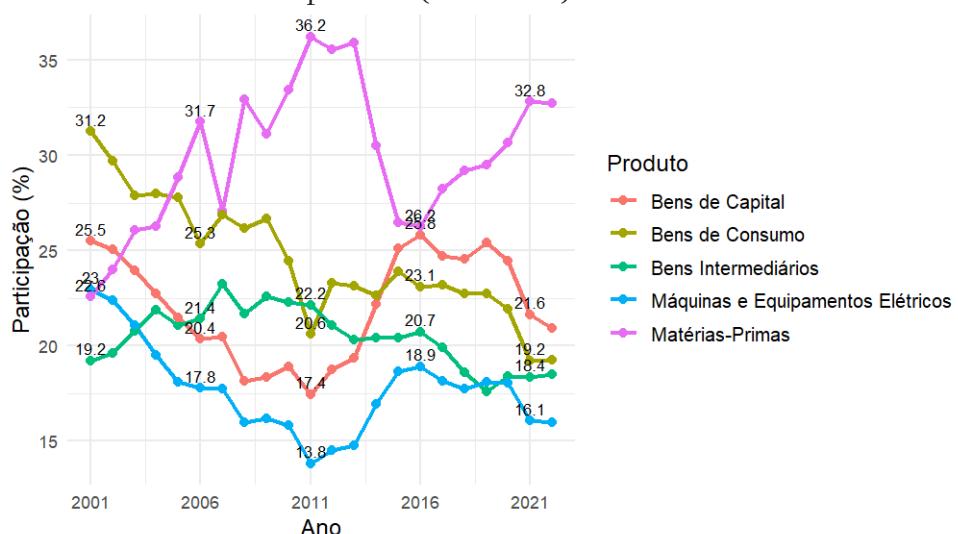
Alíderança de Jiang Zemin (1989-2002) como Secretário-Geral do PCCh trouxe modificações no movimento de reformas econômicas. A China passou a adotar a estratégia de “going out”, que buscava exportar bens e serviços chineses, além de incentivar o desenvolvimento das empresas multinacionais do país. Buscou-se também promover a imagem da China como um país amigável

³ No original: “Observe world events with a calm mind, stand firmly, confront difficulties with confidence, keep a low profile, never assume a leadership role, take action” (Jiang, 2008, p. 31)

e responsável nas relações internacionais, a fim de conquistar novos mercados e diversificar parcerias (Zhu, 2016; Chonn Ching, 2018; Myers, 2013; Eisenman & Heginbotham, 2020).

Após a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e o retorno do incremento da indústria pesada – produção de aço, químicos, papel e demais setores intensivos em eletricidade – cresceu-se a demanda interna por produtos como minério de ferro, aço e cobre, ao passo que o rápido processo de urbanização também aumentou a necessidade de produtos agrícolas como soja e carne (Ferchen, 2011). Além da própria demanda por recursos, o comércio de commodities com a ALC buscou também atender os objetivos de utilizar as enormes reservas acumuladas de dólar pelo país, empregar as empresas multinacionais de petróleo, avançar no desenvolvimento de novas tecnologias e promover gradativamente a internacionalização do Renminbi (Ferchen, 2011; Myers, 2013). Essa explosão de demanda chinesa favoreceu largamente os países latinoamericanos, que aumentaram a exportação de commodities para a China e aproveitaram o aumento do preço desses produtos, conforme pode-se visualizar no Gráfico 1, iniciando um período que Svampa e Slipak (2015, p. 49, tradução nossa) denominam “Consenso dos Commodities”. Tal conceito é utilizado pelos autores para contrastar com o período dos anos 1990, no qual as economias latino-americanas adotaram as políticas do chamado “Consenso de Washington”, formuladas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), com o objetivo de sanarem os problemas de alto endividamento externo e hiperinflação. Tais políticas envolviam reformas econômicas, abertura comercial e financeira, além de ajustes fiscais, sendo aplicadas quase como um modelo obrigatório e único para todos os países da região. O “Consenso de Commodities”, por sua vez, descreve um período mais favorável para as economias da região, com crescimento econômico advindo da valorização dos preços dos produtos primários.

Gráfico 1 – Exportações da América Latina, participação percentual por categoria de produto (2001-2022)

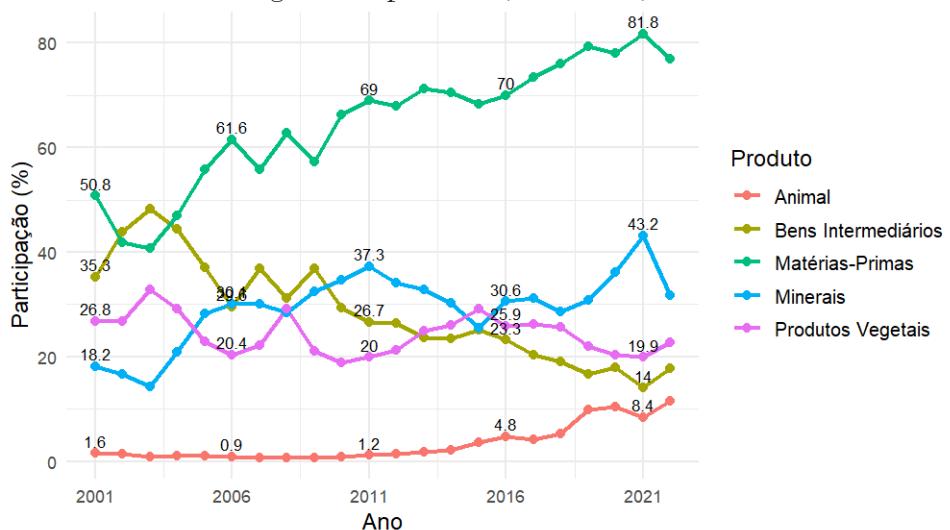


Fonte: elaboração própria com base em World Bank (2025)

O Gráfico 1 evidencia a trajetória das exportações latino-americanas entre 2001 e 2022, o que nos ajuda a compreender o chamado “Consenso de Commodities”, demonstrando o peso que as matérias-primas possuem no fluxo de comércio da região com o mundo. A categoria aparece numa crescente no começo dos anos 2000, atingindo o pico de 36,2% das exportações regionais em 2011 e respondendo pela maior parcela das exportações dos países latino-americanos e caribenhos ao longo de todo o período. Por outro lado, os setores de “bens de capital”, “bens de consumo” e “máquinas e equipamentos elétricos” apresentam uma queda vertiginosa na primeira década dos anos 2000, diminuindo sua participação no cenário geral de exportações dos da ALC, o que aponta para uma situação de reprimarização econômica de alguns países, a exemplo do Brasil.

Quando nos atemos especificamente ao comércio com a China, exposto no Gráfico 2, verifica-se que a concentração em matérias-primas é ainda maior, chegando a responder por 81,8% do comércio em 2021. Contrariamente, os bens intermediários sofreram queda durante o período de 2001 a 2022, ao passo que outras categorias de produtos primários, como minerais e animais aumentaram sua parcela na pauta exportadora. Ainda que o comércio com a China tenha passado a ser visto como uma alternativa capaz de proporcionar maior autonomia para os países da região frente à hegemonia estadunidense, a concentração no comércio de commodities tem levado à reprimarização econômica de alguns países, a exemplo do Brasil, além de conflitos territoriais e ambientais (Svampa & Slipak, 2015).

Gráfico 2 – Exportações da América Latina para a China, participação percentual por categoria de produto (2001-2022)



Fonte: elaboração própria com base em World Bank (2025)

Nesse período a China iniciou um novo processo na sua relação com outros países em desenvolvimento: a pactuação de parcerias estratégicas. O Brasil foi o primeiro país a formalizar uma parceria estratégica com a China, em 1993, seguido pelo México, Argentina e

Peru, e pelas “parceria estratégica para futuro desenvolvimento comum” com a Venezuela e a “parceria estratégica para desenvolvimento comum” com o Chile (Zhang, 2011; Xie & Li, 2020). Gonçalves & Brito (2010) explicam que o uso do termo “parceria” tem um significado importante na tradição chinesa, evidenciando a importância das relações desenvolvidas e a existência de interesses comuns. Os autores também destacam que no âmbito da política externa chinesa as parcerias estratégicas representam o grau mais alto de relações com os países, seguida por “parcerias abrangentes”, “parcerias cooperativas e amigáveis” e “relações de cooperação amistosas”. Por outro lado, existem críticas à vagueza do termo “parceria estratégica” e os seus resultados práticos⁴, o que leva à compreensão de que esse mecanismo aparece mais como um indicativo de intenções de aprofundamento das relações, nos mais diversos campos, entre a China e os países com os quais são firmadas (Biato Junior, 2010; Gonçalves & Brito, 2010).

Por fim, é nesse período que a China também inicia sua aproximação com as organizações internacionais da ALC. Em 1991 a RPC tornou-se um membro observador do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); em 1993 tornou-se observador da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI) e em 2000, tornou-se observador da OEA e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (Zhang, 2011; Hirst, 2008).

Durante a gestão de Hu Jintao, as relações da China com a ALC continuaram a seguir os padrões estabelecidos por seus antecessores, mas com a complexificação e aprofundamento desses laços. Foi durante a presidência de Hu que a China consolidou a sua posição como principal parceiro comercial de vários países da região, ao passo em que o crescimento da atuação chinesa passou a chamar mais a atenção de Washington para as intenções do país asiático no hemisfério (León-Manríquez & Álvarez, 2014; Tokatlian, 2008).

A PEX chinesa também passa por uma maior complexificação e diversificação, com a inclusão de mais atores participantes além do Ministério Negócios Estrangeiros, como as empresas estatais, empresários, bancos públicos, governos locais e os próprios indivíduos. Os instrumentos de política externa também tornaram-se mais diversificados, envolvendo não apenas comércio e investimentos, mas também ajuda externa, cooperação partidária, difusão de conteúdo de mídia – por meio da agência de notícias Xinhua e a rede televisiva CCTV - e promoção da cultura e língua chinesas por meio dos Institutos Confúcio (Zhu, 2016; Montenegro, 2018; Myers, 2013; Eisenman, Heginbotham, 2020).

De forma a amenizar as preocupações acerca do crescimento chinês, a diplomacia chinesa passa a promover a ideia de “desenvolvimento pacífico” (Zhu, 2016), visando projetar uma imagem da China como um país que busca desenvolver sua economia e comércio valendo-se dos meios diplomáticos e culturais, sem recorrer ao militarismo, enquanto garante relações mutuamente benéficas para os seus parceiros. Em decorrência disso, a China adota maior transparência na execução da sua política externa, com a publicação de livros brancos e

⁴ Com relação a isso Gonçalves & Brito (2010) analisam com maiores detalhes a parceria estratégica Brasil-China, o seu efetivo caráter estratégico e as críticas existentes à parceria.

realização de exercícios militares conjuntos, visando aplacar preocupações com relação a este aspecto. Justamente nesse período, ocorreu a publicação da primeira edição do policy paper sobre a América Latina e o Caribe, em 2008 (Zhu, 2016; Zhang, 2011), que contou com uma segunda edição em 2016 (Rodrigues, 2020). No documento, a China expõe os seus principais objetivos na cooperação com a região latino-americana, evidenciando a abrangência do seu projeto: há menções à cooperação comercial, financeira, tecnológica e científica (China, 2016; Rodrigues, 2020).

A ênfase no diálogo Sul-Sul busca trazer para a China o perfil de líder dos países em desenvolvimento e apoiadora das demandas deste grupo de países por maior democratização dos fóruns internacionais como a ONU, o FMI e o BM - ainda que exista um abismo em termos de capacidades militares e econômicas entre o Estado chinês e os países da ALC (Eisenman; Heginbotham, 2020; Myers, 2013; Tokatlian, 2008). Outro aspecto relevante do emprego desta retórica na ALC foi o objetivo de angariar o reconhecimento do status de economia de mercado na OMC. Em 2005, a RPC conseguiu com que Argentina, Brasil, Chile, Peru, Antígua e Barbuda, Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Suriname e Venezuela a reconhecessem como uma economia de mercado, com a Costa Rica e o Uruguai juntando-se ao grupo em 2008 e 2009, respectivamente (Myers, 2013). O México, entretanto, possui uma resistência a reconhecer esse status à China, em virtude da pauta comercial concorrente entre os dois países. A produção chinesa desbancou as vantagens comparativas do sistema de maquiladoras do México, gerando déficits na balança comercial do país (Myers, 2013; Wise; Chonn Ching, 2020; Liang, 2019).

Sob o signo da Cooperação Sul-Sul, a China também tem oferecido condições de financiamento atrativas aos países latinoamericanos sob o mote de empréstimos “sem compromissos” (“no strings attached”). Os tais compromissos referem-se às condicionalidades impostas pelas instituições ocidentais influenciadas pelos EUA como o FMI e o BM para que sejam concedidos empréstimos, normalmente reformas econômicas ortodoxas. Entretanto, ainda que de fato os empréstimos fornecidos pelo Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank, CDB) e o Banco de Importação e Exportação da China (China Ex-Im) – as duas instituições mais atuantes na região - não estejam atrelados às exigências econômicas dos emprestadores ocidentais, não é verdade que esses empréstimos sejam completamente descompromissados. Entre os acordos firmados pode ser exigida a contratação de pessoal e empresas chinesas para a execução de obras, bem como matérias-primas oriundas da China, reconhecimento do status do país como economia de mercado na OMC, além do fato do estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC – um aspecto essencial para a execução da política de China única na região (Wise; Chonn, Ching, 2020; Tokatlian, 2008; Eisenman; Heginbotham, 2020; Myers, 2013; Crivelli Minutti; Lo Brutto, 2018; Svampa; Slipak, 2015).

Como exemplo disso há o financiamento chinês à construção de um parque industrial na Costa Rica, o que levou o país caribenho a romper relações com Taipei e reconhecer Pequim em 2007. Durante a sua gestão, Hu Jintao também atuou para que outros países

do Caribe estabelecessem relações diplomáticas com a RPC, como o Haiti, o Panamá e a República Dominicana. A China chegou a enviar um efetivo de 125 policiais para compor as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), num esforço para ganhar o reconhecimento de Porto Príncipe (Hirst, 2008; Crivelli Minutti; Lo Brutto, 2018). O Panamá e a República Dominicana estabeleceram relações com Pequim, durante o governo de Xi Jinping, em 2017 e 2018, respectivamente, enquanto o Haiti ainda mantém o reconhecimento à Taiwan, juntamente com Belize, Guatemala, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas. O Paraguai completa a lista de países latino-americanos que mantêm o reconhecimento a Taipei, sendo o único país da América do Sul a fazê-lo (Tokatlian, 2008; Wise; Chonn, Ching, 2020).

Em suma, durante o governo de Hu Jintao, a China expandiu a sua presença na ALC por meio do comércio de commodities e investimentos estrangeiros diretos nesse setor, como parte da sua política de garantir segurança energética e diversificar parcerias. Hu também atuou para avançar com o reconhecimento diplomático da RPC na região e isolar Taiwan, visto que a maioria dos países que ainda mantêm relações com a ilha encontram-se no Caribe. Apesar disso, a PEX chinesa buscou manter um discurso de desenvolvimento pacífico, a fim de afastar preocupações dos EUA sobre a sua presença crescente no hemisfério. A atuação prática da China confirmou as intenções do discurso, com o país focando a relação com a ALC em aspectos econômicos e se envolvendo de maneira cautelosa nos assuntos da região.

4 A ERA XI JINPING (2012 - atualmente)

A eleição de Xi Jinping ao cargo de Secretário-Geral do PCCh em 2012 e presidente da RPC em 2013 consolidou uma mudança mais pronunciada na estratégia KLP até então perseguida pela China. Com Xi, a estratégia de PEX chinesa passa a ser a “busca por resultados”, ou na nomenclatura em inglês, “striving for achievements - SFA” (Montenegro, 2018, p. 304). Como explicitado anteriormente, algumas mudanças já vinham ocorrendo na PEX chinesa, com a exigência de que o país tomasse mais responsabilidades para si: se sob Deng Xiaoping o lema era nunca tomar a liderança, com Hu Jintao tornou-se liderar se fosse necessário (Zhu, 2016).

Sob a estratégia SFA, o foco puramente econômico das relações diplomáticas cedeu maior espaço às aspirações políticas, com o interesse em assumir responsabilidades e atuar mais ativamente a fim alcançar os objetivos políticos do país. Como exemplos desta mudança têm-se a adoção do princípio de “credibilidade” como componente da SFA, demonstrando que a China passou a compreender-se como um “major country”, algo que até então era designado para potências estrangeiras, como os EUA, Rússia, Japão e Reino Unido. Outro aspecto foi a inclusão da agenda de segurança e cooperação militar, especialmente na sua região vizinha, algo evitado na KLP, além do abandono da prioridade de relação com os EUA – um dos pilares da estratégia antiga –, para o desenvolvimento de um novo tipo de relações, em que se admitiu

a relação de competição ao invés de cooperação (Yan, 2014). Há também uma valorização dos aspectos morais sobre os ganhos econômicos e uma busca por aprofundamento dos laços político-diplomáticos com outros países (Yan, 2014; Montenegro, 2018). A valorização de aspectos morais envolve uma maior preocupação com os ganhos econômicos dos outros países que se relacionam com a China, ao invés de valorizar apenas os próprios ganhos, como pode ser visto na fala de Xi, citado por Yan (2014, p. 168, tradução nossa), “deixar os países vizinhos se beneficiarem do nosso desenvolvimento e promover mais ajuda aos países em desenvolvimento dentro de nossa capacidade”⁵.

Vê-se a partir disso que a SFA dedica maior atenção aos países vizinhos à China, como uma forma de resposta à reorientação estadunidense para a Ásia (Yan, 2014). No entanto, as mudanças na atuação externa também são notadas na relação com a ALC, como a criação do Fórum China-CELAC, a inclusão de países latinoamericanos na Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative, BRI) e no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank, AIIB), além da melhoria dos padrões de condições laborais e ambientais nos projetos desenvolvidos na região (Vadell, 2018, 2019; Myers, 2013).

Longe de se ser fruto de qualquer tipo de benevolência chinesa, essa mudança para uma maior preocupação com os aspectos morais pode ser relacionada a transformações ocorridas no próprio sistema internacional. A queda do preço de commodities e a desaceleração econômica chinesa, que geraram desequilíbrios econômicos para as economias latinoamericanas dependentes dessa relação comercial (Vadell, 2019; Svampa; Slipak, 2015), contribuíram para que a percepção dos efeitos negativos desse modelo de inserção econômica da ALC ganhasse mais força (Eisenman & Heginbotham, 2020). Num cenário de acirramento da competição hegemônica com os EUA, faz sentido que a China dê maior ênfase a um discurso de maior conteúdo moral, visando um desenvolvimento compartilhado (Yan, 2014), a fim de que uma região como a ALC não se torne completamente avessa às relações com o país.

Em 2013, o presidente Xi fez uma visita à região, na qual o Caribe recebeu especial atenção. Buscou-se fortalecer as relações com os países que já reconheciam a RPC diplomaticamente, ao passo em que se buscava demonstrar aos países restantes os ganhos de estabelecer relações com Pequim (Myers, 2013). Durante essa mesma visita, Xi expressou a vontade de lançar o mais breve possível um Fórum de Cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe (Xi, 2014). Esse mecanismo foi estabelecido em 2014, com a fundação do Fórum China-CELAC, cuja primeira reunião ministerial ocorreu em 2015, seguida de uma turnê do primeiro-ministro Li Keqiang à região, com visitas ao Brasil, Chile, Colômbia, Peru e à sede da CEPAL (Maggiorelli, 2020; Xie & Li, 2020; Vadell, 2018; 2019).

Conforme argumenta Telias (2020), a China passou a se envolver na criação de fóruns regionais por razões de segurança e para garantir a sobrevivência do regime doméstico, numa

⁵ No original: “Let surrounding countries benefit from our development” and ‘provide more aid to developing countries within our capability” (Yan, 2014, p. 168).

tentativa de evitar ser cercada pelos EUA. Como as outras instituições regionais as quais a China se associou, como a OEA e o BID contam com a participação dos EUA, tornou-se mais interessante para a China associar-se à CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), da qual os EUA não são membros, o que garante um papel de preponderância para o gigante asiático. Sem a presença de uma potência como os EUA, a distribuição de poder pende favoravelmente para a China, que pode, portanto, influenciar as atividades e a estrutura da instituição para se adequarem mais aos seus interesses. Além disso, há o perfil da própria CELAC de ser mais favorável à cooperação Sul-Sul, que como argumentado por Vadell (2018, p. 8, tradução nossa)⁶:

desde o ponto de vista da prática da política externa da China, o Fórum China-CELAC pretende consolidar um padrão de relações que o governo chinês enquadra como “relação Sul-Sul” ou “cooperação Sul-Sul (CSS) e que tem seu precedente no Fórum de Cooperação China-África, o FOCAC.

O Fórum envolve a China e todos os 33 países membros da CELAC, além de não envolver os EUA e o Canadá.⁷ Por conta desses dois aspectos, é possível dizer que desenvolver a relação com a ALC tendo a CELAC como o mecanismo principal era algo atrativo para a China, pois ao mesmo tempo em que se reunia 33 países numa mesma organização, evitava-se a interferência dos EUA nas discussões da instituição. Outro fator interessante acerca da CELAC é que ela gozava de consenso entre os diversos governos latinoamericanos, de vários perfis ideológicos distintos entre si, como um mecanismo legítimo para concertação dos países da região. De forma geral, o Fórum China-CELAC segue o padrão de instituições multilaterais criadas pela China, no qual prevalece uma maior informalidade, flexibilidade e a adoção de resoluções não-vinculantes. É interessante notar também que, embora o Fórum tenha esse aspecto de ser uma instituição mais flexível, ele é também abrangente e complexo, pois envolve subfóruns que trabalham com várias temáticas, como agricultura, tecnologia e inovação, negócios, cooperação em infraestrutura, cooperação política e partidária, atuação de think tanks e diplomacia people-to-people. Existe também uma combinação de elementos multilaterais e bilaterais, pois os países podem selecionar em quais iniciativas participarão dentro do Fórum, ao mesmo tempo em que podem desenvolver outros acordos bilaterais com a China (Telias, 2020; Vadell, 2018; Eisenman; Heginbotham, 2020; Fórum China-Celac, 2015).

Como se vê, os eixos temáticos propostos para cooperação são variados, e não se limitam a questões econômicas, evidenciando o caráter da estratégia SFA iniciada pelo presidente Xi. Entretanto, como argumentado por Zhao (2011), o caráter mais flexível desses mecanismos chineses dificulta a efetivação das iniciativas planejadas, o que leva ao aumento

⁶ No original: “Desde el punto de vista de la práctica de la política exterior de China, el Foro China-CELAC pretende consolidar un patrón de relaciones que el gobierno chino encuadra como ‘relación Sur-Su’ o ‘cooperación Sur-Sur’ (CSS) y que tiene su precedente en el Foro de Cooperación China-África, el FOCAC.” (Vadell, p. 8, 2018).

⁷ O Brasil chegou a suspender a participação no bloco em janeiro de 2020, durante o governo Bolsonaro, mas retomou a participação em janeiro de 2023, com o início do governo Lula (Rodrigues 2023).

da insatisfação de países em desenvolvimento com relação a Pequim por conta de acordos de cooperação vagos (Eisenman & Heginbotham, 2020).

Em 2016, a China também lançou a segunda edição do seu policy paper sobre a América Latina e o Caribe. Basicamente o policy paper reforça os anúncios de cooperação em múltiplos setores anunciados pelo Plano, ao mesmo tempo em que traça o cenário global como cada vez mais globalizado e multipolar, com os países em desenvolvimento assumindo uma posição cada vez mais relevante. É dito, inclusive, que “o desenvolvimento da China não pode ser possível sem o desenvolvimento de outros países em desenvolvimento, incluindo os países da América Latina e do Caribe” (China, 2016, s/p, tradução nossa)⁸.

Também é anunciado que as relações com a ALC seriam construídas com base em cinco características principais:

sinceridade e confiança mútua no campo político, cooperação ganha-ganha na frente econômica, aprendizagem mútua em cultura, estreita coordenação em assuntos internacionais, assim como reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo e suas relações bilaterais com os países individuais da região (China, 2016, s/p, tradução nossa⁹).

É notável aqui a influência dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, além da questão da política de China única, que permanece como um aspecto essencial da PEX chinesa para a região, sendo citada nominalmente no policy paper quando é dito que “a China está pronta para estabelecer e desenvolver relações interestatais com os países da América Latina e o Caribe com base no princípio de uma China” (China, 2016, s/p, tradução nossa)¹⁰.

Um outro ponto muito importante da PEX chinesa sob Xi Jinping é a Iniciativa Cinturão e Rota - Belt and Road Initiative (BRI), na nomenclatura em inglês –, que ficou popularmente conhecida como a Nova Rota da Seda. A BRI é um grande projeto de investimentos em obras de infraestrutura que visam conectar a China com a sua vizinhança na Ásia, Europa e África, tanto por via terrestre quanto por via marítima (Pautasso et. al, 2020). Segundo Xie e Li (2020, p. 62),

A Iniciativa Cinturão e Rota é uma das plataformas internacionais fundamentais da política externa chinesa para propor uma rota de cooperação global na atualidade. O seu principal objetivo é mobilizar recursos no mundo todo para melhorar a conectividade internacional e proporcionar a inclusão dos países na economia globalizada, elevando suas capacidades para executar as estratégias de desenvolvimento sustentável que venham a adotar.

A BRI, juntamente com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura - Asian

8 No original: “The development of China cannot be possible without the development of other developing countries, including countries in Latin America and the Caribbean.” (China, 2016, s/p).

9 No original: “sincerity and mutual trust in the political field, win-win cooperation on the economic front, mutual learning in culture, close coordination in international affairs, as well as mutual reinforcement between China’s cooperation with the region as a whole and its bilateral relations with individual countries in the region.” (China, 2016, s/p).

10 No original: “China is ready to establish and develop state-to-state relations with Latin American and Caribbean countries on the basis of the one China principle.” (China, 2016, s/p).

Infrastructure Investment Bank (AIIB) - configuram, segundo Telias (2020), uma resposta da China à política estadunidense de pivô para a Ásia, ao mesmo tempo em que se baseia na necessidade de investimentos em infraestrutura no continente asiático, alinhado à fala de Xi sobre deixar os vizinhos desfrutarem do desenvolvimento chinês. Ou seja, a BRI e o AIIB tem como foco e origens questões regionais mais próximas da China, embora também inclua regiões mais distantes, como a ALC. Os investimentos em infraestrutura na região tem sido pensados majoritariamente para atender os interesses chineses de escoamento da produção de commodities, como a construção de um Canal na Nicarágua e a ferrovia Biocéanica, que pretende ligar Brasil, Peru e Bolívia, conectando o Atlântico e o Pacífico (Wise; Chonn, Ching, 2020; Vadell, 2019).

Na segunda reunião ministerial do Fórum China-CELAC, que aconteceu em 2018 no Chile, a China formalizou o convite aos 33 países do bloco para ingressarem na BRI por meio do projeto da Rota da Seda Marítima, que visa a integração através do Pacífico (Vadell, 2018; Lemus-Delgado, 2020). Desse total de países, 22 formalizaram acordos bilaterais de adesão à BRI, incluindo Bolívia, Chile, Equador, Uruguai, Argentina, Colômbia e Peru (Nedopil, 2025). Já o AIIB tem como membros latinoamericanos Brasil, Argentina, Chile, Equador e Uruguai, enquanto que Bolívia, Venezuela e Peru tem prospectado a entrada (AIIB, 2021).

A ausência de países importantes da ALC como o Brasil e México na BRI expõe o cenário de recrudescimento da disputa sino-americana (Pautasso et. al, 2020). Mesmo com o retorno de Lula ao poder, o Brasil preferiu não ingressar na iniciativa chinesa, evitando confrontos com Washington. O mesmo aconteceu com o México, em decorrência do relacionamento comercial pouco favorável com os chineses. Além disso, em virtude do acordo de livre comércio México-Estados Unidos-Canadá, o país fica impedido de firmar qualquer aliança com países que não são considerados economias de mercado – o que é o caso da China - sob pena dos EUA e do Canadá se retirarem do acordo (Lemus-Delgado, 2020). Ou seja, ao menos na adesão à BRI, o relacionamento dos chineses ainda tem enfrentado resistência com a ausência de países importantes da região. Embora existam esforços da política externa chinesa para que esses países se integrem à iniciativa (Xie & Li, 2020), essa não parece ser a principal preocupação do país, visto que os problemas enfrentados pela BRI na vizinhança asiática, como disputas no Mar do Sul da China e questões com a Índia são mais sensíveis à Pequim e tem mais propensão de ameaçarem a execução do projeto (Pautasso et. al, 2020; Montenegro, 2018). Por outro lado, a escalada das tensões com os EUA não parecem ter afetado outras áreas da relação da China com a região, cujo comércio bilateral cresceu mesmo durante a pandemia de Covid-19, tendo um papel importante para estabilizar a economia de países da região (Xi & Li, 2020).

Vê-se, portanto, que durante o governo de Xi, a política externa chinesa assumiu uma postura mais proativa no cenário internacional, incorporando valores e promovendo mais fortemente outras formas de relação com os países além dos aspectos econômico-comerciais. Para a ALC isso se verificou através da criação do Fórum China-CELAC e seus diversos subfóruns

multitemáticos, da retórica de cooperação Sul-Sul e a proposta de integração da região à Nova Rota da Seda. Apesar disso, as propostas de investimentos em infraestrutura na região ainda encontram-se intimamente relacionadas ao comércio de commodities, o que evidencia que o perfil da região como fornecedora de bens de baixo valor agregado não deve ser alterado. Ainda que a disputa com os EUA tenha se acentuado e a própria PEX chinesa tenha dado mais atenção a valores, o país manteve o perfil de uma relação pragmática com os países de diversos perfis políticos na região e o caráter de seus novos empreendimentos na região não parece ser o de desafiar a hegemonia americana no continente.

5 CONCLUSÕES

Notou-se que a PEX chinesa para a ALC foi marcada por adaptações em resposta às mudanças do sistema internacional e às prioridades domésticas da China. No período da Guerra Fria, a RPC buscou sobretudo o reconhecimento diplomático e o isolamento de Taiwan, utilizando uma retórica anticolonialista e de solidariedade com o Terceiro Mundo. A liderança de Deng Xiaoping inaugurou o período da estratégia de “manter um baixo perfil” (KLP), com ênfase em cooperação econômica, comércio de commodities e investimentos em setores de energia e infraestrutura. Com a ascensão de Xi Jinping, a PEX chinesa passa a ser mais assertiva e orientada por resultados, como pode ser visto com a criação do Fórum China-CELAC, a inclusão de países latino-americanos na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e a ampliação dos mecanismos de cooperação multissetorial. Esses aspectos evidenciam a busca chinesa por maior influência política e diplomática na região, apoiada pela retórica de desenvolvimento compartilhado e cooperação Sul-Sul, que visa projetar uma imagem de liderança chinesa responsável e benéfica para os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que serve aos interesses estratégicos de Pequim, como a consolidação da política de “uma só China” e a manutenção da estabilidade interna. Por outro lado, a intensificação da competição com os EUA impõe limites e condicionantes à atuação chinesa na ALC, sobretudo em países com laços históricos ou acordos preferenciais com Washington. Ainda assim, a China tem conseguido ampliar sua presença e influência, adaptando sua abordagem às especificidades políticas e econômicas de cada país da região. Em síntese, a política externa chinesa para a América Latina e o Caribe é marcada por pragmatismo, flexibilidade e busca por ganhos mútuos, mas também por uma crescente sofisticação e diversificação de instrumentos e objetivos. O futuro dessas relações dependerá tanto da capacidade dos países latino-americanos de articular estratégias nacionais e regionais mais autônomas quanto da evolução do cenário internacional, especialmente no que diz respeito à rivalidade sino-americana.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. A BRAZIL/CHINA PARTNERSHIP AND THE UNITED STATES. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 2, p. 51-61, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160609_rtm_v2_n2_art03.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BIATO JUNIOR, Oswaldo. A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- CHINA. State Council. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 2016. Disponível em: <http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.
- CRIVELLI MINUTTI, E.; LO BRUTTO, G. La cooperación de China en América Latina: ¿hacia una Nueva Economía Estructural?. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2018. DOI: 10.21530/ci.v13n2.2018.806. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/806>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- COX, R. W. Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method. *Millennium - Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162–175, 1983.
- EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric. China's Relations with Africa, Latin America, and the Middle East. In: SHAMBAUGH, David (ed.). *China & the World*. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2020. Cap. 14. p. 291-312.
- FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n.1, p. 105–130, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400008>>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- FÓRUM CHINA-CELAC. Institutional Arrangements. Pequim, 23 jan. 2015. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/201501/t20150123_6475947.htm>. Acesso em: 09 set. 2025.
- HIRST, Monica. A South-South Perspective. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). *China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 5. p. 90-108.
- JIANG, Shixue. The Chinese Foreign Policy Perspective. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). *China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 2. p. 27-43.
- LEMUS-DELGADO, Daniel. China e América Latina sob o mesmo céu? *Tianxia e Relações Internacionais*. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- LEÓN-MANRÍQUEZ, Jose; ALVAREZ, Luis F. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a united states-china hegemonic struggle in Latin America? *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.L.], v. 57, n., p. 9-27, 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329201400202>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- LIANG, Wei. Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America. *Journal of Chinese Political Science*, v. 24, n. 3, p. 433-449, 2019. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-018-09603-w>>. Acesso em: 17 mai. 2025.
- MAGGIORELLI, Lorenzo. Cooperação entre China e América Latina e Caribe: ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais (2006-2016). *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n.

24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MONTENEGRO, R.H. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. *Brazilian Journal of International Relations*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 297-329, 4 set. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências.

MYERS, Margaret. Shaping Chinese Engagement in Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana (ed.). *Routledge Handbook of Latin America in the World*. New York: Routledge, 2015. Cap. 14. p. 211-222.

NEDOPIL, Christoph. "Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)." *Green Finance & Development Center*, Fudan University, maio de 2025. Disponível em: <<https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PAUTASSO, Diego et al. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RODRIGUES, Alex. Brasil volta a integrar a Celac; entenda o que é o bloco regional. *Agência Brasil*, Brasília, 6 jan. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/brasil-volta-integrar-celac-entenda-o-que-e-o-bloco-regional>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 19, n. 37, p. 78-105, 2020. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/prolam/article/view/166148>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel M. China en América Latina: del consenso de los commodities al consenso de Beijing. *Revista Ensambles*, n. 3, p. 34-65, 2015.

TELIAS, Diego. Foros China-CELAC e China-CEEC (17+1): ideias das teorias do regionalismo. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. A View from Latin America. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). *China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 4. p. 59-89.

ULARD, Martine. O "pivô asiático" norte-americano contra a "rota da seda" chinesa. *Le Monde Diplomatique*. [SI], p. 1-1. 2 out. 2014. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-pivo-asiatico-norte-americano-contra-a-rota-da-seda-chinesa/>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VADELL, Javier A. China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 2, p. 107-125, 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/48595494>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VADELL. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la cooperación 'sur-sur'. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 6-37, 16 maio 2018. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/733>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

WISE, C.; CHONN CHING, V. Conceptualizing China–Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath. *Pacific Review*, v. 31, n. 5, p. 553–572, 2018.

WORLD BANK. World Integrated Trade Solution: Latin America & Caribbean Product Export Product Share to World in % 2001-2022. 2025a. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/LCN/StartYear/2001/EndYear/2022/TradeFlow/Export/Indicator/XPRT-PRDCT-SHR/Partner/WLD/Product/all-groups>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

WORLD BANK. World Integrated Trade Solution: Latin America & Caribbean Product Export Product Share to China in % 2001-2022. 2025b. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/LCN/StartYear/2001/EndYear/2022/TradeFlow/Export/Indicator/XPRT-PRDCT-SHR/Partner/CHN/Product/all-groups>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

XI, Jinping. The governance of China. Pequim: Foreign Languages Press, 2014.

XIANG, Lanxin. An Alternative Chinese View. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 3. p. 44-58.

XIE, Wenze; LI, Hui. A Visão de Desenvolvimento da China 2020-2050 e as Perspectivas para as relações Com A América Latina. Revista Tempo do Mundo, Brasília, n. 24, p. 53-75, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/23>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

YAN, Xuetong. From keeping a low profile to striving for achievement. The Chinese Journal of International Politics, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.

ZHANG, Qingmin. China's Diplomacy. Cengage Learning Asia, 2011.

ZHU, Zhiqun. China's new diplomacy: Rationale, strategies and significance. Routledge, 2016. pagina

As Superpotências da Inteligência Artificial: A China, Silicon Valley e a Nova Ordem Mundial de Kai-Fu Lee

Mylena Angélica Silva Farias¹

INTRODUÇÃO

A revolução da inteligência artificial (IA) tem sido o tema central de inúmeros livros, artigos e debates, com previsões que variam de um futuro utópico a um cenário distópico. Em "As superpotências da Inteligência Artificial: A China, *Silicon Valley* e a nova ordem mundial" (2018), Kai-Fu Lee, um dos nomes mais proeminentes na área e um investidor de risco com ampla atuação tanto no Vale do Silício quanto na China, oferece uma perspectiva única e multifacetada sobre o impacto transformador dessa tecnologia. O livro não se limita aos avanços tecnológicos, aprofundando-se nas implicações econômicas, sociais e humanas de seu crescimento, com um foco especial na competição e cooperação entre os Estados Unidos e a China.

Lee, presidente e CEO da Sinovation Ventures e do Sinovation Ventures Artificial Intelligence Institute, contribui com mais de três décadas de atuação em pesquisa, desenvolvimento e investimento em IA. Sua experiência prévia em gigantes da tecnologia como Apple, Microsoft e Google, incluindo a fundação da Microsoft Research China e a presidência do Google China lhe confere uma visão privilegiada e um conhecimento profundo de ambos os ecossistemas tecnológicos. Esta perspectiva dual, aliada à sua própria jornada pessoal de superação do câncer, enriquece a narrativa e a torna não apenas informativa, mas também profundamente reflexiva.

A Ascensão da IA e as Quatro Ondas de Transformação

O livro inicia bordando o que Lee chama de "Momento *Sputnik* da China" para a IA, referindo-se à vitória do *AlphaGo*, da Google, sobre o campeão mundial de Go, Ke Jie, em 2017.

¹ Graduanda em Engenharia de Software, pela Universidade de Brasília. Pesquisadora na área de inovação, gamificação, sustentabilidade digital e inteligência artificial. Participante do GECHINA. email: mylena.asf@gmail.com

"Da noite para o dia, a China mergulhou numa febre de inteligência artificial. O burburinho não chegou a ser tão grande quanto a reação americana à Sputnik, mas acendeu uma chama na comunidade tecnológica chinesa que perdura desde então."

Esse evento, pouco notado pela maioria dos americanos, gerou uma "febre de inteligência artificial" na China, impulsionando investimentos massivos e um fervor empreendedor. Lee argumenta que a ascensão dos sistemas inteligentes se desenvolveu em quatro "ondas" distintas, cada uma delas aproveitando o poder dessa tecnologia de maneiras diferentes e impactando setores variados da economia:

IA da Internet: Esta primeira onda, já bem estabelecida, utiliza algoritmos de IA como motores de recomendação. Empresas como Google, Baidu, Alibaba e YouTube fazem uso desses algoritmos para personalizar o conteúdo e os anúncios exibidos aos usuários, otimizando cliques e, consequentemente, lucros. A capacidade da IA de aprender sobre as preferências do usuário por meio de dados e otimizar o conteúdo que eles desejam consumir é a força motriz aqui. Lee destaca o sucesso da *Toutiao* (*ByteDance*), na China, como um exemplo de empresa impulsionada inteiramente por IA da internet, utilizando algoritmos para selecionar e até mesmo gerar notícias. Ele prevê que a China terá uma ligeira vantagem nesta onda em cinco anos, dada sua vasta base de usuários de internet e pagamentos móveis.

IA de Negócios: Esta onda se concentra em aplicar algoritmos inteligentes a grandes volumes de dados estruturados já existentes em empresas tradicionais. Setores como finanças e saúde, que acumulam grandes volumes de dados históricos (como seguros, empréstimos e diagnósticos médicos), podem utilizá-la para otimizar operações, detectar fraudes e tomar decisões mais inteligentes. Lee enfatiza que a IA de Negócios pode descobrir correlações sutis em milhares de "recursos fracos", padrões invisíveis à análise humana convencional. Embora os Estados Unidos mantenham uma vantagem inicial devido à sua infraestrutura de dados mais estruturada, Lee acredita que a China pode reduzir essa distância em cinco anos, especialmente em áreas onde pode evitar os sistemas legados, como microcrédito e diagnóstico médico.

IA de Percepção: Esta terceira onda "digitaliza o mundo físico", dotando as máquinas com sensores que funcionam como "olhos e ouvidos" - ou seja, reconhecimento facial, de voz e visão computacional. Esses sistemas transformam informações do ambiente real em dados digitais, criando novas formas de interação e otimização. Lee cunha o termo "OMO" (online-merge-offline) para descrever esse cenário híbrido, exemplificando com o pagamento por reconhecimento facial em restaurantes e o supermercado impulsionado que personaliza a experiência de compra. A China, com sua "despreocupação cultural" com a privacidade de dados em locais públicos e a força de Shenzhen na fabricação de hardware, possui uma vantagem significativa — de 60 a 80 pontos, num comparativo técnico — nos próximos cinco anos. (Lee, 2018, p. 124-125).

IA Autônoma: A culminação das ondas anteriores, a IA autônoma integra a otimização de dados com as novas capacidades sensoriais das máquinas, permitindo que elas se movam e trabalhem produtivamente no mundo real. Veículos autônomos, drones e robôs em fábricas e armazéns são exemplos. Embora os Estados Unidos, por meio de empresas como a Waymo, da Google, tenham uma vantagem inicial de dois a três anos em tecnologia central, Lee acredita que a abordagem "Tesla-like" da China, baseada em implantação incremental, e sua vontade de adaptar a infraestrutura (como super-rodovias inteligentes e cidades construídas para veículos autônomos) podem nivelar o campo em cinco anos, com a China liderando em aplicações intensivas em hardware, como drones autônomos.

Ao descrever as quatro ondas, Lee demonstra que a IA não é um fenômeno homogêneo, mas sim um processo progressivo que atinge diferentes setores em ritmos variados. Essa sistematização não só permite compreender como China e EUA disputam posições de liderança em campos específicos, mas também como a tecnologia se expande de maneira inevitável e abrangente.

A Competição entre EUA e China: Uma Batalha de Ecossistemas

Um dos pontos mais perspicazes do livro é a análise da dinâmica de competição entre os Estados Unidos e a China, não apenas em termos de pesquisa e desenvolvimento, mas também em seus ecossistemas empreendedores e abordagens governamentais. Lee argumenta que a China, antes vista como uma nação de "imitadores" (*copycats*), transformou-se em um "superpoder da IA" graças a uma certa combinação de fatores:

Empreendedores "Gladiadores": Lee descreve os empreendedores chineses como "gladiadores" forjados em um ambiente de mercado intensamente competitivo. Ao contrário do Vale do Silício, no qual a "inovação pura" é idealizada e a cópia é estigmatizada, na China a cópia e a competição feroz são a norma. Isso força as empresas a inovar constantemente em modelos de negócios, controlar custos e executar com excelência, resultando em empreendedores mais "astutos, hábeis e dedicados" (Lee, 2018, p. 15–16, 26, 43). O exemplo de Wang Xing e sua empresa Meituan, que superou o Groupon na China, ilustra essa resiliência e adaptabilidade.

Abundância de Dados: A China, com mais de 700 milhões de usuários de internet (Lee, 2018, p. 109), e com um ecossistema digital único, gera uma quantidade e qualidade de dados sem precedentes. Diferentemente das empresas do Vale do Silício, que coletam dados principalmente do comportamento online, as empresas chinesas, por meio de serviços *online-to-offline* (O2O) e pagamentos móveis onipresentes, acumulam uma vasta riqueza de dados do mundo real – sobre compras físicas, refeições, transporte e hábitos diários dos usuários. Essa "Arábia Saudita de dados", como Lee a chama, é o "óleo" que alimentará os geradores de IA (Lee, 2018, p. 56).

Apoio Governamental Proativo: Enquanto o governo dos EUA adota uma abordagem mais "*hands-off*" em relação ao empreendedorismo, o governo chinês tem sido proativo em impulsionar o desenvolvimento das tecnologias baseadas em inteligência artificial. Iniciativas como a "Inovação em Massa e Empreendedorismo em Massa" e planos ambiciosos para se tornar o centro global de inovação em IA até 2030 resultaram em um dilúvio de financiamento, subsídios e zonas de inovação. Essa abordagem "tecnico-utilitária" do governo chinês, que prioriza o bem social mais amplo em detrimento das desvantagens individuais, permite uma implantação mais rápida de tecnologias, mesmo com certos riscos.

Engenheiros de IA Bem Treinados: Embora os EUA ainda dominem em termos de pesquisadores considerados "superestrelas" no campo da inteligência artificial, a China reduziu rapidamente a lacuna na quantidade de engenheiros especializados em sistemas inteligentes. A cultura de pesquisa aberta da IA e o acesso instantâneo a publicações e palestras de ponta permitem que os estudantes chineses absorvam conhecimento em tempo real, preenchendo suas fileiras com talentos capazes de aplicar algoritmos de código aberto a produtos de IA práticos.

Lee também aborda a diferença nas estratégias de globalização entre as empresas americanas e chinesas. Enquanto as gigantes do Vale do Silício buscam "conquistar" novos mercados com seus próprios produtos (abordagem "tudo ou nada"), as empresas chinesas investem em "insurgentes" locais, ou seja, startups nativas em países em desenvolvimento. Essa abordagem, enraizada na própria experiência da China de lutar contra gigantes estrangeiras, pode ser mais adequada para globalizar a IA, que exige alto "coeficiente de localização" e coleta de dados no local (Lee, 2018, p. 138).

A análise de Lee mostra que a vantagem chinesa não se limita à tecnologia, mas decorre de uma combinação de fatores culturais, estruturais e políticos. Tal perspectiva reforça a ideia de que a disputa entre China e EUA não é mera questão técnica, mas sobretudo relativa a ecossistemas e modelos de desenvolvimento.

O Verdadeiro Desafio da IA: Desemprego e Desigualdade

Um dos aspectos mais marcantes do livro é a refutação de Lee à visão otimista de que a IA, como outras tecnologias transformadoras, não levará a perdas de empregos em massa a longo prazo. Ele discorda do que chama de "falácia ludita", argumentando que estamos diante de uma tecnologia de propósito geral (GPT) em uma escala inédita, com características disruptivas.

Lee prevê que, dentro de 10 a 20 anos, a IA será tecnicamente capaz de automatizar entre 40% a 50% dos empregos nos Estados Unidos. Ele distingue dois tipos de perda de empregos:

Substituições um para um: A IA assume tarefas específicas realizadas por humanos, como em armazéns ou táxis (Lee, 2018, p. 162).

Disrupções desde a base: Novos modelos de negócios impulsionados por IA reinventam indústrias inteiras, eliminando a necessidade de certas funções humanas desde o princípio, como em aplicativos de notícias ou de microcrédito (Lee, 2018, p. 162–163).

O autor também introduz o "Paradoxo de Moravec", afirmando que é mais fácil para os sistemas inteligentes imitarem habilidades intelectuais de alto nível do que reproduzirem as habilidades perceptivo-motoras e de destreza de uma criança. Isso significa que, ao contrário das revoluções industriais anteriores que impactaram principalmente trabalhadores de baixa qualificação, a IA atingirá primeiro os "trabalhadores de colarinho branco", cujas tarefas são orientadas por dados e não exigem interação social complexa.

"No cerne dessa lógica está um princípio da inteligência artificial conhecido como Paradoxo de Moravec. Hans Moravec foi meu professor na Universidade Carnegie Mellon, e seu trabalho sobre inteligência artificial e robótica o levou a uma verdade fundamental sobre a combinação das duas: ao contrário do que se supõe, é relativamente fácil para a IA imitar as habilidades intelectuais ou computacionais de alto nível de um adulto, mas é muito mais difícil dar a um robô a percepção e as habilidades sensório-motoras de uma criança pequena."

A consequência mais grave, segundo Lee, não é o *Armagedon* robótico, mas sim a exacerbção da desigualdade em níveis global e doméstico. A natureza monopolista das tecnologias baseadas em inteligência artificial, impulsionada pelo ciclo de feedback de "mais dados levam a melhores produtos, que atraem mais usuários e mais dados", concentrará a riqueza nas mãos de poucas empresas e indivíduos (Lee, 2018, p. 20, 168—170). Isso pode levar a uma "classe inútil", incapaz de gerar valor econômico suficiente, e a uma instabilidade social e política sem precedentes.

O alerta de Lee sobre o impacto da IA no mercado de trabalho coloca em evidência que os riscos não estão em um futuro distante, mas em transformações já em curso. O maior desafio será lidar com as desigualdades geradas, repensando estruturas econômicas e sociais para evitar uma concentração ainda maior de riqueza e poder.

Uma Solução Humanista: Amor, Serviço e Convivência

Diante desse cenário sombrio, Lee propõe um "projeto social coletivo" que redefina o propósito do trabalho e da vida em uma era de abundância material. Sua própria experiência de quase morte com o câncer se torna a pedra angular dessa visão. Diagnosticado com linfoma em estágio IV, Lee, antes uma "máquina de produtividade" viciado em trabalho, teve uma epifania sobre a importância do amor, da família e das conexões humanas.

Ele critica as "soluções técnicas" populares no Vale do Silício, como o retreinamento, a redução da jornada de trabalho e a renda básica universal (RBU), embora reconheça que podem ter um papel. Para Lee, a RBU, embora alivie a pobreza, é um "analgésico" que "entorpece" a dor

do deslocamento e permite que a elite tecnológica se isente de responsabilidade, sem abordar a crise de propósito humano.

Em vez disso, Lee defende uma "convivência simbiótica" entre humanos e IA, na qual essa lida com tarefas de otimização, e os humanos trazem um "toque pessoal, criativo e compassivo". Ele propõe um "estipêndio de investimento social" – um salário governamental decente para aqueles que investem tempo e energia em atividades que promovem uma sociedade mais gentil, compassiva e criativa. Isso incluiria três categorias amplas:

Trabalho de Cuidado: Parentalidade de crianças pequenas, cuidado de idosos, assistência a doentes e pessoas com deficiência.

Serviço Comunitário: Remediação ambiental, programas pós-escolares, guias em parques nacionais, coleta de histórias orais.

Educação: Treinamento profissional, aulas de desenvolvimento pessoal.

A ideia é que, em vez de simplesmente transferir dinheiro, a sociedade utilize a abundância gerada pela IA para "reforçar os laços de compaixão e amor que nos tornam humanos". Isso exigiria uma reestruturação dos incentivos econômicos para valorizar essas atividades socialmente produtivas da mesma forma que a economia industrial valorizava as atividades economicamente produtivas. Lee reconhece que a implementação seria complexa e cara, mas argumenta que o potencial benefício humano supera os desafios.

A proposta de Lee, de valorizar atividades humanas ligadas ao cuidado, à educação e à comunidade, mostra que a solução para os dilemas da IA não é técnica, mas ética e social. A convivência simbiótica entre humanos e máquinas, baseada no fortalecimento dos vínculos afetivos e coletivos, aponta para uma redefinição do sentido do trabalho e da vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AI Superpowers é uma obra instigante que oferece uma análise abrangente e perspicaz do futuro da inteligência artificial. A profunda familiaridade de Kai-Fu Lee com os ecossistemas de IA da China e dos EUA, juntamente com sua rara capacidade de combinar expertise técnica com reflexão humanística, torna o livro leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada nas implicações dessa tecnologia para a sociedade.

A principal contribuição de Lee reside em desmistificar a IA, separando o "hype" de superinteligência e distopia da realidade da "IA estreita", focada em otimização. Ao mesmo tempo, ele nos alerta para a "verdadeira crise da IA": a disruptão econômica massiva e a crescente desigualdade. Sua proposta de um "estipêndio de investimento social" é uma visão corajosa e esperançosa, que busca alavancar a riqueza gerada pela IA para fortalecer os laços humanos e redefinir o valor do trabalho além da métrica puramente econômica.

Embora o livro seja rico em detalhes técnicos e exemplos práticos, a escrita de Lee é acessível e envolvente. Sua narrativa pessoal, especialmente sua luta contra o câncer, adiciona

uma camada de autenticidade e urgência à sua mensagem. Em um mundo em que a IA é frequentemente discutida em termos de corrida e domínio, Lee nos convida a considerar uma "história global da IA" na qual a cooperação e a sabedoria de diversas culturas nos guiam em direção a um futuro mais humano. Seu argumento final de que "devemos deixar as máquinas serem máquinas, e deixar os humanos serem humanos" e que devemos "simplesmente usar nossas máquinas, e mais importante, amar uns aos outros" (Lee, 2018, p. 232) ecoa como um chamado à ação, instigando-nos a moldarativamente um futuro em que a IA sirva à humanidade, e não o contrário.

REFERÊNCIAS

LEE, Kai-Fu. **AI Superpowers**: China, Silicon Valley. and the New World Order. Boston: Houghton Mifflin Harcourt,2018.pagina

Entrevista com o professor Qiu Zeqi, sociólogo chinês, especialista em transformações sociais e desigualdade

Luana Bramorski Cerqueira Cesar¹

Nascido em Hubei, Qiu Zeqi (邱泽奇) é professor titular de Sociologia na Universidade de Pequim, onde completou toda sua formação acadêmica. Como diretor do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Social da China (2009-2018), liderou estudos pioneiros que redefiniram as abordagens metodológicas para análise das transformações sociais chinesas.

Imagen 1 - Qiu Zeqi



Fonte: Universidade Estadual de Campinas

humana e transformações organizacionais. Sobre o impacto da conectividade nas relações sociais e as mudanças na interação homem-máquina.

Metodologicamente, combina abordagens sociológicas clássicas com novas ferramentas digitais, destacando-se como um dos principais estudiosos chineses na sociologia da tecnologia. Seu trabalho contribui para entender como a digitalização redefine estruturas sociais e organizacionais, posicionando-o como referência no campo.

A pesquisadora conheceu o professor Qiu Zeqi durante sua participação como cientista residente no Programa César Lattes, promovido pela UNICAMP, com atividades articuladas ao CASS-UNICAMP, o que possibilitou o contato para a presente entrevista. Sua visita aconteceu

Além de sua atuação acadêmica, dirige o Centro de Estudos de Pesquisa e Desenvolvimento Sociológico da PKU e o Instituto de Governança Digital, sendo também titular do programa "Yangtze River Scholar". Graduou-se em 1981, fez mestrado em 1986 e doutorado em Sociologia em 1994.

Sua pesquisa examina os efeitos das tecnologias digitais nas dinâmicas sociais, abordando temas como capital social, cognição

Publicou estudos relevantes, incluindo análises

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pedagoga e especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do CASS-UNICAMP (Centro de Estudos sobre a China) e da Diretoria Acadêmica do GECHINA. E-mail: luanabramorski@alumni.usp.br

no mês de março de 2025. A conversa foi realizada posteriormente, de forma remota, inteiramente em língua inglesa, sendo transcrita e traduzida na íntegra pela entrevistadora.

1. Como o senhor explicaria a "sociologia" para alguém fora da academia?

Essa é uma pergunta bastante ampla. Para as pessoas comuns, quando você pergunta sobre sociologia, geralmente elas não sabem exatamente o que significa. Em comparação com a economia ou a ciência política — que são mais diretas, pois as pessoas sabem que a ciência política lida com o poder e a economia com questões econômicas —, a sociologia é mais abstrata, e por isso mais difícil de compreender. Mesmo os pais dos meus alunos frequentemente perguntam: "O que é sociologia? Que tipo de emprego você pode conseguir depois de se formar?" Isso porque, ao se formar, não está claro qual caminho profissional você seguirá. Por isso há tanta confusão em torno da sociologia.

Mas dentro da academia, os sociólogos na China consideram a sociologia como a base fundamental das ciências sociais. Ela oferece as teorias usadas em pesquisas em educação, em ciência política e, às vezes, até em economia. Assim, vemos a sociologia como o núcleo teórico, enquanto economia, ciência política e direito são mais voltados à aplicação. Esse é o entendimento predominante na China. Fora do meio acadêmico, ainda há confusão. Mas entre os estudiosos, a sociologia é reconhecida como uma disciplina essencial.

2. O que torna a perspectiva sociológica única para estudar a China?

Essa é uma questão muito interessante. A sociologia foi introduzida na China com um propósito específico: contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Ao mesmo tempo, precisamos seguir os princípios disciplinares básicos desenvolvidos no Ocidente, especialmente aqueles vindos da França, onde a sociologia surgiu como disciplina. Precisamos esclarecer as leis e regras da sociedade — como as estruturas sociais, a estratificação e a mobilidade social. Esses são conceitos fundamentais que compartilhamos com a sociologia global.

Mas o objetivo é diferente. A sociologia na China tem dois propósitos principais: primeiro, usar a linguagem acadêmica para dialogar com o mundo sobre o que está acontecendo na China. Esse é o lado científico e internacional; segundo, servir a função doméstica de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

Por isso, os temas que abordamos são um pouco diferentes. Por exemplo, dedicamos muitos esforços ao estudo da transição da economia planejada para a economia de mercado. Esse foi um dos principais focos da sociologia chinesa nos últimos 40 anos. Estudamos essa transformação, seus impactos e consequências, como a criação de novos mecanismos de mobilidade social e novas oportunidades (ou barreiras) para diferentes grupos sociais.

Ao mesmo tempo, também nos preocupamos com questões teóricas. Por exemplo, a relação entre estruturas sociais e classe média — por que a classe média importa? A China passou por um desenvolvimento muito rápido, que aumentou a renda, mas nem sempre trouxe progresso social. Questões como o desenvolvimento moral, os valores éticos e as regras cotidianas podem ficar para trás.

Dou um exemplo: quando um camponês se muda para a cidade, ele pode não seguir as regras de trânsito, simplesmente porque não sabe como elas funcionam no ambiente urbano. Isso é um problema real. Outro exemplo: nas comunidades rurais, as pessoas vivem entre parentes e vizinhos conhecidos. Quando ocorre um conflito, é com pessoas familiares. Mas nas cidades, vivem entre estranhos. Viver entre conhecidos e entre desconhecidos exige regras diferentes.

Portanto, mesmo que as pessoas tenham mais renda hoje, adotar as normas sociais urbanas é um desafio. É por isso que o desenvolvimento social é uma grande questão na China, e a sociologia precisa prestar atenção a isso. Isso é o que torna a sociologia chinesa distinta.

3. Como as pessoas comuns na China vivenciam as "conexões sociais" (guanxi 关系)² hoje? Ainda é uma "sociedade de relacionamentos" na era digital?

Essa é uma ótima pergunta. Hoje em dia, muitas coisas se desenvolvem em paralelo. O sistema tradicional de *guanxi* ainda existe. Por exemplo, é comum as pessoas se reunirem, tomarem algo juntas, conversarem com franqueza. Isso ainda é parte essencial da vida social na China.

Ao mesmo tempo, a migração é muito comum. Muitas pessoas se mudam para as cidades, enquanto seus pais permanecem no campo. Para manter os laços familiares, elas usam ferramentas digitais e redes sociais. Na China, as mídias sociais são extremamente populares. Usamos o WeChat, que é parecido com o WhatsApp, mas mais integrado. Ele não é só um aplicativo de mensagens; inclui funções de pagamento, transferência de arquivos, chamadas e muito mais. As pessoas o utilizam para pagar contas e enviar dinheiro a familiares em regiões remotas. Tudo está concentrado em uma única plataforma.

Isso difere muito do Brasil, onde o WhatsApp é usado principalmente para comunicação. Na China, a rede social tem múltiplas funções. Por um lado, pode reduzir o contato presencial, como disse Sherry Turkle. Mas por outro, fortalece as conexões sociais. Antes das redes sociais, se pais e filhos morassem distantes, só podiam se comunicar por cartas. Hoje, a comunicação é rápida e constante.

² Segundo Qiu Zeqi (2017), *guanxi* (关系) refere-se a uma rede de relações sociais baseada em laços pessoais e obrigações recíprocas, profundamente enraizada na cultura chinesa. Trata-se de uma forma de capital social que opera fora das estruturas institucionais formais, mediando trocas sociais e econômicas. QIU, Zeqi. Guanxi and social order: understanding Chinese society through the logic of social relations. Beijing: Peking University Press, 2017.

Dou outro exemplo: há cerca de 260 milhões de migrantes sazonais na China. As redes sociais ajudam a manter o vínculo com suas famílias. Além disso, nas comunidades rurais, os sistemas de ajuda mútua ainda são muito importantes. Quando os jovens se mudam para as cidades, deixam para trás os pais idosos ou filhos pequenos. As vilas e comunidades organizam grupos para manter esse cuidado, usando ferramentas digitais. Em resumo, o sistema tradicional de *guanxi* ainda existe, mas evoluiu. Hoje ele se articula com novas redes mediadas por tecnologia digital, oferecendo conexões multifuncionais e mais flexíveis.

4. Como o senhor descreveria as vilas urbanas chinesas (*chengzhongcun* 城中村)³ e em que aspectos elas se diferenciam de outras formas de urbanização precária, como as favelas brasileiras?

As *chengzhongcun* são áreas de alta densidade populacional inseridas no espaço urbano, mas que mantêm certas características rurais. Elas não são isoladas nem marginalizadas como muitas favelas brasileiras; pelo contrário, estão organicamente conectadas à cidade e fazem parte do sistema administrativo chinês, que é altamente hierarquizado. Essas vilas abrigam dois grupos principais: os proprietários, que alugam partes de suas casas, e os inquilinos, geralmente migrantes. Eles convivem na mesma área sem grande segregação ou conflito. A convivência tende a ser pacífica, ainda que as condições urbanas sejam desafiadoras.

O contraste com o Brasil é evidente. Pelo que me explicaram, favelas podem estar próximas de zonas nobres, mas enfrentam exclusão social e institucional, sendo às vezes dominadas por grupos armados. As *chengzhongcun*, por sua vez, funcionam dentro das estruturas estatais e refletem a natureza aninhada da sociedade chinesa, diferente das formas mais autônomas e fragmentadas que se observam em muitos contextos latino-americanos.

5. China e Brasil têm populações rurais "deixadas para trás"—como os sociólogos estudam essas desigualdades de forma distinta em cada contexto?

Essa é uma situação muito dinâmica. No final do século XX, a diferença entre áreas urbanas e rurais não era tão grande. Mas com o aumento da migração sazonal do campo para as cidades, as próprias regiões rurais passaram a se diferenciar bastante. Hoje, a desigualdade é dupla: entre áreas urbanas e rurais, e entre diferentes regiões rurais. Por exemplo, há áreas rurais em certas províncias que são muito mais pobres que outras. Ao contrário do Brasil, onde cada estado tem seu próprio sistema fiscal, na China há um sistema

³ O termo *chengzhongcun* (城中村), literalmente “vilas dentro da cidade”, designa assentamentos rurais que foram gradualmente incorporados ao tecido urbano devido à expansão das cidades chinesas. Segundo Qiu (2015), essas vilas mantêm estruturas sociais, econômicas e administrativas próprias, mesmo quando circundadas por áreas urbanizadas. Elas abrigam populações migrantes e nativas, coexistindo sob um arranjo híbrido que desafia as fronteiras entre urbano e rural na China contemporânea. QIU, Zeqi. *Chengzhongcun and the Restructuring of Urban China: A Sociological Perspective*. Beijing: Peking University Press, 2015.

centralizado de transferência de recursos financeiros.

O governo central assume a responsabilidade de redistribuir os recursos. Assim, províncias mais ricas como Xangai, Guangdong, Jiangsu e Zhejiang pagam mais impostos ao governo central, que redistribui fundos para províncias mais pobres como Xinjiang, Tibete, Qinghai e Gansu. Isso não é uma economia planificada — é um sistema republicano de redistribuição. As regiões pobres não são deixadas para trás. De fato, por meio desse mecanismo, conseguimos tirar cerca de 80 milhões de pessoas da pobreza absoluta nos últimos 20 anos. Os sociólogos estudam esses processos, analisando tanto as desigualdades quanto os mecanismos que buscam enfrentá-las e os resultados que produzem.

6. Os jovens chineses enfrentam a "involução" (neijuan 内卷) — como explicaria essa pressão a estudantes no Brasil, onde a "geração nem-nem", termo brasileiro para jovens que não estão estudando ou trabalhando, é um desafio paralelo?

Essa é uma excelente questão. Desde a década de 1980, com o aumento das taxas de fertilidade, a China implementou a política do filho único. Após 40 anos de vigência, temos hoje pelo menos duas ou três gerações compostas por filhos únicos. Isso criou um paradoxo. Por um lado, os pais concentraram todos os seus recursos no apoio ao único filho, o que melhorou sua qualidade de vida. Por outro lado, impôs uma dupla carga a essa geração: agora eles precisam sustentar ambos os pais na velhice. Quando dois filhos únicos se casam, têm de assumir a responsabilidade por quatro pais idosos. Essa é uma carga emocional e financeira muito pesada.

Ao mesmo tempo, esses jovens receberam melhor educação e apoio. São mais independentes e ambiciosos. Desejam expressar seus valores e conquistar reconhecimento na sociedade. No entanto, enfrentam uma pressão imensa — a competição é feroz. Isso gera altos níveis de estresse e uma crescente preocupação com a saúde mental, especialmente entre os nascidos depois dos anos 2000. A sociologia chinesa tem se dedicado a entender esse fenômeno. Tentamos identificar os problemas e propor políticas, sugestões e formas de consultoria. Foi nesse contexto que se desenvolveu o campo do serviço social na China.

O serviço social tornou-se uma disciplina importante, com subdivisões especializadas: alguns profissionais atuam com populações idosas, outros com juventude. Assim, embora essas novas gerações tenham melhor educação e melhores condições materiais, sua saúde mental é, muitas vezes, pior do que a das gerações anteriores. Esse é o lado negativo da

⁴ *Neijuan* (内卷), traduzido como “involução”, é um conceito que descreve situações de competição intensa em que os esforços crescentes dos indivíduos não resultam em mobilidade social proporcional ou melhoria de condições. Segundo QIU (2021), trata-se de um fenômeno que emerge especialmente entre jovens chineses urbanos, marcados por sobrecarga educacional, pressão por desempenho e um sentimento de estagnação dentro de um sistema altamente competitivo. QIU, Zeqi. Social Involution and Youth Anxiety in Contemporary China. Beijing: Social Science Academic Press, 2021.

⁵ O *Gaokao* (高考) refere-se ao Exame Nacional de Admissão ao Ensino Superior, semelhante ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado no Brasil para ingresso em universidades com possibilidades de bolsas de estudos e financiamento em instituições pagas.

equação.

7. A educação tem sido central para a mobilidade social na China, especialmente desde a retomada do Gaokao5 no final dos anos 1970. Como os sociólogos atualmente analisam o papel da educação na redução ou reprodução das desigualdades sociais?

A educação é um dos temas mais estudados na sociologia chinesa. Focamos principalmente em dois aspectos: primeiro, a questão da igualdade entre áreas urbanas e rurais, e entre diferentes regiões. Isso inclui o acesso a recursos e oportunidades. A sociologia da educação trata diretamente dessas questões. Segundo, estudamos como a educação influencia a mobilidade social. Analisamos o papel do histórico familiar, o acesso a oportunidades e até mesmo as redes sociais que contribuem para o sucesso educacional.

A sociedade chinesa valoriza profundamente a educação. O Gaokao não é algo novo — ele é uma versão moderna dos antigos exames imperiais de serviço civil. Com o tempo, o acesso ao ensino superior aumentou significativamente. Na minha geração, apenas entre 3% e 5% dos estudantes conseguiam ingressar na universidade. Hoje, esse número ultrapassa os 50% em uma mesma corte. Contudo, isso também gerou mais competição. Quando poucas pessoas tinham diplomas universitários, isso representava uma vantagem clara. Agora que muitos têm, a competição após a graduação se intensificou.

Isso levou a novos debates: todos devem ir para a universidade? Alguns defendem que isso não é necessário. As pessoas têm talentos distintos — algumas são mais teóricas, outras mais práticas. Devemos valorizar essas diferenças em vez de forçar todos a seguir o mesmo caminho. Esse debate está influenciando as políticas públicas. Hoje, estamos promovendo o ensino técnico e profissional, e não apenas o ensino superior tradicional. Ainda estamos descobrindo como adaptar o sistema educacional às necessidades diversas das novas gerações.

Historicamente, as famílias chinesas sempre desejaram que seus filhos atingissem os mais altos níveis educacionais. Mas agora vemos que o ensino superior nem sempre garante um futuro melhor. Existe, portanto, um conflito entre expectativas culturais e os resultados práticos. A sociologia está nos ajudando a explorar e compreender esse conflito.

A entrevista com Qiu Zeqi analisa o papel da Sociologia no século XXI, enfatizando o contexto chinês ao explorar a relação entre tradição e transformação. O estudo de Qiu mostra como a disciplina, mesmo ancorada em bases teóricas clássicas, se fortalece ao abordar desafios locais de desenvolvimento. Ao discutir digitalização, urbanização e desafios atuais da juventude, ele destaca a necessidade de uma abordagem sociológica que articule análise rigorosa e crítica social, atenta tanto às dinâmicas contemporâneas quanto às raízes históricas das desigualdades. Por fim, a entrevista convoca sociólogos a repensarem paradigmas, dialogarem com diversas tradições e produzirem análises

engajadas que impulsionem mudanças sociais significativas.

REFERÊNCIAS:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Qiu Zeqi. Disponível em: <https://idea.unicamp.br/cientista-residente/qiu-zeqi/>. Acesso em: 17 ago. 2025.



研究中国
GECHINA UnB

mngt.unb.br/terracota-a-revista-do-gechina/
gechina.unb@gmail.com
◎ @gechinaunb